

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

ROSIMAR CRISTINA DA SILVA

**FATORES DE PERMANÊNCIA DOS ESTUDANTES DOS CURSOS DE
BACHARELADO DO CAMPUS JANE VANINI – UNEMAT/CÁCERES**

CÁCERES-MT

2020

ROSIMAR CRISTINA DA SILVA

**FATORES DE PERMANÊNCIA DOS ESTUDANTES DOS CURSOS DE
BACHARELADO DO CAMPUS JANE VANINI – UNEMAT/CÁCERES**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Mato Grosso, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora professora Dra. Heloisa Salles Gentil.

CÁCERES-MT

2020

SILVA, Rosimar Cristina da.

S586f Fatores de Permanência dos Estudantes dos Cursos de Bacharelado do Campus Jane Vanini-UNEMAT/Cáceres/Rosimar Cristina da Silva – Cáceres, 2020.
119 f.; 30 cm.

Trabalho de Conclusão de Curso
(Dissertação/Mestrado) – Curso de Pós-graduação Stricto Sensu (Mestrado Acadêmico) Educação, Faculdade de Educação e Linguagem, Câmpus de Cáceres, Universidade do Estado de Mato Grosso, 2020.

Orientador: Heloísa Salles Gentil

1. Bacharelado. 2. Educação Superior. 3. Acesso. 4. Permanência. I. Rosimar Cristina da Silva. II. Fatores de Permanência dos Estudantes dos Cursos de Bacharelado do Campus Jane Vanini-UNEMAT/Cáceres: .

CDU 378.06(817.2).

ROSIMAR CRISTINA DA SILVA

**FATORES DE PERMANÊNCIA DOS ESTUDANTES DOS CURSOS DE
BACHARELADO DO CAMPUS JANE VANINI – UNEMAT/CÁCERES**

Dissertação de Mestrado aprovada no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Mato Grosso, para obtenção do título de Mestre em Educação.

BANCA EXAMINADORA

Dra. Heloisa Salles Gentil (Orientadora – PPGedu/UNEMAT)

Dra. Patrícia Simone Nogueira (Avaliadora externa – UFMT)

Dr. Fernando César Vieira Malange (Avaliador Interno – PPGedu/UNEMAT)

APROVADA EM: 26/03/2020.

Dedico esta dissertação:

A meu pai Olavo Clemente da Silva e minha mãe Maria Beatriz Filha.

A meus irmãos: Carlos Roberto, José Roberto, Roberto Carlos (in memória),

A minhas irmãs: Sebastiana, Rosângela, Lenita, Solange e Elisângela.

Ao meu esposo, companheiro e parceiro muitíssimo amado Cezar Eduardo.

Aos meus queridos e amados filhos: Maria Eduarda e Miguel.

A meus sobrinhos e sobrinhas.

A minha amiga inseparável Irene Nascimento.

A todos e todas as pessoas que constituem a Comunidade São Francisco de Assis-Cohab Velha.

Aos egressos do Curso de Pedagogia da Faculdade do Pantanal- FAPAN.

A todos os profissionais de educação da Rede Pública (Estadual e Municipal) e Privada do Município de Cáceres, de modo particular as escolas “Frei Grignon e Duque de Caxias”.

A todos aqueles e aquelas que se inquietam e lutam pelo fim das desigualdades sociais.

Existem momentos na vida que Deus nos envia anjos para nos auxiliar e tornar nossos fardos mais leves. Posso com certeza afirmar, que no decorrer destes anos de estudo o Senhor me concedeu a graça de contar com uma infinidade de anjos, os quais tornaram possível alcançar algo tão almejado em minha vida que foi o sonho de receber o título de Mestra em Educação.

Quero aqui dizer que esse foi um trabalho realizado por muitas mãos, na coletividade e no comprometimento em prol de um bem comum. Sem o esforço de muitos com certeza, sozinha, eu não conseguiria chegar ao ápice da conclusão. Por isso, agradecer é um gesto nobre que requer coragem, gratidão e reconhecimento para dizer ao outro “muitíssimo obrigado”.

*A **Deus pelo Dom da Vida**, por permitir a realização de um sonho de concluir um Mestrado numa instituição Pública e tão importante que é a Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT, instituição que me acolheu desde a minha graduação. Me considero uma cidadã privilegiada, pois, num país que não garante a todos os seus cidadãos o acesso aos níveis mais elevados de ensino, tive a honra de frequentar somente escolas e universidade gratuitas e de qualidade.*

*A **minha orientadora, Professora Heloisa Salles Gentil** - Minha eterna gratidão. Sou grata pelas tantas vezes que você lia meus escritos com tamanha atenção e que com muita sabedoria me ajudava a reescrever o que não estava tão bom. Agradeço por não permitir que eu desistisse no meio da caminhada. Obrigada pelas orientações, paciência, competência e sabedoria. Você foi realmente um anjo que com graça e sabedoria me ajudou nesta jornada.*

*A **professora Lóriége Pessoa Bittencourt**, que abriu as portas do mestrado para mim, ao propiciar que eu cursasse uma disciplina como aluna especial. Minha gratidão e reconhecimento ao seu profissionalismo e amor à docência.*

*Ao **professor Irton Milanesi**, que fez parte da banca de seleção do mestrado, muitíssimo obrigada.*

*Aos **professores** que compõem o quadro do Programa de Pós-graduação Mestrado em Educação Unemat, meu reconhecimento e profundo agradecimento.*

*Aos **estudantes dos Cursos de bacharelado do Campus Jane Vanini – Unemat/ Cáceres**, que aceitaram participar desta pesquisa, obrigada.*

*Aos **colaboradores da SAA** que me ajudaram na oferta de dados, obrigada.*

*Aos **integrantes do Grupo de Pesquisa (GPAPES)**, os quais através das pesquisas realizadas anteriormente me proporcionaram um rico referencial teórico, contribuindo com grande relevância para a composição do texto deste estudo. Muitíssimo obrigada.*

A todos os colegas e amigos da turma de mestrado 2018, sentirei saudades dos momentos passados juntos. Obrigada a todos por compartilhar comigo esta caminhada.

*A minha amiga **Aline Rejane Caxito Braga** que me incentivou e contribuiu para que eu pudesse trilhar este caminho, meu reconhecimento e gratidão.*

*A minha família, meu pai **Olavo**, minha mãe **Maria Beatriz** obrigada por não fraquejarem diante das dificuldades impostas na vida.*

*Ao meu grande amor e companheiro **Cezar Eduardo** pelo apoio, incentivo, disposição para ouvir minhas angústias, frustrações, a escuta atenta das partes que compõem a dissertação, o companheirismo e motivação diante de meu desânimo e fraquezas. Sem a sua contribuição com certeza eu não teria alcançado a vitória.*

*Aos meus **amadíssimos filhos Maria Eduarda e Miguel** que souberam entender minha ausência mesmo quando estava no mesmo espaço.*

A todos que direta ou indiretamente contribuíram para a realização dessa conquista, que vibraram e lembraram-se de mim em suas orações, tenham meu eterno carinho e gratidão.

E por fim, como já dizia Alberto Costa em uma canção:

“Fica sempre, um pouco de perfume

Nas mãos que oferecem rosas/nas mãos que sabem ser generosas”.

O perfume de todos aqueles e aquelas que me ajudaram nesta caminhada, jamais será esquecido.

Sou eternamente grata por toda e qualquer contribuição que obtive no trilhar desse caminho.

Minha eterna gratidão

*Tudo posso naquele que me fortalece.
(Filipenses 4,13)*

RESUMO

A presente dissertação foi desenvolvida na Linha de Pesquisa Formação de Professores, Políticas e Práticas Pedagógicas do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), está vinculada ao Grupo de Pesquisa em Acesso e Permanência na Educação Superior – GPAPES da UNEMAT, tem como objeto de estudo a permanência na educação superior e como questão problema: Quais os fatores interferentes para a permanência dos estudantes ingressantes pelo vestibular UNEMAT nos cursos de bacharelado ofertados no Campus Jane Vanini/Cáceres, concluintes em 2019/1? A pesquisa intitulada: Fatores de permanência dos estudantes dos Cursos de Bacharelado do Campus Jane Vanini – Unemat/Cáceres foi realizada no município de Cáceres, no Campus Universitário “Jane Vanini” da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). O objetivo geral desta investigação é analisar os fatores interferentes para a permanência dos estudantes ingressantes pelo vestibular UNEMAT nos cursos de bacharelado ofertados no Campus Jane Vanini/Cáceres, concluintes em 2019/1. Optamos por uma investigação quanti-qualitativa, desenvolvida em três etapas: elaboração do Balanço de Produção, realizado junto ao Banco de Teses e Dissertações da CAPES; análise documental da IES - resoluções, decretos, portarias e PPCs dos cursos; dados do Anuário Estatístico da UNEMAT (2014 a 2018), bem como dos dados da Secretaria de Apoio Acadêmico – SAA; e pesquisa campo realizada por meio da aplicação de questionário aos concluintes dos cursos de bacharelado 2019/1. O estudo envolveu como sujeitos os estudantes dos Cursos de bacharelados: Agronomia, Ciências Biológicas, Ciências Contábeis, Ciências da Computação, Direito e Enfermagem, matriculados no último semestre de cada curso, ingressantes pelo vestibular UNEMAT 2014/2 e concluintes 2019/1. Utilizamos como arcabouço teórico para traçar um panorama das questões relativas à permanência na educação superior no Brasil e especificamente na UNEMAT, as pesquisas realizadas pelo GPAPES/UNEMAT – Grupo de pesquisa em Acesso e Permanência na Educação Superior, a saber: Barbosa (2013), Borges (2017), Nodari (2016), Neves (2019) e Souza (2019), como também, Silva e Nogueira (2011), Ristoff (2008,2014), Romanelli (2010), Souza (2013), Primão (2015), Silva e Veloso (2012,2013) e outros. Os dados obtidos permitiram esboçar um perfil correspondente aos estudantes dos cursos de bacharelado do campus Jane Vanini – UNEMAT/Cáceres que estavam concluindo os cursos no tempo mínimo previsto nos projetos pedagógicos dos cursos e elencar fatores que, segundo eles, interferem em sua permanência na graduação.

Palavras-Chave: Bacharelado. Educação Superior. Acesso. Permanência.

ABSTRACT

The present dissertation was developed in the Research Line of Teacher Training, Policies and Pedagogical Practices of the Graduate Program in Education at the State University of Mato Grosso (UNEMAT), is linked to the Research Group on Access and Permanence in Higher Education - GPAPES of UNEMAT, has as object of study the permanence in the higher education and as a problem issue: What are the interfering factors for the permanence of students entering the UNEMAT entrance exam in the baccalaureate courses offered at the Campus Jane Vanini / Cáceres, graduating in 2019/1? The research entitled: Factors of permanence of students from the Jane Vanini Campus - Unemat / Cáceres municipality of Cáceres, at the “Jane Vanini” University Campus of the State University of Mato Grosso (UNEMAT). The general objective of this investigation is to analyze the interfering factors for the permanence of incoming students through the UNEMAT entrance exam in the baccalaureate courses offered at the Jane Vanini / Cáceres Campus, concluded in 2019/1. We opted for an investigation quantitative and qualitative, developed in three stages: preparation of the Production Balance, carried out together the CAPES Thesis and Dissertation Bank; IES documentary analysis - resolutions, decrees, ordinances and PPCs of courses; data from the UNEMAT Statistical Yearbook (2014 to 2018), as well as data from the Academic Support Secretariat - SAA; and field research carried out through the applying a questionnaire to the graduates of the 2019/1 baccalaureate courses. The study involved as subjects the students of the Bachelor's courses: Agronomy, Biological Sciences, Sciences Accounting, Computer Science, Law and Nursing, registered in the last semestre of each course, entering the UNEMAT 2014/2 entrance exam and concluding 2019/1. We use as theoretical framework to provide an overview of issues related to permanence in education higher education in Brazil and specifically at UNEMAT, research carried out by the GPAPES / UNEMAT - Research group on Access and Permanence in Higher Education, the know: Barbosa (2013), Borges (2017), Nodari (2016), Neves (2019) and Souza (2019), as well as, Silva and Nogueira (2011), Ristoff (2008,2014), Romanelli (2010), Souza (2013), Primão (2015), Silva and Veloso (2012,2013) and others. The obtained data allowed to outline a profile corresponding to the students from the Jane Vanini campus courses - UNEMAT / Cáceres who were completing the courses in the minimum time foreseen in the pedagogical projects of the courses and listing factors that, according to them, interfere with their permanence in graduation.

Keywords: Bachelor's degree. College education. Access. Permanence.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABRUEM - Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais

AE – Assistência Estudantil

AEDB – Associação Educacional Dom Bosco

ANDIFES - Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior

AQE – Ações Qualificadoras de Ensino

BM – Banco Mundial

BPEnf - Bolsas Preceptorias Enfermagem

BPMed - Bolsas Preceptorias Médicas

BTDC – Banco de Teses e Dissertações da Capes

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CCSL – Centro de Computação Científica e Software Livre

CEE - Conselho Estadual de Educação

CEFAM – Centros de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério

CEFET – Centro Federal de Educação Tecnológica

CEP - Comitê de Ética em Pesquisa

CF – Constituição Federal

CFE - Conselho Federal de Educação

CNE – Conselho Nacional de Educação

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CONEPE – Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão UNEMAT

CONSUNI – Conselho Universitário UNEMAT

COVEST - Coordenadoria de Concursos e Vestibulares

DAE – Diretoria de Assistência ao Estudante

DCE – Diretório Central de Estudantes

DEAD - Diretoria de Gestão de Educação a Distância

DINC - Diretoria de Gestão de Iniciação Científica

ENADE - Exame Nacional de Desempenho de Estudantes

ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio

ES – Educação Superior

FAPAN – Faculdade do Pantanal

FAPEMAT - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso

FHC – Fernando Henrique Cardoso

FIES – Fundo de Financiamento Estudantil

FOCCO - Programa de Formação de Células Cooperativas

FONAPRACE - Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis

GPAPES - Grupo de Pesquisa Acesso e Permanência na Educação Superior

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas

IES – Instituição de Educação Superior

IF – Institutos Federais

IFES - Instituições Federais de Ensino Superior

IFMT – Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia de Mato Grosso

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LULA – Luís Inácio Lula da Silva

MEC – Ministério da Educação

PAE – Programa de Assistência Estudantil

PARFOR - Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica

PBP - Programa de Bolsa Permanência

PDE - Plano de Desenvolvimento da Educação

PIBIC - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica

PIBID - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência

PEC-G - Programa de Estudantes-Convênio de Graduação

PET – Programa de Educação Tutorial

PMSB – Plano Municipal de Saneamento Básico

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNAES – Programa Nacional de Assistência Estudantil para as Instituições de Educação Superior Pública Federais

PNAEST - Programa Nacional de Assistência Estudantil para as Instituições de Educação Superior Pública Estaduais

PNE - Plano Nacional de Educação

PPC – Projeto Pedagógico de Curso

PRAD – Pró-reitoria de Administração

PRAE – Pró-reitoria de Assuntos Estudantis

PRECE - Programa de Estímulo à Cooperação na Escola

PROBIC - Programa de Bolsas de Iniciação Científica

PROEC – Pró-reitoria de Extensão e Cultura

PROEG – Pró-reitoria de Ensino de Graduação

PROEXT - Programa de Extensão Universitária

PROMISAES - Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior

PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

PROUNI – Programa Universidade para Todos

PTES - Profissionais Técnicos da Educação Superior

REUNI – Programa de Apoio à Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

RP/CAPES - Programa Institucional de Residência Pedagógica

SAA – Secretaria de Apoio Acadêmico

SAGU – Sistema de Registro e Controle Acadêmico

SEDUC – Secretaria do Estado de Educação, Esporte e Lazer

SENCE – Secretaria Nacional de Casas de Estudante

SINAES - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

SISU - Sistema de Seleção Unificada

SWG - Bolsa de Graduação Sanduiche no Exterior

TCLE - Termo de Consentimento Livre Esclarecido

UAB – Universidade Aberta do Brasil

UCDB - Universidade Católica Dom Bosco

UDF – Universidade do Distrito Federal

UEMS - Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

UFC - Universidade Federal do Ceará

UFG – Universidade Federal de Goiás

UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UFMS - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

UFMT – Universidade Federal de Mato Grosso

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UNB – Universidade de Brasília

UNE - União Nacional dos Estudantes

UNEMAT – Universidade do Estado de Mato Grosso

UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas

USP – Universidade de São Paulo

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Evolução das Bolsas Estudantis por Modalidade-----	59
Tabela 2 – Sujeitos ingressantes, matriculados por curso e participantes da pesquisa--	67
Tabela 3 – Caracterização dos concluintes dos cursos de bacharelado 2019/1 do Campus Jane Vanini – UNEMAT/Cáceres quanto ao sexo -----	68
Tabela 4 – Caracterização dos concluintes dos cursos de bacharelado 2019/1 do Campus Jane Vanini -UNEMAT/Cáceres quanto a: idade, cor/raça, estado civil e filhos -----	70
Tabela 5 – Antecedentes escolares dos concluintes dos cursos de bacharelado 2019/1 do Campus Jane Vanini - UNEMAT/Cáceres-----	73
Tabela 6 – Escolaridade dos pais dos concluintes dos cursos de bacharelado 2019/1 do Campus Jane Vanini - UNEMAT/Cáceres-----	75
Tabela 7 – Caracterização econômica dos concluintes dos cursos de bacharelado 2019/1 do Campus Jane Vanini - UNEMAT/Cáceres, quanto a: renda familiar e atividade remunerada exercida pelo estudante -----	76
Tabela 8 – Caracterização econômica dos concluintes dos cursos de bacharelado 2019/1 do Campus Jane Vanini - UNEMAT/Cáceres, quanto a: com quem vive e quantidade de pessoas da família que moram com o estudante -----	78

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Objetivos Específicos/ Finalidade e Procedimentos Metodológicos -----	26
Quadro 2 – Quantidade de trabalhos encontrados no Banco de Teses e Dissertações (CAPES) – (Geral)-----	36
Quadro 3 – Quantidade de trabalhos encontrados no banco de dados (CAPES) com os filtros: tipo (Mestrado e Doutorado), ano (2008 – 2018), grande área do conhecimento (Ciências Humanas), área do conhecimento (Educação), área de concentração (Educação) e Programa (Educação) -----	37
Quadro 4 – Descrição das produções relevantes encontradas -----	38
Quadro 5 – Evolução no número de matriculados e diplomados dos Cursos de Bacharelado – Campus Jane Vanini/Cáceres no período de 2014/2 a 2019/1 -----	63
Quadro 6 – Vagas, matriculados e concluintes dos cursos de bacharelado presenciais Campus de Cáceres 2014 – 2018-----	64

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Dificuldade para ingresso-----	81
Gráfico 2 – Razão da escolha do curso-----	82
Gráfico 3 – Motivos de permanência no curso -----	83
Gráfico 4 – Satisfação com o curso -----	84
Gráfico 5 – Professores motivadores da permanência-----	85
Gráfico 6 – Contribuição dos processos avaliativos para a permanência -----	86
Gráfico 7 – Participação em programa acadêmico com bolsa -----	87
Gráfico 8 – Aspectos desmotivadores da participação em programas acadêmicos -----	88
Gráfico 9 – Participação em programa de AE -----	89
Gráfico 10 – O que pensa em relação aos programas de AE-----	90
Gráfico 11 – Uso do recurso obtido com a bolsa -----	91
Gráfico 12 – Aspectos motivadores para a permanência -----	92
Gráfico 13 – O estágio -----	93
Gráfico 14 – Perfil social, familiar e educacional dos estudantes dos cursos de bacharelado concluintes em 2019/1, Campus Jane Vanini -UNEMAT/ Cáceres -----	94
Gráfico 15 – Perfil geral dos estudantes de bacharelado concluintes em 2019/1, Campus Jane Vanini – UNEMAT/Cáceres -----	95

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 – Campus Jane Vanini – UNEMAT/ Cáceres-----	31
Fotografia 2 – Vista aérea da cidade de Cáceres-MT-----	34

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO -----	20
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO METODOLÓGICA DA PESQUISA -----	28
2.1 Abordagem e pressupostos da pesquisa -----	28
2.2 O local da pesquisa e os sujeitos -----	31
2.3 Balanço de produção -----	35
2.4 Análise de documentos -----	43
2.5 Pesquisa de Campo -----	44
3 EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL PÓS – LDB: ACESSO E PERMANÊNCIA -----	46
3.1 Contextos legais e históricos da expansão e democratização da educação superior no Brasil -----	46
3.2 Acesso e permanência: conceitos, políticas brasileiras e programas para a permanência na UNEMAT -----	54
3.3 Formas de ingresso na UNEMAT -----	60
4 OS CURSOS DE BACHARELADO NA UNEMAT 2014/2 – 2019/1 -----	62
4.1 Perfil dos estudantes dos cursos de Bacharelado 2014/2 – 2019/1 do Campus Jane Vanini – UNEMAT/Cáceres -----	66
4.2 Perfil sociodemográfico dos estudantes ingressantes em 2014/2 - 2019/1 quanto ao: sexo-----	68
4.3 Perfil escolar dos estudantes ingressantes em 2014/2 -2019/1 quanto aos: antecedentes escolares dos estudantes e nível de escolaridade do pai e da mãe -----	73
4.4 Perfil econômico dos estudantes ingressantes em 2014/2 - 2019/1 quanto a: renda familiar, tipo de atividade que exerce e com quem vive -----	76

5 A PERMANÊNCIA NA PERSPECTIVA DOS ESTUDANTES CONCLUINTES----	81
5.1 Considerações sobre o perfil acadêmico dos estudantes -----	81
5.2 Perfil dos estudantes e fatores promotores de permanência -----	94
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS -----	98
REFERÊNCIAS -----	102
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO DO ESTUDANTE-----	111
APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO - TCLE-----	117

1 INTRODUÇÃO

A presente dissertação está vinculada à Linha de Pesquisa Formação de Professores, Políticas e Práticas Pedagógicas do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) e tem como objeto de estudo a permanência na educação superior. A pesquisa está pautada no conceito de acesso elaborado por Silva e Veloso, que compreende acesso como um conceito que inclui múltiplas dimensões.

Por acesso entende-se a participação na educação superior. Na perspectiva acadêmica, o ato de acessar, inicialmente, implica em considerar o ingresso a esse nível de ensino. No entanto, torna-se limitante o desprezo das dimensões de permanência e de conclusão dos estudos. A fim de avançar ainda mais nas políticas educacionais, é necessário abarcar a qualidade da formação. Assim, percebe-se a abrangência do tema acesso, visto que, ao submetê-lo a aprofundamentos, transcende-se à mera questão do ingresso do estudante. As dimensões que comporta (ingresso, permanência, conclusão e formação), vistas no conjunto, segundo os indicadores quantitativos (quantos?) e na sua complexidade (a quem? a que fins? como?), sinalizam as possibilidades da democratização do acesso. (SILVA; VELOSO, 2010, p. 222).

É importante destacar que dada as limitações da pesquisa, em nossa investigação trataremos sobre a permanência, sem deixar de considerar as articulações com as demais dimensões. Muito tem se discutido em esfera nacional e internacional sobre o acesso e a permanência na Educação Superior (ES). Pesquisas realizadas como as de: Oliveira (2013), Primão (2015), Souza (2012) entre outros no âmbito da ES apontam que houve um crescimento na oferta do número de vagas nas Instituições de Educação Superior (IES) públicas e privadas, nos últimos 10 anos. Situação está que proporcionou acesso a uma quantidade maior de indivíduos ao espaço da Universidade e outras IES. Estes fatos nos instigam e suscitam questionamentos, pois, mesmo com expressivo aumento da oferta de vagas, o que presenciei¹ com frequência nas cerimônias de Colação de Grau da Universidade do Estado de Mato Grosso, em Cáceres, foi a redução do quantitativo de concluintes. Assim, provocadas pelo contexto, passamos a problematizar e estudar esta situação e compreendemos que, mesmo com políticas públicas de acesso (ingresso), a permanência e a conseqüente conclusão do curso ainda é um problema nas IES brasileiras, inclusive na Universidade do

¹ Na parte inicial do texto optamos pelo uso da primeira pessoa do singular quando a escrita se referir a experiências pessoais da pesquisadora.

Estado de Mato Grosso (UNEMAT), local desta pesquisa e por isso é objeto desta investigação.

Um dos fatores determinantes na escolha do objeto de estudo está diretamente ligado à trajetória pessoal, profissional, as vivências me aproximaram da pesquisa, uma vez que pertencendo a família de pais da classe trabalhadora, sempre vimos no estudo uma possibilidade para outra vida, diferente daquela dos meus pais. Destacando que essa outra vida se refere à oportunidade de acesso à escola, ao estudo, coisas que eles não tiveram, pelas próprias circunstâncias históricas, uma vez que a educação não era para todos.

Guiada pelos conselhos e incentivada a estudar, mesmo nas limitações, fiz do acesso conquistado, uma ponte para concluir os estudos, permanecendo, garantindo assim aprendizados e saberes, honrando a oportunidade que pai e mãe não tiveram. Na sequência trago uma pequena parte dessa trajetória e a aproximação com a temática da pesquisa, embarco num passado saudoso, símbolo de superação, superação das próprias condições de vida.

Sou a terceira integrante da família a ingressar e concluir um curso de Educação Superior e a primeira a enveredar pelos caminhos da pós-graduação *stricto sensu*, filha de trabalhadores rurais, não letrados, vindos do nordeste brasileiro em busca de melhores condições de vida. Caçula de família composta por nove filhos. Meus pais tiveram o direito negado à educação, não puderam estudar, se escolarizar, por isso eles entendiam que a história das filhas poderia, deveria ser diferente e para isso teriam que enfrentar grandes desafios, principalmente, pelas poucas condições financeiras que possuíam.

Nasci em 1976, na cidade de Rio Branco, uma pequena cidade do interior de Mato Grosso. Vivi até os sete anos de idade em Cristinópolis (Distrito de Rio Branco/MT). Na escola de Cristinópolis o ensino se dava até a quinta série; as irmãs mais velhas, após concluir essa etapa não tinham mais como continuar os estudos, então minha mãe, mulher de muita coragem e ousadia, decidiu que íamos mudar para a cidade de Cáceres, objetivando que pudéssemos prosseguir os estudos.

Desta forma, em 1984, chegamos à cidade de Cáceres/MT. Ingressei na 1ª série do 1º grau na Escola Estadual “Dom Galibert”. Esse momento vai marcar e simbolizar que sou filha e fruto da educação pública de qualidade. Meu percurso estudantil nesta escola será até a 3ª série do 1º grau.

No ano de 1987, minha mãe fez minha matrícula na Escola Estadual São Luís, pelo fato desta ser próxima de nossa residência. Nesta escola, cursei o restante do 1º grau. Ainda

nesta fase escolar, comecei a trabalhar como babá, pois, assim como muitos brasileiros e brasileiras, oriundos da classe trabalhadora, desde muito cedo tive que ajudar nas despesas familiares.

Já no ano de 1992, matriculei-me no Magistério – Curso de 2º grau profissionalizante com Habilitação para as séries iniciais. Optei por fazer o curso profissionalizante, porque este me proporcionaria o ingresso na profissão. O Magistério teve a duração de 4 anos e funcionava em período integral. Concluí o curso em dezembro de 1996.

Em fevereiro do ano seguinte, iniciei minha trajetória profissional, atuando como professora da Educação Infantil na Escola Estadual São Luís – PROSOL.

No segundo semestre de 1997, prestei vestibular para o curso de Pedagogia na UNEMAT, sendo aprovada. Fiz a matrícula e comecei a frequentar os espaços da ES. Durante a graduação (1997 – 2001), por ter que dividir o tempo de estudo com as atividades de trabalho, não pude usufruir da ambiência acadêmica nas áreas de extensão, monitoria e pesquisa. Pelo percurso da própria vida e das condições sociais, durante esses anos não tive oportunidade de me aproximar da pesquisa, o que só veio a acontecer tempos depois, por ocasião da atuação profissional.

O tema que permeia este estudo tomou maiores proporções a partir de minha atuação profissional como coordenadora e docente do curso de Pedagogia da Faculdade do Pantanal – FAPAN/Cáceres.

Sou professora há vinte e dois anos, sendo que a maior parte deste tempo atuei na Educação Básica (18 anos), principalmente na educação infantil. No decorrer dos anos de 2011 a 2015 trabalhei como coordenadora e docente do Curso de Pedagogia da FAPAN - instituição privada de educação superior no Município de Cáceres/MT. Nos anos de 2011 a 2015 fiz parte do quadro de trabalhadores da IES. Atuando como coordenadora e docente do Curso de Pedagogia, mas ao mesmo tempo, convivendo e relacionando com os profissionais e acadêmicos dos demais cursos ofertados pela IES surgiu a curiosidade de querer compreender o número elevado de evasão e quais os motivos levavam a este fator, bem como quais as políticas de permanência poderiam contribuir para a diminuição destes índices. Enfim, essa preocupação deixou de ser somente pessoal e passou a fazer parte das indagações dos mantenedores da referida instituição.

Assim sendo, em 2012 fui convidada a colocar em prática um projeto piloto da instituição, intitulado “Projeto Resgate”, o qual tinha como objetivo fazer um levantamento quantitativo dos estudantes evadidos dos Cursos de Administração, Ciências Contábeis,

Psicologia, Pedagogia e Sistemas de Informação² e fazer com que estes acadêmicos pudessem retornar ao percurso da faculdade. O projeto teve um excelente êxito e a partir deste a IES formulou suas políticas de permanência. Porém, mesmo com todo envolvimento que tive com o projeto não ousei naquele momento ingressar no Mestrado. Fiquei no quadro da instituição até o ano de 2015 e no ano seguinte retornei à educação básica.

Ao retornar à educação básica na escola pública, senti que me faltava algo. Estava feliz em retornar ao chão da sala de aula, mas sentia que para minha realização pessoal e profissional havia chegado a hora de enveredar pelos caminhos da pós-graduação.

Assim sendo, motivada por aspirações pessoais e profissionais fiz o seletivo para aluno especial. Para minha alegria, fui aprovada no seletivo e ingressei como aluna especial. No decorrer da disciplina fui percebendo o forte desejo de participar do universo da pesquisa. Neste mesmo ano abriu o edital de seleção para o mestrado. Depois de superar o medo, inscrevi-me para o seletivo. As discussões realizadas no âmbito da disciplina suscitadas pela docente contribuíram para o amadurecimento e compreensão do espaço da pós-graduação bem como para minha aprovação.

Em 2018, ingresso no Mestrado em Educação da UNEMAT.

Ao ingressar, cursar as disciplinas e com a aproximação do Grupo de Pesquisa Acesso e Permanência na Educação Superior (GPAPES) do qual minha orientadora professora doutora Heloisa Salles Gentil faz parte, começo entender o universo da pesquisa e faço, com a contribuição do grupo, minha aproximação e interesse definitivo com a temática.

Dessa forma, partindo da experiência vivida no decorrer desses anos, formulo o problema desta pesquisa configurado na seguinte indagação: Quais os fatores interferentes para a permanência dos estudantes ingressantes pelo vestibular UNEMAT nos cursos de bacharelado ofertados no Campus Jane Vanini/Cáceres, concluintes em 2019/1?

Ao descrever minha trajetória de vida, meu percurso acadêmico e profissional, visualizo a relevância pessoal deste estudo e neste momento situada no espaço da produção científica busco conhecer a relevância científica e social da pesquisa.

Sendo assim, a pesquisa de caráter científico, terá relevância social pelo conjunto de dados e informações que colocará à disposição de toda a sociedade interessada no assunto, e mais especificamente, fornecerá embasamento para a Universidade do Estado de Mato Grosso, estudantes, docentes e gestores, que poderão apropriar-se dos resultados da pesquisa,

² Os cursos supracitados referem-se aos cursos ofertados pela FAPAN naquele período (2012).

rediscuti-los e propor novas reflexões acerca da permanência nos cursos de Bacharelados da instituição do *Campus* de Cáceres/MT.

Este estudo deverá fomentar novas pesquisas que poderão ser complementares ou até mesmo contradizer os resultados encontrados, mas de todo modo, estará ampliando reflexões, bem como, dando a possibilidade de inovações e mudanças caso sejam necessárias.

A temática da permanência na ES no âmbito da UNEMAT está em discussão, exigindo dados mais aprofundados para que sejam viabilizadas políticas que promovam a permanência dos estudantes universitários e a conclusão com qualidade.

Para Lima e Nodari (2018, p. 374) “o acesso constitui apenas a primeira etapa das muitas que envolvem a Educação Superior, a permanência está relacionada ao ingresso e sucesso dos estudantes e o percurso entre o acesso a um curso de graduação e a sua conclusão é um caminho longo e com muitos desafios”. Concordando com os autores, é necessário que a permanência esteja pautada em políticas que, compreendam o acesso como composto pelas suas diversas dimensões, possibilitando ingresso, formação com qualidade no ensino aprendizagem e conclusão do curso pelos estudantes. (SILVA e VELOSO, 2013).

O Grupo de Pesquisa em Acesso e Permanência na Educação Superior – GPAPES (UNEMAT) realizou estudos a respeito de *acesso na dimensão do ingresso*, atualmente (2019) está em foco a *dimensão da permanência* com as pesquisas de Neves (2019), Souza (2019) e Souza (2020), pesquisas estas já finalizadas, e ainda se encontra em desenvolvimento a pesquisa de Silva (2020).

Em conformidade com os propósitos da investigação, anunciamos que a pesquisa foi desenvolvida na perspectiva quanti-qualitativa e as análises de dados foram realizadas a partir de categorias iniciais (acesso, com destaque para a dimensão da permanência) e emergentes que surgiram a partir das análises dos dados como: perfil social, condições educacionais, condições econômicas, condições familiares, trajetória na universidade e fatores de permanência.

A pesquisa intitulada: Fatores de permanência dos estudantes dos Cursos de bacharelado do Campus Jane Vanini – UNEMAT /Cáceres, foi desenvolvida no município de Cáceres – MT. Teve sua realização no Campus Universitário “Jane Vanini” - UNEMAT e envolveu como sujeitos os estudantes dos Cursos de bacharelado³, a saber: Agronomia,

³ O campus de Cáceres oferta sete cursos de bacharelado: Agronomia, Ciências Biológicas, Ciências Contábeis, Ciências da Computação, Direito, Enfermagem e Medicina, com períodos de integralização diferenciados.

Ciências Biológicas⁴, Ciências Contábeis, Ciências da Computação, Direito e Enfermagem, matriculados no último semestre de cada curso (conforme informação da SAA) ingressantes pelo vestibular UNEMAT 2014/2 e possíveis concluintes 2019/1.

A UNEMAT dispõe de um sistema misto de ingresso, ou seja, no primeiro semestre de cada ano é utilizado o SISU, através das notas obtidas pelos candidatos no ENEM, e no segundo semestre o ingresso é pelo vestibular próprio da instituição, sendo que em ambos os casos, ocorre a reserva de vagas de 40% para a ampla concorrência, 35% para estudantes oriundos de escolas públicas e 25% para os optantes pelo PIIER⁵. Esta pesquisa terá como referência apenas os ingressantes no vestibular próprio da IES, dados os limites de tempo para sua realização.

Por assim dizer, justificamos que o Curso de Bacharelado em Medicina não fez parte desta pesquisa por ter sofrido alteração na duração do tempo mínimo de integralização em 2014/2, anterior a este período, o curso tinha a duração de cinco (05) anos e com a mudança, passa a ter a duração de seis (06) anos, ou seja, tempo mínimo de integralização de 12 semestres e máximo 18 semestres, conforme pode ser constatado no edital nº 001/14 – COVEST - Concurso Vestibular 2014/2⁶ sendo assim, não possui turma concluinte em 2019/1, período em que este estudo foi desenvolvido (2018 – 2020).

O objetivo geral desta investigação é **analisar os fatores interferentes para a permanência dos estudantes ingressantes pelo vestibular UNEMAT nos cursos de bacharelado ofertados no Campus Jane Vanini/Cáceres, concluintes em 2019/1**. Para isso, traçaram-se os seguintes objetivos específicos:

- ✓ Traçar um panorama das questões relativas à permanência na educação superior no Brasil e especificamente na UNEMAT, por meio do estudo de pesquisas já realizadas;
- ✓ Mapear o perfil dos estudantes concluintes, a partir dos dados do questionário aplicado;

Ciências Contábeis e Ciências da Computação têm duração de quatro anos, Medicina de seis e os demais, cinco anos.

⁴O Curso de Licenciatura Plena e Bacharelado em Ciências Biológicas, da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT – Campus de Cáceres, apresenta as duas modalidades (Licenciatura e Bacharelado) com uma única entrada de vestibular ou SiSU/ENEM habilitando o educando, quando egresso, à carreira docente e técnica. (Dados extraídos do PPC 2013, p.4).

⁵ O Programa de Integração e Inclusão Étnico-Racial – PIIER – foi criado em 2004 e implantado no segundo semestre de 2005. Desde então, parte do número total das vagas ofertadas em todos os cursos de graduação da Unemat ficou reservada a candidatos autodeclarados negros (de cor preta ou parda), de acordo com critérios adotados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Disponível em: <http://portal.unemat.br/?pg=site&i=proeg&m=acoes-afirmativas>

⁶ O edital pode ser acessado na íntegra no endereço: <http://vestibular.unemat.br/20142/>

- ✓ Delinear as políticas de ou as que contribuam com a permanência em desenvolvimento na UNEMAT, estudando a legislação da IES e trabalhos já produzidos pelo grupo de pesquisa;
- ✓ Realizar um levantamento quantitativo e analisar os dados publicados nos Anuários Estatísticos da IES que se referem a ingresso e conclusão nos cursos de bacharelado no campus de Cáceres nos últimos cinco anos, 2014/2 a 2019/1;
- ✓ Identificar, a partir da percepção dos estudantes concluintes os fatores que contribuíram para a permanência, por meio de aplicação de questionário.

Desta forma, adotamos os caminhos metodológicos explicitados no Quadro 1, a fim de alcançarmos os objetivos específicos.

Quadro 1 - Objetivos Específicos/ Finalidade e Procedimentos Metodológicos

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	FINALIDADE	PROCEDIMENTO
Traçar um panorama das questões relativas à permanência na educação superior no Brasil e na UNEMAT	Reconhecimento do campo de estudos Fundamentação teórica Contextualização do problema	Estudos bibliográficos Estudo documental
Mapear o perfil dos concluintes	Caracterização dos estudantes que ingressaram pelo vestibular nos cursos de bacharelado	Questionário estruturado com concluintes dos cursos de bacharelado 2019/1
Delinear as políticas de ou as que contribuam com a permanência em desenvolvimento na UNEMAT;	Verificação da relação efetiva de programas de Assistência Estudantil (AE) e/ou de Ações Qualificadoras de Ensino (AQE) com a permanência	Estudo de documentos institucionais sobre AE e AQE. Estudos bibliográficos
Realizar um levantamento quantitativo e analisar os dados publicados nos Anuários Estatísticos da IES que se referem a ingresso e conclusão nos cursos de bacharelado no campus de Cáceres nos últimos cinco anos, 2014/2 a 2019/1;	Análise dos dados sobre ingresso e conclusão de cursos no período e em cada curso em foco	Coleta dos dados no anuário Estatístico da IES e Supervisão de Apoio Acadêmico (SAA)
Identificar, a partir da percepção dos estudantes concluintes, os fatores que contribuíram para a permanência.	Compreensão das diversas motivações dos estudantes para a permanência.	Análise de questionário estruturado com concluintes dos cursos de bacharelado 2019/1

Fonte: Elaborado pela autora

Essa pesquisa foi aprovada e autorizada por meio do Parecer Consubstancial nº 296.44.09, do Comitê de Ética em Pesquisa - CEP da UNEMAT, no dia 16 de outubro de 2018. A coleta de dados foi realizada no período de março a junho de 2019.

Durante a realização deste estudo foram encontradas algumas dificuldades. O primeiro impasse está relacionado à prontidão de alguns coordenadores de cursos que por vezes dificultam o acesso às turmas para a realização do questionário. Em seguida, a dúvida dos acadêmicos da participação ou não na pesquisa e a devolutiva dos questionários contendo

questões sem nenhuma resposta, principalmente nas questões abertas. Contudo, na superação dessas barreiras, a pesquisa foi se constituindo.

Buscando alcançar respostas para os objetivos propostos, este estudo se apresenta em cinco partes, sendo assim divididas para melhor compreensão do que investigamos.

Primeiramente, a introdução, explicitando o problema de pesquisa, a trajetória pessoal e profissional da pesquisadora e sua aproximação com o objeto de estudo e os objetivos desta investigação. Na segunda seção, apresentamos a fundamentação teórica e metodológica da pesquisa. Na terceira seção, trazemos discussões e estudos acerca da Educação Superior no Brasil Pós-LDB: Acesso e Permanência, o que nos ajuda a compreender o contexto histórico social em que se insere a problemática desta pesquisa. Na quarta seção, caracterizamos a universidade em foco – UNEMAT - e especialmente os cursos de Bacharelado selecionados como objeto desta investigação, e, na quinta seção, apresentamos os dados obtidos na junção dos procedimentos com ênfase nos que resultaram dos questionários, tratando da Permanência na Perspectiva dos Estudantes.

Para finalizar, apresentamos as considerações finais deste trabalho, com a expectativa de poder contribuir com a área de pesquisa acerca da permanência na educação superior e especialmente com a UNEMAT em suas discussões sobre políticas institucionais.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO METODOLÓGICA DA PESQUISA

Nesta seção trazemos a fundamentação teórico-metodológica, apresentando a abordagem e pressupostos da pesquisa, o local e os sujeitos, os procedimentos e as etapas da pesquisa, o balanço de produção, a análise de documentos e a coleta de dados.

2.1 Abordagem e pressupostos da pesquisa

O ser humano é movido por sua curiosidade e pela busca constante para responder suas inquietações, esperanças, o verdadeiro sentido da vida e para isso faz várias indagações que trazem à tona o significado do ato de conhecer, pois o conhecimento nos capacita para apreender, interpretar e compreender o mundo e suas relações.

O conhecimento é algo que se faz em um processo. Não é algo imutável, estático, neutro. Vale aqui ressaltar que nem sempre o conhecimento foi visto e entendido como processo. Em outros tempos, entendia-se o conhecimento como algo inato do ser humano e imutável, conforme citação:

Ora, hoje em dia, o conhecimento passou a ser considerado como um processo e não como um dado adquirido uma vez por todas. Esta noção de conhecimento foi substituída por outra, que o vê antes de tudo como um processo, como uma história que, aos poucos e incessantemente, fazem-nos captar a realidade a ser conhecida. Devemos falar hoje de conhecimento - processo e não mais de conhecimento-estado [...] (JAPIASSU, 1934, p.27)

Percebemos que o entendimento do que é o conhecimento depende do momento histórico no qual este se faz, depende também das relações estabelecidas entre o ato do conhecer e a realidade a ser conhecida. Pois, o saber pode ser definido como:

[...] um conjunto de conhecimentos metodicamente adquiridos, mais ou menos sistematicamente organizados e susceptíveis de serem transmitidos por um processo pedagógico de ensino. Neste sentido bastante lato, o conceito de "saber" poderá ser aplicado à aprendizagem de ordem prática (saber fazer, saber técnico...) e, ao mesmo tempo, às determinações de ordem propriamente intelectual e teórica. (JAPIASSU, 1934, p.15)

O conhecimento como processo passa por constantes transformações e aprimoramentos. Desta forma, podemos compreender que o conhecimento é capaz de criar, transformar e modificar as realidades que nos cercam, pois,

Se nosso conhecimento se apresenta em devir, só conhecemos realmente quando passamos de um conhecimento menor a um conhecimento maior. A tarefa da epistemologia consiste em conhecer este devir e em analisar todas as etapas de sua estruturação, chegando sempre a um conhecimento provisório, jamais acabado ou definitivo. (JAPIASSU, 1934, p.27.)

Conforme a citação anterior o conhecimento se faz numa constante. O conhecimento se constrói processualmente, partindo de uma visão micro para o macro, no sentido de ampliação dos horizontes em relação ao objeto a ser conhecido.

Na abordagem crítico-dialética, o conhecimento é o resultado da relação entre um sujeito cognoscente e um objeto a ser conhecido, ou seja, o sujeito no qual o conhecimento está em processo e o objeto que será fonte de aprimoramento deste conhecimento. Desta maneira, o conhecimento poderá ser adquirido através da investigação. Para o autor, a ciência é tida como:

a) construção do conhecimento, construção de uma concepção de mundo sistematizada, coerente e consciente que guia práticas coerentes e conscientes; b) processo de compreensão da essência, desvendando nas manifestações fenomênicas, as contradições internas e as relações com os contextos sociais, econômicos e políticos, bem como os elementos de mediação. c) a ciência também é tida como o caminhar do empírico real ao concreto através do abstrato, elaborando e submetendo ao crivo das referências teóricas as experiências empíricas nas condições atuais e materiais; elaborar, articular e organizar o concreto pensado a partir do concreto real mediante elementos abstratos, e entender os fenômenos como fases contraditórias de uma mesma realidade concreta que abrange as partes e suas relações com a totalidade do social. (GAMBOA, 1998, p.110)

A ciência possibilita a construção do conhecimento sistematizado, pois produzimos o conhecimento para potencializar este mesmo conhecer que irá tornar-se ciência. Desta forma, “O conhecimento deve partir do real concreto para alcançar algo novo. Pisando no chão firme da realidade, caminha-se em direção a algo melhor” (GAMBOA, 1998, p.6). Nesta sintonia, Fonseca (2002, p.10) sustenta que “o conhecimento humano é na sua essência um esforço para resolver contradições, entre as representações do objeto e a realidade do mesmo”. O conhecimento científico requer certo rigor, método e uma sistematização própria da ciência.

Nesse sentido, pesquisa é um instrumento, estratégia, forma sistemática de produção do conhecimento. O que diferencia um pesquisador é o modo de produção desse conhecimento. Pesquisa é definida como:

[...] procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. A pesquisa desenvolve-se por um processo constituído de várias fases, desde a formulação do problema até a apresentação e discussão dos resultados. (GIL, 2007, p. 17).

Na abordagem crítico-dialética o homem é considerado “como um ser social, isto é, indivíduo inserido no conjunto das relações sociais [...]”. (GAMBOA,1998, p.110). E ainda, o homem é entendido como:

[...] ser transformador da natureza através do trabalho, criador e construtor do ambiente social no qual ele mesmo vive. O homem não só é objeto determinado pela situação socioeconômica, produto de sua própria existência e das condições históricas senão que também é sujeito a quem cabe modificar e transformar a realidade. (GAMBOA, 1998, p.111)

Nesta abordagem educação,

[...] é tida, em primeiro lugar, como adaptação do homem a seu meio social. [...] a educação em cada momento histórico tem sido um dos instrumentos através do qual a classe dominante assegura sua dominação [...] muitas vezes, a educação, é reduzida institucionalmente a desempenhar o ‘papel ideológico’ de justificar e diferenciar as classes sociais através da cultura livresca e do saber escolarizado.[...] a educação também é tida como uma forma de luta política.[...] A educação também tem uma dimensão política no sentido da tomada de consciência , por parte dos educadores, da importância do trabalho educativo como ‘prática da liberdade’ e como uma forma de mudar o processo burocratizado, ideologizado e atrelado ao desenvolvimento econômico capitalista.(GAMBOA,1998,p.112)

A educação é uma forma de contribuir com a construção de novos saberes. Saberes estes que precisam ser instigados, aguçados e apurados cotidianamente, a fim de que possam mostrar soluções para problemas e realidades anteriormente apontadas.

Para alcançarmos respostas ao problema desta pesquisa, partimos dos pressupostos da perspectiva crítica, expostos anteriormente e adotamos uma abordagem quanti-qualitativa, inserida no contexto das pesquisas explicativas. Segundo Gil (1991, p. 42), as pesquisas explicativas “têm como preocupação central identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos”.

Para Minayo (2001) “[...] a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações [...]” na pesquisa qualitativa é preciso que o pesquisador se afaste um pouco de seu objeto de investigação, tendo em vista o grau de envolvimento e subjetividade que está propicia para o pesquisador.

A escolha por trabalhar com a abordagem quanti-qualitativa se justifica, pois,

Diferentemente da pesquisa qualitativa, os resultados da pesquisa quantitativa podem ser quantificados. Como as amostras geralmente são grandes e consideradas representativas da população, os resultados são tomados como se constituíssem um retrato real de toda a população alvo da pesquisa. A pesquisa quantitativa se centra na objetividade. Influenciada pelo positivismo, considera que a realidade só pode ser compreendida com base na análise de dados brutos, recolhidos com o auxílio de instrumentos padronizados e neutros. A pesquisa quantitativa recorre à linguagem matemática para descrever as causas de um fenômeno, as relações entre variáveis, etc. A utilização conjunta da pesquisa qualitativa e quantitativa

permite recolher mais informações do que se poderia conseguir isoladamente. (FONSECA, 2002, p. 20)

Demonstrados a abordagem e os pressupostos da pesquisa, discorreremos a seguir sobre o cenário onde a pesquisa foi realizada e os sujeitos envolvidos neste estudo.

2.2 O local da pesquisa e os sujeitos

Delimitamos como cenário para realização da pesquisa a UNEMAT – Campus Jane Vanini/Cáceres (Fotografia 1). A sede da UNEMAT fica localizada na cidade de Cáceres, uma cidade do interior. O município de Cáceres/MT situa-se a sudoeste de Mato Grosso, numa distância de 215 km da capital do Estado (Cuiabá), integrando a microrregião do alto Pantanal e a mesorregião do centro-sul- mato-grossense.

Fotografia 1 – Campus Jane Vanini – UNEMAT/ Cáceres



Fonte: Acervo da UNEMAT

A UNEMAT marca a história da educação superior do município de Cáceres e no Estado de Mato Grosso desde 1978. Sua sede administrativa fica situada em Cáceres, mas conta, em 2019, com 13 campus, situados em diferentes pontos do Estado: Alta Floresta, Alto Araguaia, Barra do Bugres, Cáceres, Colíder, Diamantino, Juara, Luciara, Nova Mutum, Nova Xavantina, Pontes e Lacerda, Sinop e Tangará da Serra, nos quais oferta cursos de graduação em licenciatura e bacharelado. Também oferece, além dos cursos presenciais, cursos à

distância e em modalidades diferenciadas (parcelada e indígena), e também pós-graduação *lato sensu* (especialização) e *stricto sensu* (mestrado e doutorado).

Em Cáceres - MT, no Campus Jane Vanini são ofertados os cursos de licenciaturas em: Biologia, Educação Física, Geografia, História, Letras, Matemática e Pedagogia, bem como os cursos de bacharelados em: Agronomia, Ciências Biológicas, Ciências Contábeis, Ciência da Computação, Direito, Enfermagem e Medicina, totalizando 15 cursos. É relevante dizer que Neves (2019) integrante do Grupo de Pesquisa GPAPES realizou estudo nos cursos de licenciaturas deste campus acerca da temática da permanência.

O município de Cáceres é um dos maiores do Mato Grosso, situado no ponto de confluência entre o rio Paraguai (margem esquerda) e as rodovias BR-070, BR-174 e BR-364 com uma área territorial de 24.796,8 km² (IBGE, 2000).

De acordo com o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) realizado em 2010, Cáceres, apresentava uma população de 87.942 habitantes. No entanto, na última projeção populacional realizada pelo IBGE em 2017, atualizou a população total do município para 91.271 habitantes. (PLANO DIRETOR MUNICIPAL PARTICIPATIVO, 2017, p. 30).

Segundo dados informados no Plano Municipal de Saneamento Básico (2014, p.58), o perfil socioeconômico da população por renda familiar no município de Cáceres, possui o maior percentual dos habitantes entre a renda de 1/2 a 01 salário Mínimo, e o segundo maior até 02 (dois) salários mínimos.

Em relação a questão de trabalho e renda, consideramos os dados extraídos do Instituto Brasileiro de Estatísticas (2018):

Em 2017, o salário médio mensal era de 3.2 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 15.6%. Na comparação com os outros municípios do estado, ocupava as posições 3 de 141 e 58 de 141, respectivamente. Já na comparação com cidades do país todo, ficava na posição 109 de 5570 e 2016 de 5570, respectivamente. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 37.7% da população nessas condições, o que o colocava na posição 60 de 141 dentre as cidades do estado e na posição 3058 de 5570 dentre as cidades do Brasil.

Ainda em relação ao trabalho no município de Cáceres, observa-se que:

[...] entre 2000 e 2010, a taxa de atividade da população de 18 anos ou mais (ou seja, o percentual dessa população que era economicamente ativa) passou de 67,71% em 2000 para 65,00% em 2010. Ao mesmo tempo, sua taxa de desocupação (ou seja, o percentual da população economicamente

ativa que estava desocupada) passou de 12,36% em 2000 para 8,46% em 2010, o grau de formalização dos ocupados de 18 anos ou mais foi de 42,23% em 2000 para 54,43% em 2010. (PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO, 2014, p. 60)

O setor de serviços é o maior gerador de empregos no município, seguido pelo segmento comercial. (PLANO DIRETOR MUNICIPAL PARTICIPATIVO, 2017, p. 41).

A indústria do turismo também vem crescendo nos últimos anos, destacando-se a pesca esportiva que atrai milhares de pessoas anualmente, principalmente no período de realização do Festival Internacional de Pesca. Cáceres, encontra-se situada numa região privilegiada do Pantanal mato-grossense, conta com a grandiosidade e exuberância do Rio Paraguai e seus afluentes. Fato este, que proporciona a exploração das potencialidades turísticas na região. Proporcionando oportunidades de emprego para a população.

Fotografia 2 – Vista aérea da cidade de Cáceres-MT



Fonte: Foto Edson Nunes

O Rio Paraguai gera um conjunto de serviços complementares, hotelaria, restaurantes, alugueis de embarcações, venda de equipamentos, de iscas, guias, piloteiros de lanchas, barcos hotéis, pousadas ao longo do rio.(PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO,2014, p.66)

Compreendemos que os serviços educacionais, também são uma característica de Cáceres, como de atendimento ao seu entorno. (PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO, 2014, p.66). Neste cenário repleto de belezas naturais de desigualdades sociais, encontra-se a UNEMAT/Campus Universitário Jane Vanini (local desta pesquisa) o qual atende a todos os municípios circunvizinhos: Mirassol D'Oeste, São José dos Quatro Marcos, Araputanga, Rio Branco, Salto do Céu, Glória D'Oeste, Lambari D'Oeste, Porto Esperidião, Curvelândia e todas as comunidades rurais dos municípios.

Assim sendo, para esta pesquisa intitulada: Fatores de permanência dos estudantes dos Cursos de Bacharelado do Campus Jane Vanini – UNEMAT/Cáceres fizemos a escolha por trabalhar com os cursos de bacharelado de um mesmo período (2014 -2019), a saber: Agronomia, Ciências Biológicas, Ciências Contábeis, Ciências da Computação, Direito e Enfermagem, com estudantes que estivessem matriculados no último semestre de cada curso (conforme informação da SAA) e fossem ingressantes pelo vestibular UNEMAT 2014/2. Optamos pelos estudantes que ingressaram por meio do vestibular próprio da IES pelo fato de que seriam possíveis concluintes em 2019/1, limitados pelo tempo para a conclusão da pesquisa de Mestrado.

Tendo apresentado o local e os sujeitos envolvidos na pesquisa, passamos a observar a produção científica acerca da temática da permanência na educação superior, com o intuito de melhor embasar a pesquisa que ora realizamos.

2.3 Balanço de produção

Para o desenvolvimento da pesquisa fizemos um balanço de produção dos estudos que abordam a temática da Permanência na Educação Superior, pois para Ferreira (2002) é importante:

[...] mapear e de discutir uma certa produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento, tentando responder que aspectos e dimensões vêm sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares, de que formas e em que condições têm sido produzidas certas dissertações de mestrado, teses de doutorado, publicações em periódicos e comunicações em anais de congressos e de seminários. (FERREIRA, 2002, p.258).

O levantamento das pesquisas aqui apresentado, foi realizado através de consultas *online* à base de dados (acesso livre) da CAPES. O motivo que nos levou a escolhermos essa

base de dados (CAPES) foi o fato de “ser um órgão oficial do governo, que agrega pesquisas das principais universidades brasileiras e as disponibiliza em base de dados digitais de acesso livre” (MILHOMEM, GENTIL & AYRES, 2010, p.4).

Ao realizarmos o levantamento das produções científicas definimos os seguintes descritores para a busca: “acesso e permanência”, “democratização”, “democratização da Educação Superior”, “fluxo acadêmico”, “políticas de assistência estudantil” e “políticas de permanência”. Utilizamos como recorte temporal o período de 2008 – 2018 em decorrência de ser após aprovação do PNAES que ocorreu em 2007 e este ser um marco importante para este estudo.

Na primeira procura, preferimos não fazer nenhum refinamento, a fim de verificarmos o quantitativo de estudos realizados acerca da temática com cada descritor, fato este que proporcionou uma grande abrangência na quantidade de estudos encontrados, conforme podemos observar no quadro que segue:

Quadro 2 – Quantidade de trabalhos encontrados no Banco de Teses e Dissertações (CAPES) – (Geral)

Descritores	Dissertações e Teses
“acesso e permanência”	570
“democratização”	4.829
“democratização da educação superior”	59
“fluxo acadêmico”	3
“políticas de assistência estudantil”	147
“políticas de permanência”	32

Fonte: Elaborado pela autora com dados extraídos do Banco de Teses e Dissertações da CAPES.

Observando o quadro, notamos que o descritor “democratização” apresentou um número elevado de dissertações e teses (4.829), ao realizarmos uma breve leitura de alguns dos títulos de cada trabalho apresentado, percebemos que estes não enfocavam especificamente a questão da ES e que por esse motivo não interessaram diretamente para este estudo. Prosseguimos as buscas com os demais descritores, a saber: “acesso e permanência”, “democratização da Educação Superior”, “fluxo acadêmico”, “políticas de assistência estudantil” e “políticas de permanência” por entendermos que estes conseguiriam atender ao objetivo desta pesquisa.

O Portal Domínio Público do Banco de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) proporcionou a possibilidade de fazermos doze refinamentos na busca, dos quais escolhemos seis: tipo (Mestrado e Doutorado), ano (2008 – 2018), grande área do conhecimento (Ciências Humanas), área do conhecimento (Educação), área de concentração (Educação) e programa (Educação).

No quadro a seguir apresentamos os resultados encontrados de acordo com cada filtro e descritor:

Quadro 3 – Quantidade de trabalhos encontrados no banco de dados (CAPES) com os filtros: tipo (Mestrado e Doutorado), ano (2008 – 2018), grande área do conhecimento (Ciências Humanas), área do conhecimento (Educação), área de concentração (Educação) e Programa (Educação)

DESCRITORES						
	“Acesso e Permanência”	“Democratização da Educação Superior”	“Fluxo Acadêmico”	“Políticas de Assistência Estudantil”	“Políticas de Permanência”	Total
2008						
Mestrado	12	0	0	0	0	24
Doutorado	9	0	0	0	3	
2009						
Mestrado	5	0	0	0	0	5
Doutorado	0	0	0	0	0	
2010						
Mestrado	20	0	0	0	0	20
Doutorado	0	0	0	0	0	
2011						
Mestrado	11	0	0	0	0	11
Doutorado	0	0	0	0	0	
2012						
Mestrado	16	0	0	0	0	16
Doutorado	0	0	0	0	0	
2013						
Mestrado	0	3	1	0	0	4
Doutorado	0	0	0	0	0	
2014						
Mestrado	0	0	0	2	0	2
Doutorado	0	0	0	0	0	
2015						
Mestrado	0	1	0	0	1	2
Doutorado	0	0	0	0	0	
2016						
Mestrado	0	3	1	2	1	7
Doutorado	0	0	0	0	0	
2017						
Mestrado	0	4	0	1	1	6
Doutorado	0	0	0	0	0	
2018						
Mestrado	0	1	0	5	0	6
Doutorado	0	0	0	0	0	
Total geral de produções de 2008-2018						103

Fonte: Elaborado pela autora com dados extraídos do Banco de Teses e Dissertações da CAPES.

Ao término do levantamento, passamos à leitura dos resumos para que pudéssemos perceber os trabalhos que de fato trariam contribuições para a nossa pesquisa.

Após a leitura dos resumos, selecionamos os estudos que eram pertinentes à temática de nosso estudo e que contribuíram para alcançarmos o objetivo proposto em nosso trabalho. Elaboramos então, um quadro com as produções que consideramos serem relevantes, conforme segue:

Quadro 4 - Descrição das produções relevantes encontradas

Nº	Título Autor (a)	Objetivo	Ano	IES
01	Permanência na Educação Superior Pública: O Curso de Enfermagem da Universidade Federal de Mato Grosso, Campus Universitário de Sinop. PRIMÃO, Juliana Cristina Magnani	Analisar os fatores que determinam a Permanência do estudante na educação superior pública, com ênfase no curso de Enfermagem do <i>Campus</i> Universitário de Sinop, Universidade Federal de Mato Grosso.	2015	Universidade Federal de Mato Grosso
02	O Desempenho dos Estudantes no Vestibular e a Permanência nos Cursos de Graduação da UNEMAT NODARI, Douglas Ehle.	Analisar a correlação entre o desempenho dos estudantes no vestibular e a permanência nos cursos de graduação da UNEMAT	2016	Universidade do Estado de Mato Grosso
03	A Política de Assistência Estudantil na Educação Superior: Um Estudo de Caso no Instituto Federal de Mato Grosso do Sul – IFMS (2012 – 2016) GARCIA, Débora Rogéria Neres de Souza.	Analisar como as ações da Política de Assistência Estudantil se configuram no atendimento aos estudantes matriculados na educação superior do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul – IFMS.	2018	Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
04	O Percurso Acadêmico do Trabalhador – Estudante na Graduação em Enfermagem: Entre os Plantões Noturnos e o Ensino Diurno. OLIVEIRA, Suellen Rodrigues de.	Analisar o percurso acadêmico do trabalhador-estudante, Técnico em Enfermagem, inserido na graduação em Enfermagem da Universidade Federal de Mato Grosso, <i>Campus</i> Universitário de Sinop, buscando compreender quais as estratégias utilizadas por esses estudantes para viabilizar sua permanência na vida acadêmica.	2013	Universidade Federal de Mato Grosso
05	Política de Educação Superior e os Programas de Permanência para Universidades Públicas: Um Estudo da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – 2003 a 2010. SOUZA, Débora Juliana	Investigar os programas de permanência implementados nas universidades públicas, em específico a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), no contexto das políticas de Educação Superior, no período de 2003 a 2010.	2012	Universidade Católica Dom Bosco

	Nepomuceno de.			
--	----------------	--	--	--

Fonte: Elaborado pela autora com dados extraídos do Banco de Teses e Dissertações da CAPES

Conforme descrições apresentadas no quadro acima, após termos realizado a leitura na íntegra dos cinco (5) trabalhos elencados, constatamos que todos eles estão relacionados com a temática de nossa pesquisa: Primão (2015), Nodari (2016), Souza (2012), Garcia (2018) e Oliveira (2013).

Na pesquisa: “Permanência na Educação Superior Pública: O Curso de Enfermagem da Universidade Federal de Mato Grosso, Campus Universitário de Sinop”, Primão (2015) analisa os fatores que determinam a permanência do estudante na educação superior pública, buscando identificar o perfil socioeconômico educacional desses concluintes e os fatores que se apresentam como ameaçadores da permanência no trajeto universitário. Ressaltou que entre os fatores que ameaçam a permanência dos estudantes durante o trajeto universitário se destacam: a condição de estudante trabalhador, as dificuldades encontradas nos semestres iniciais do curso, a estrutura deficiente do *Campus*, a inexistência de um processo de recepção e acolhimento, a ausência de suporte psicológico especializado, a insuficiência na assistência estudantil e a redução da qualidade de vida no tempo de graduação. Nesse cenário, destaca-se a centralidade do professor, tanto na proposição e acompanhamento das ações qualificadoras do ensino, quanto na postura e conduta relativas ao acolhimento discente.

Nodari (2016) em sua pesquisa: O Desempenho dos Estudantes no Vestibular e a Permanência nos Cursos de Graduação da UNEMAT analisa a permanência a partir das correlações entre o desempenho dos estudantes no vestibular e durante a graduação. A pesquisa caracteriza-se como descritiva e adota a perspectiva quanti-qualitativa sustentada na abordagem crítico-dialética. O autor identificou que a relação maior desempenho dos ingressantes no vestibular é resultado de uma preparação prévia e uma formação de melhor qualidade na Educação Básica, que influencia menores dificuldades nas disciplinas durante a graduação e levam os estudantes a um menor número de reprovações, estes resultam em melhores desempenhos acadêmicos durante a graduação, que influenciam nos maiores índices de conclusão e menores índices de evasão e retenção, que estão relacionados à permanência nos cursos.

Em seu estudo, Souza (2012) investigou os programas de permanência implementados nas universidades públicas, em específico a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), no contexto das políticas de Educação Superior, no período de 2003 a 2010, no

governo de Luiz Inácio Lula da Silva. A pesquisa utilizou a abordagem qualitativa, por meio de pesquisa bibliográfica; análise de fontes documentais, levantamento de dados estatísticos do INEP/MEC, sobretudo os relacionados às universidades públicas, levantamento dos programas de permanência na educação superior do governo federal, entrevista e análise dos dados. Identificou que no governo de Luiz Inácio Lula da Silva foram implementados programas de educação superior que proporcionassem condições para a permanência dos estudantes neste nível de ensino, dentre eles o Reuni - Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, o Programa Incluir e o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. A autora enfatiza que a permanência na IES pública não se restringe à matrícula, mas às condições econômicas para arcar com as despesas mínimas exigidas para cursar a educação superior “não basta garantir o acesso, é necessário propiciar também a permanência” (SOUZA, 2012, p.113)

Garcia (2018), em sua dissertação intitulada: “A Política de Assistência Estudantil na Educação Superior: Um Estudo de Caso no Instituto Federal de Mato Grosso do Sul – IFMS (2012-2016)”, tem como objeto de estudo a Política de Assistência Estudantil com o seguinte objetivo: analisar como as ações da Política de Assistência Estudantil se configuram no atendimento aos estudantes matriculados na educação superior do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul – IFMS. Identificou que o PNAES surgiu como estratégia para amenizar os problemas sociais que interferem na formação dos estudantes, promover a inclusão e regulamentar as ações da política de assistência estudantil na garantia do acesso, permanência e conclusão. O programa Política de Assistência Estudantil do IFMS está passando por reformulações e essa pesquisa contribuiu para que fossem repensadas as ações de assistência estudantil e as necessidades dos estudantes que dificultam sua permanência na instituição. Constatou que os auxílios de critérios socioeconômicos ofertados no IFMS contemplam os estudantes da educação superior, no entanto a autora defende a ampliação da oferta e dos valores dos auxílios, tendo em vista que os valores atuais são baixos e o perfil socioeconômico dos estudantes comprova essa necessidade.

A dissertação de Oliveira (2013) teve como objetivo analisar o percurso acadêmico do trabalhador-estudante, Técnico em Enfermagem, inserido na graduação em Enfermagem da Universidade Federal de Mato Grosso, *Campus* Universitário de Sinop, buscando compreender quais as estratégias utilizadas por esses estudantes para viabilizar sua permanência na vida acadêmica. A pesquisa demonstrou a existência de programas voltados à permanência do discente na Universidade Federal de Mato Grosso, contudo, segundo a autora,

eles não contemplam aqueles que possuem atividade laboral remunerada, de acordo com o que preveem seus editais. Sob esta análise, destacou que no Programa Nacional de Assistência ao Estudante não estão explícitos os critérios de seleção de bolsistas e tampouco a proibição de utilização das bolsas e auxílios por parte dos trabalhadores-estudantes. Devido ao disposto, os discentes pesquisados criaram estratégias que viabilizaram a sua permanência na universidade, destacando-se a mudança de turno e de local de trabalho. O estudo indicou a necessidade de que a política de permanência para os estudantes da educação superior pública estenda seus benefícios ao trabalhador-estudante, visto que é cada vez mais frequente a sua presença nesse nível de ensino.

Ao realizar as leituras das cinco (5) dissertações, sintetizamos que nos estudos de Primão (2015), Nodari (2016), Souza (2012), Garcia (2018) e Oliveira (2013) apresentam o conceito de acesso sempre relacionado com permanência e apontam ainda elementos como ingresso, conclusão, qualidade na formação, os quais serão de extrema relevância para nossa pesquisa.

Em sua pesquisa Primão (2015) se pauta no estudo da permanência, proposto por Silva e Nogueira (2011, p. 14): “por acesso entende-se a participação na Educação Superior, o que implica, idealmente, em considerar as dimensões, de ingresso permanência, conclusão e formação/qualidade desse nível de ensino” (PRIMÃO, 2015, p.27).

Nodari (2016) em pesquisa intitulada: O Desempenho dos Estudantes no Vestibular e a Permanência nos Cursos de Graduação da UNEMAT traz como aporte teórico os estudos de Cunha (2007), Fávero (2006), Flores (2013), Ristoff (1995,2008, 2013), os quais também sustentam este estudo que estamos realizando. Além da contribuição com referenciais teóricos a pesquisa de Nodari é pautada na perspectiva quanti-qualitativa sustentada nos pressupostos epistemológicos da abordagem crítico-dialética o que será de grande relevância para o nosso estudo. Aborda em seu estudo, as definições de Gamboa: “As pesquisas com abordagem crítico-dialética utilizam técnicas bibliográficas e históricas com estudos de textos, documentos, registros etc., priorizando a análise do discurso” (GAMBOA, 1998, p. 108).

Souza (2012), em sua pesquisa: Política de educação superior e os programas de permanência para universidades públicas – um estudo da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - 2003 a 2010, enfatiza que a permanência na IES pública não se restringe à matrícula, mas às condições econômicas para arcar com as despesas mínimas exigidas para cursar a educação superior “não basta garantir o acesso, é necessário propiciar também a permanência” (SOUZA, 2012, p.113).

A autora ao tratar da democratização, pontua que: [...] “a efetiva democratização da educação requer certamente políticas públicas para a ampliação do acesso e fortalecimento do ensino público, necessitando de ações efetivas voltadas para a permanência dos estudantes no sistema educacional”. (SOUZA, 2012, p.112)

Garcia (2018), em seu estudo “A Política de Assistência Estudantil na Educação Superior: Um Estudo de Caso no Instituto Federal de Mato Grosso do Sul – IFMS (2012-2016)”, aborda as questões dos programas de assistência estudantil com a seguinte afirmação:

[...] o conceito de assistência estudantil na perspectiva do direito à educação e a formação integral, materializada num ‘[...] conjunto de ações que buscam reduzir as desigualdades socioeconômicas, e promover a justiça social no percurso formativo dos estudantes’. (GARCIA, 2018, p.119).

Em sua pesquisa Primão (2015) tem como foco o estudo da permanência entendido como uma das dimensões do acesso, conforme proposto por Silva e Veloso (2010) e reafirmado por Silva e Nogueira: “por acesso entende-se a participação na Educação Superior, o que implica, idealmente, em considerar as dimensões, de ingresso, permanência, conclusão e formação/qualidade desse nível de ensino” (2011, p. 14).

Oliveira (2013), em sua pesquisa “O percurso acadêmico do trabalhador-estudante na Graduação em enfermagem: entre os plantões noturnos e o Ensino diurno”, trabalha com o mesmo conceito de acesso desenvolvido por Silva e Veloso (2012):

[...] sob a perspectiva do ingresso, da permanência e qualidade na formação, todavia, com foco na permanência, sem abordar as demais dimensões que norteiam o conceito do acesso. Para as autoras, a palavra acesso tem o seguinte significado: ‘na perspectiva da educação superior, de início e objetivamente, acesso implica no ingresso a esse nível de ensino, quer dizer, no ato de passagem para o espaço acadêmico’. (SILVA e VELOSO, 2012, p. 6). (OLIVEIRA, 2013, p. 25)

Assim sendo, podemos dizer que os conceitos utilizados por Primão (2015), Nodari (2016), Souza (2012), Garcia (2018) e Oliveira (2013) conforme apresentado nos parágrafos anteriores, são de grande valia para o nosso estudo.

Ao discorrermos sobre este levantamento dos trabalhos realizados acerca da temática da permanência na ES, enfatizamos a importância desta etapa para o desenvolvimento da pesquisa e o quanto este procedimento metodológico enriquece o estudo. Pois, os trabalhos encontrados indicam referenciais teóricos dos quais podemos nos apropriar. “A pesquisa teórica consiste numa elaboração da fundamentação teórica, necessária para compreender e se

aproximar do objeto de estudo. Permite a análise das questões empíricas levantadas” (RODRÍGUEZ, 2004, p. 5).

A realização do balanço de produção contribui para que possamos conhecer e perceber os estudos já realizados na temática da permanência na educação superior e enriquece a nossa pesquisa fornecendo dados extremamente importantes como: conceitos, referenciais bibliográficos e outros.

Prosseguindo, apresentaremos os procedimentos metodológicos utilizados no desenvolvimento desta pesquisa.

2.4 Análise de documentos

A análise de documentos é um procedimento utilizado em pesquisas a fim de complementar as informações acerca da temática. Para este estudo escolhemos analisar as resoluções, decretos, portarias e PPCs (Projeto Pedagógicos de Curso - disponibilizados no site da instituição) dos cursos de bacharelados ofertados na UNEMAT, buscando perceber como a universidade trata a questão da permanência em seus documentos. E tal como já havia demonstrado Neves (2019), constatamos que não há uma política de permanência, mas ações e programas que, em seus objetivos, afirmam seu propósito de contribuir com ela.

[...] a questão da permanência apresenta-se legitimamente na resolução do Programa FOCCO e em três resoluções que regulamentam o PAE/UNEMAT (019/2013 - bolsa apoio, 021/2013 - auxílio alimentação e 020/2013 - auxílio moradia), entretanto a bolsa apoio já encontra-se em processo de extinção, pois não há mais processo de seleção desde 2015. (NEVES, 2019, p.93).

Quando um pesquisador se propõe a trilhar o caminho da pesquisa irá dispor de vários instrumentos metodológicos, podendo assim, escolher qual instrumento contribui para responder as indagações e objetivos propostos no estudo.

Prosseguindo, fizemos um levantamento quantitativo nos Anuários Estatísticos da IES (dados estes que serão apresentados no Quadro 5, na quarta seção) a fim de que pudéssemos obter dados referentes à quantidade de ingressantes e concluintes nos cursos de bacharelado no campus de Cáceres nos últimos cinco anos, 2014/2 a 2019/1. Tendo em vista que os anuários publicados dispunham somente dos dados referentes a 2014/2 a 2017/2 solicitamos via e-mail à Secretaria de Apoio Acadêmico – SAA do Campus Jane Vanini/Cáceres os dados dos anos de 2018 a 2019/1. Solicitação que foi prontamente atendida, recebemos por e-mail uma planilha contendo os dados necessários.

Portanto, pode-se continuar à pesquisa indo a campo para a coleta de dados através da aplicação do questionário para os estudantes dos últimos semestres dos cursos de Agronomia, Ciências Biológicas, Ciências Contábeis, Ciências da Computação, Direito e Enfermagem. Tendo identificado os sujeitos da pesquisa, passamos à visita ao local para realização do questionário.

2.5 Pesquisa de Campo

Fonseca (2002) ressalta que a pesquisa de campo “caracteriza-se pelas investigações em que, além da pesquisa bibliográfica e/ou documental, se realiza coleta de dados junto a pessoas [...]”. Sendo assim, após termos identificado os estudantes que estavam cursando o último semestre dos bacharelados: Agronomia, Ciências Biológicas, Ciências Contábeis, Ciências da Computação, Direito e Enfermagem os possíveis concluintes 2019/1 iniciamos a aplicação dos questionários.

Oliveira e Lima (2009) orientam a respeito da elaboração de um questionário:

Questionário consiste na elaboração de questões abertas e/ou fechadas que visam responder ao problema de pesquisa levando em consideração os objetivos propostos. As perguntas abertas exigem respostas dissertativas dos informantes e, as fechadas são aquelas em que os respondentes marcam com “X” no(s) item (ns) que contemple a sua resposta. O questionário deve ser limitado quanto a sua extensão, com perguntas relevantes para sua finalidade. Pode ser preenchido pelos informantes com ou sem presença do pesquisador e em casos específicos, ser enviados pelo correio apesar de não ser aconselhável devido ao baixo índice de retorno dos mesmos. (OLIVEIRA e LIMA, 2009, p. 14).

Nessa mesma perspectiva Gerhardt e Silveira (2009) reforçam que o “questionário é um instrumento de coleta de dados constituído por várias perguntas que devem ser respondidas pelos sujeitos da pesquisa”. E ainda, segundo Marconi e Lakatos (2003, p. 201) ele é “um instrumento de coleta de dados constituído por uma série ordenada de perguntas que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador”.

Com base nos autores, consideramos o questionário (Apêndice A) o instrumento de coleta que melhor se identificou com os objetivos dessa pesquisa, pelo fato de atingir maior número de sujeitos simultaneamente, levando em consideração que seria aplicado ao total de estudantes concluintes 2019/1, ingressantes pelo vestibular 2014/2 nos cursos, a saber: Agronomia, Ciências Biológicas, Ciências Contábeis, Ciências da Computação, Direito e Enfermagem do Campus Jane Vanini – UNEMAT/Cáceres.

Após os estudos de referenciais, a revisão bibliográfica e a análise de documentos, os dados do questionário foram organizados em forma de gráficos e tabelas de modo que se possa ter uma visão geral do perfil dos estudantes dos cursos de bacharelado na UNEMAT campus Cáceres, concluintes em 2019/1, destacando informações por curso, quando consideradas relevantes em relação ao objetivo desta pesquisa. As respostas ao questionário foram agrupadas por semelhanças e proximidade, a partir de alguns eixos iniciais tais como perfil social, condições educacionais, condições econômicas familiares, trajetória na universidade, fatores de permanência ou outras que possam emergir com a análise das respostas encontradas, a fim de compreender os fatores interferentes para a permanência dos estudantes ingressantes pelo vestibular UNEMAT nos cursos de bacharelado ofertados no Campus Jane Vanini/Cáceres, concluintes em 2019/1. Os dados obtidos estão apresentados e discutidos em seção analítica posterior.

Na sequência apresentamos a seção 3, na qual abordaremos a Educação Superior no Brasil-Pós LDB: acesso e permanência.

3 EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL PÓS – LDB: ACESSO E PERMANÊNCIA

Partindo do princípio de que o tema central desta pesquisa – fatores de permanência dos estudantes dos cursos de bacharelado do Campus Jane Vanini – UNEMAT/Cáceres – está inserido em um panorama mais amplo, o objetivo desta seção é proceder algumas considerações acerca dos contextos legais e históricos da expansão e democratização da Educação Superior⁷ no Brasil, acesso e permanência: Conceitos, políticas brasileiras e programas para a permanência na UNEMAT e formas de ingresso na IES. Como aporte teórico, utilizaremos os estudos de Cunha (1980), Morosini (2006), Silva e Veloso (2012), Sousa (2013), Garcia (2018), Ristoff (2008) e outros.

3.1 Contextos legais e históricos da expansão e democratização da educação superior no Brasil

Esta subseção traz um breve histórico da educação superior no Brasil, pois, essa contextualização é importante para que possamos identificar os problemas da educação brasileira que refletem ou explicam a maior parte das dificuldades relacionadas ao ingresso à permanência dos estudantes nos cursos superiores atualmente.

Sobre o processo de criação das universidades no Brasil alguns estudiosos da área relatam que esse processo foi um pouco mais tardio em nosso país do que em outros. Cunha (1980, p. 152) afirma que “diferentemente da Espanha, que instalou universidades em suas colônias americanas já no século XVI, Portugal não só desincentivo como também proibiu que tais instituições fossem criadas no Brasil”.

Para Sousa (2013, p.16) “[...] Portugal impedia o desenvolvimento do ensino desse nível em suas colônias, temendo que os estudos pudessem contribuir com os movimentos de independência”. A proibição de Portugal para a criação da universidade na colônia brasileira está relacionada com o movimento do iluminismo⁸ que vinha sendo difundindo em alguns

⁷ O termo Educação Superior passa a ser usado após a aprovação da LDB (Lei 9394/1996), anterior à aprovação era utilizado “ensino superior”. Neste estudo faremos uso do termo “educação superior”, exceto em citações nas quais apareça “ensino superior”.

⁸O **Iluminismo** foi um movimento intelectual que surgiu durante o século XVIII na Europa, que defendia o uso da razão (luz) contra o antigo regime (trevas) e pregava maior liberdade econômica e política. Este movimento promoveu mudanças políticas, econômicas e sociais, baseadas nos ideais de liberdade, igualdade e fraternidade. <https://www.sohistoria.com.br/resumos/iluminismo.php>

países da Europa, desta forma, a coroa portuguesa temia que as instalações das universidades no Brasil pudessem fomentar a luta pela independência.

Compreende-se que desde o período do Brasil Colônia, Portugal temia que a oferta de instrução de nível superior pudesse ser uma ameaça para os colonizadores, sendo assim, a melhor forma para impedir o crescimento e desenvolvimento de uma sociedade é negar a ela o direito ao acesso, especialmente da classe menos favorecida, aos níveis mais altos de instrução escolar. Pois, se uma sociedade que se preocupa com o desenvolvimento do senso crítico de seu povo, isso pode representar um alto nível de periculosidade às ideias impostas pelos seus governantes. Fatos como estes, ocorridos ainda no período do Brasil Colônia, mas que deixaram consequências, intensifica e reforça a importância de políticas que promovam a democratização da educação superior no Brasil, até os dias atuais.

Assim, o ensino universitário já se apresentava com característica extremamente elitista, pois, somente os que pertenciam às famílias com poder aquisitivo, as quais dispunham de condições econômicas e políticas para enviarem seus filhos à Europa, tinham acesso à formação de nível superior, podendo dar continuidade aos estudos.

Ao se reportar à questão da universidade no Brasil, Morosini afirma que:

Uma observação preliminar deve ser feita também a propósito do momento a partir do qual se pode afirmar a existência de universidade no Brasil, que se dá em profundo descompasso com o que teria ocorrido em outros países norte, centro e sul-americanos. Um fato é inquestionável: o Brasil atrasou-se de dois a três séculos, neste campo, em relação a diversos países do continente. Tem sido o último ou um dos últimos a constituir e reconhecer oficialmente universidades, ainda que se levem em conta as precárias experiências de universidade em Manaus (1909) São Paulo (1910) e Curitiba (1913), das primeiras duas décadas do século XX. Até então se tratava de experiências de Seminários, Conventos e Escolas, estas, em geral, estritamente profissionais, que respondiam pragmaticamente ao imediatismo das exigências do poder burocrático e das necessidades das elites detentoras dos poderes econômico, político e cultural. (MOROSINI, 2006, p. 353).

Assim sendo, entendemos que no período da primeira República, foram raras as tentativas de criação de universidades. Porém, na década de 1920, o Brasil vivencia um grande movimento de modernização do país inclusive no ensino superior. Segundo discorrem Durham e Sampaio (1995, p. 4)

Ao lado de transformações econômicas que decorreram da industrialização, houve uma verdadeira renovação cultural que encontrou sua expressão mais visível na Semana de Arte Moderna de 1922. Esse movimento cultural deu-se também na educação e uma plêiade de educadores propôs, e em parte

realizou, profundas reformas em todos os níveis de ensino. O movimento da Escola Nova foi um dos mais expressivos desta época.

Nomes como os de Anísio Teixeira, Fernando Azevedo e Manuel Lourenço Filho, fizeram parte do Movimento da Escola Nova e este mesmo grupo “[...]propôs a modernização do ensino superior, defendendo a criação de universidades que não fossem meras instituições de ensino, mas “centros de saber desinteressado”. (DURHAM; SAMPAIO, 1995)

Nesse sentido, durante o governo provisório de Vargas (1931), Francisco Campos-Ministro da Educação reformou todo o sistema educacional, e definiu, pela primeira vez, o formato legal ao qual deveriam obedecer às universidades a serem organizadas no Brasil. O período da reforma de Francisco Campos marca o fim da Primeira República e o início do Estado Novo. (DURHAM; SAMPAIO, 1995)

Neste período do Estado Novo⁹ (1937-1945), a nação brasileira possuía uma política educacional voltada para o favorecimento intelectual de uma minoria, e nesse sentido Mello (2013 p.52) explica que:

Durante o governo Vargas, entre 1937 e 1945, chamado Estado Novo, houve contornos mais concretos na expansão universitária, com traços do modelo francês de universidade, mantendo caráter centralizador intervencionista das políticas Estatais no âmbito do ensino superior, enfatizando a expansão deste nível de ensino através da ênfase na formação profissional, que configura tal interesse no Estado nacional desenvolvimentista.

Em 1920, é criada a Universidade do Rio de Janeiro, pelo decreto nº 14.343, de 7 de setembro de 1920, conhecida na atualidade (2019) como Universidade Federal do Rio de Janeiro, contudo Romanelli (2010) enfatiza que “[...] em 1912, já havia sido criada a Universidade do Paraná, oficializada pela Lei Estadual nº 1.284”, porém, esta não foi reconhecida oficialmente pelo governo federal naquele período (1912) vindo a obter reconhecimento somente em 1946 e em 1927 surgia a Universidade de Minas Gerais, sendo estas as únicas universidades existentes no Brasil antes do decreto 19.851, de 11 de abril de 1931, que instituiu o Estatuto das Universidades Brasileiras. (ROMANELLI, 2010)

A autora, relata que a primeira universidade a ser criada e organizada de acordo com as normas dos Estatutos das Universidades, foi a Universidade de São Paulo (USP) em 1934,

⁹ O **Estado Novo** foi a terceira e última fase da **Era Vargas**. Durou de 1937 a 1945 e sucedeu, portanto, as fases do **Governo Provisório** (1930 a 1934) e do **Governo Constitucional** (1934 a 1937). A característica principal do Estado Novo era o fato de ter sido propriamente um regime ditatorial inspirado no modelo **nazifascista** europeu, então em voga à época. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/o-que-e/historia/o-que-foi-estado-novo.htm>

no ano seguinte (1935) ocorreu a instalação da Universidade do Distrito Federal (UDF), por meio do Decreto Municipal nº 5.513, de 4 de abril de 1935, porém, essa instituição teve curta duração, sendo extinta em 1939 e incorporada à Universidade do Brasil, a qual se transformou na Universidade do Rio de Janeiro, em 1937. Ainda no ano de 1935, foi criada a Universidade de Porto Alegre. (ROMANELLI, 2010).

Romanelli (2010, p.133) evidencia que “A partir de então, começaram a surgir universidades, públicas e privadas, por todo o território nacional, em número que, em 1969, já somava 46”.

Com o fim da Era Vargas, em 1945, inicia-se um processo de crescimento do Estado na promoção das políticas sociais, conforme discorre Garcia (2018, p.79):

Nesse período aumenta o acesso à educação superior para a classe trabalhadora, tendo em vista as medidas tomadas no governo de Getúlio Vargas, dentre elas, a federalização e aumento das instituições de educação superior, a gratuidade, a ampliação das vagas, assim como o reconhecimento da educação como direito de todos e dever do Estado, porém numa concepção liberal de educar para a democracia.

Em 1946, foi aprovada a quinta Constituição Federal do Brasil, a qual estabelece a responsabilidade pela organização do sistema de ensino:

O documento estabeleceu a União como responsável pela organização do sistema de ensino federal e dos territórios, a continuidade da relação pública e privada na educação, respeitando as leis que regulamentassem cada esfera. E, assegurou recursos financeiros da União destinados para serem investidos na educação, bem como a assistência educacional para atender, em cada sistema de ensino, os estudantes necessitados de condições de eficiência escolar. (GARCIA, 2018, p. 65)

Durante a década de 1950 as reivindicações marcaram o debate em torno da elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1961.

Após a queda de Vargas até os anos 1960, o país foi marcado por lutas cuja centralidade esteve no movimento estudantil, que defendeu o sistema público de ensino, inclusive reivindicando a extinção do setor privado (DURHAM; SAMPAIO, 1995). Contudo, já no período do Regime Militar (1964-1985), o movimento estudantil foi destituído pela repressão do Estado, sendo vedado qualquer tipo de manifestação e as universidades públicas mantidas sob vigilância. (ROMANELLI, 2010).

No ano de 1967, foi outorgada uma nova Constituição Federal que sofreu alterações, por meio da Emenda Constitucional Nº 1, de 17 de outubro de 1969. Emenda esta que no Art.

176 discorre que “A educação, inspirada no princípio da unidade nacional e nos ideais de liberdade e solidariedade humana, é direito de todos e dever do Estado, e será dada no lar e na escola. A esse respeito, retrata Garcia (2018, p.67)

A Constituição Federal de 1967 foi aprovada num período ditatorial, conseqüentemente apresentou várias mudanças que caracterizavam um Estado autoritário, controlador e centralizador. No âmbito da educação, o documento fortaleceu a esfera privada, tendo em vista que assegurou que o ensino era livre à iniciativa particular e previa o apoio técnico e financeiro do Estado às instituições privadas, bem como a possibilidade de ofertar bolsas de estudos aos que necessitassem. Determinou o ensino primário obrigatório para todos, dos 07 a 14 anos, e gratuito nos estabelecimentos públicos, no entanto o ensino médio e superior seria gratuito por meio de bolsas de estudos, para os desvalidos de recursos financeiros e que tivessem um bom rendimento.

Após a aprovação da Constituição Federal de 1967 e com base nela, vários documentos educacionais foram sendo instituídos, entre eles: a Lei nº 5.379, de 15 de dezembro de 1967, que tratava sobre alfabetização funcional e a educação continuada a adolescentes e adultos, a Lei nº 5.540 de 1968, denominada Lei da Reforma Universitária, a Lei nº 5.692 de 1971 que trata da reforma do ensino de primeiro e segundo graus.

Em relação à Reforma Universitária de 1968, Palácio (2012, p.27) argumenta que “A reforma universitária marcou uma nova era na história da educação superior brasileira, no que diz respeito aos aspectos administrativos, estrutura departamental e ao tripé ensino, pesquisa e extensão”.

Embora na década de 1960 tenha ocorrido a expansão da educação superior, principalmente na esfera privada, o autor enfatiza que na década seguinte ocorreram mudanças, pois,

Diante da crise do “milagre brasileiro” e da desaceleração da economia, na década de 1970, o ensino superior do país começou a enfrentar dificuldades no preenchimento das vagas e na permanência dos estudantes. Do ponto de vista prático, uma parcela expressiva dos candidatos não tinha como pagar pelo ensino privado, o que levou o poder público a criar medidas visando resolver essa situação. Diante disso, o setor privado buscou criar mecanismos diversos para atrair estudantes, como a concepção de novas carreiras, ensino noturno, interiorização de unidades nos Estados e oferta de cursos de baixo custo. (SOUSA, 2013, p.25).

Freitag (1986, p. 38) pontua que entre 1965 a 1975 houve intensas iniciativas por parte do governo no campo educacional: Conferências Nacionais de Educação e Colóquios

Regionais com o objetivo de desenvolver planos, destacando a educação como fator de desenvolvimento. E o conceito de educação passou a ter um enfoque econômico.

Com o fim do Regime Militar e a ascensão da Nova República, foi promulgada a Constituição da República Federativa do Brasil em 1988, na qual estabelece em seu capítulo II, artigo 6º, a educação como um direito social e no Art. 205º define que “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade [...]” (BRASIL, 1988).

Segundo Dourado (2011) a aprovação da Constituição Federal de 1988 marcou a retomada do estado de direito, o texto constitucional estabeleceu a autonomia das universidades brasileiras, porém essa autonomia esbarrou em vários limites para de fato efetivar o direito constitucional das universidades.

Doze anos após a promulgação da Constituição Federal é sancionada a Lei de Diretrizes e Base da Educação – 9394, em 20 de dezembro de 1996. Segundo Palácio (2012, p.27) “[...] a Lei 9.394, preconizou a criação de IES privadas e, que, juntamente com as IES públicas, proporcionaram maior oferta de vagas no ensino superior”. Contudo, compreendemos que não basta aumentar o número de vagas, mas é preciso estabelecer políticas que proporcionem a formação de qualidade e conclusão do curso. Pois, de acordo com Dias Sobrinho (2011, p.150)

[...] uma política pública de democratização da educação superior deve propiciar mais e melhores oportunidades de acesso, mas sempre assegurando boas condições de permanência do estudante nos cursos. Democratizar o acesso significa implantar políticas de ingresso, mas também de permanência.

Para melhor compreensão é preciso destacar que o processo de expansão da educação superior, após 1990, passou por dois momentos distintos: um no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e outro no governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010). A esse respeito Piacentini (2012, p. 7) discorre:

Fernando Henrique optou pela via da expansão do acesso por meio de instituições de ensino privadas, fomentando a competitividade entre as instituições mediante o processo de avaliação. Também, suspendeu os processos de contratação de professores e funcionários, e diminuiu significativamente o financiamento das universidades federais, embora a necessidade fosse de maior expansão. Já o Governo Lula da Silva seguiu pela expansão das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), e a criação de novas universidades, aumentando a contratação de professores e funcionários, criando, por exemplo, a Universidade Aberta do Brasil (UAB), o Programa Universidade para Todos (Prouni), o Reuni e o Plano de

Desenvolvimento da Educação. Por fim, deu início à expansão dos Institutos Federais e implementação de políticas de ações afirmativas. (PIACENTINI, 2012, p.7).

Conforme corrobora Souza (2012, p.71)

Com a posse de Lula pode até não ter ocorrido uma ruptura radical com o modelo neoliberal vigente, mas, o conjunto de ações do governo no âmbito das políticas sociais, demonstrou um deslocamento em favor do ‘público’, dentro da histórica oscilação das políticas estatais brasileiras entre o público e o privado.

Das políticas desenvolvidas nos governos de Fernando Henrique (1995 a 2003), Lula (2003 a 2011) e Dilma (2011 a 2016), com vistas à democratização e acesso à Educação Superior, Flores (2013, p.85) afirma que “as do governo Lula e Dilma são consideradas de caráter compensatória e assistencialistas, com foco na redução das desigualdades de renda”.

Conforme Dewes e Stein (2009, *apud* GARCIA, 2018, p.72) “as políticas compensatórias e de distribuição de renda, tem como características atender aqueles que mais precisam, não estão vinculadas às contribuições previdenciárias e o tempo de recebimento é indefinido ou até que as condições geradoras dos problemas não existam”. As políticas assistenciais, proporcionaram que uma parcela maior da sociedade pudesse ter acesso à ES.

Estudiosos, como Silva e Veloso (2010, p. 222), salientam que o acesso não é um fenômeno isolado, “[...] acesso, permanência e expansão são fenômenos distintos, mas com reflexos mútuos, [...]”, ou seja, não se pode pensar em acesso, sem políticas que proporcionem a esses estudantes a permanência, levando-os à conclusão do curso. Não bastam políticas que proporcionem a entrada dos estudantes na universidade, aos níveis de instrução superior, pois, acesso não significa apenas adentrar as IES. São necessárias políticas de permanência no sentido que promovam o ingresso, a qualidade na formação e a conclusão do curso.

Na busca de formas para promover a democratização do acesso à ES, o governo foi criando programas e ações com essa finalidade, como afirma Ristoff (2008, p. 45)

O PROUNI, a criação de novos campi nas instituições federais de ensino superior (IFES), a proposta, sempre tímida, de expansão do ensino noturno público, a criação de novas universidades federais, a proposta de conversão da dívida dos Estados em investimentos na educação, a criação da Universidade Aberta, a expansão da educação a distância, a criação de bolsas permanência, a retomada das contratações de docentes e técnicos, são algumas das ações que apontam para o caminho da democratização.

Pois, na educação, a democratização segundo Ristoff (2008, p. 45) significa “criar oportunidades para que milhares de jovens de classe baixa, pobres, filhos da classe trabalhadora e estudantes de escolas públicas tenham acesso à Educação Superior”. Desta forma, democratizar, no sentido de colocar a ES ao alcance da população, de todos, pode assumir uma gama de situações que envolvem todo o contexto de acesso e permanência, “como ampliação das vagas, mudanças nos processos seletivos, reserva de vagas para determinados grupos excluídos, equidade, políticas e programas que ampliem as oportunidades e ações que visem à entrada, a permanência e a conclusão com qualidade dos cursos”. (NODARI, 2016, p. 62)

As estudiosas Veloso e Maciel (2015, p. 232), destacam que “[...] anterior ao REUNI, foi criado o Programa Expansão das Universidades Federais desencadeado em 2003, resultando na criação de nove universidades federais e na consolidação ou instalação de 41 campus, principalmente no interior do país”.

Mais uma vez insistimos na concepção de Silva e Nogueira (2011, p. 14), ao tratar sobre a expansão e o acesso na ES, quando explicitam que:

Concebe-se expansão e acesso à educação superior como fenômenos interligados, com reflexos mútuos. Por acesso entende-se a participação na educação superior, o que implica, idealmente, em considerar as dimensões de ingresso, permanência, conclusão e formação/qualidade desse nível de ensino. Tais dimensões, vistas no conjunto, segundo os indicadores e na sua complexidade (a quem, a que fins, como) sinalizam o caráter democrático (ou não) do acesso. A expansão, por sua vez, tem relação com o acesso na medida do crescimento quantitativo (instituições, vagas, docentes, financiamento) e das características que apresenta (organização acadêmica, categoria administrativa, qualificação, etc.).

Assim, adotamos neste trabalho concepção tal qual expressa por Silva e Veloso (2010) e reafirmada por Veloso e Maciel (2015), de que acesso à ES envolve três dimensões indissociáveis, a de ingresso, a de permanência e a de qualidade na formação. Essas dimensões, analisadas em seu conjunto, contribuem para qualificar o que seria a democratização do acesso. Em relação à democratização Ristoff (2008, p. 45) destaca:

Se a palavra de ordem da década passada foi expandir, a desta década precisa ser democratizar. E isto significa criar oportunidades para que os milhares de jovens de classe baixa, pobres, filhos da classe trabalhadora e estudantes das escolas públicas tenham acesso à educação superior. Não basta mais expandir o setor privado – as vagas continuarão ociosas; não basta aumentar as vagas no setor público – elas apenas facilitarão o acesso e a transferência dos mais aquinhoados. (RISTOFF, 2008, p. 45).

Os aportes teóricos nos fizeram compreender que a democratização do acesso na perspectiva das políticas para a educação superior não se refere apenas ao ingresso a esse nível de ensino, isto é, ao ato da passagem para o espaço acadêmico. O simples acesso/ingresso não assegura a efetiva continuidade ou a conclusão do trajeto acadêmico. É fundamental considerar a dimensão da permanência, aspecto sobre o qual nos debruçamos nesta pesquisa.

3.2 Acesso e permanência: conceitos, políticas brasileiras e programas para a permanência na UNEMAT

Nesta subseção discorremos a respeito dos conceitos de acesso e permanência, políticas governamentais e programas existentes na Universidade do Estado de Mato Grosso que favoreçam a permanência dos estudantes na IES.

Para compreender melhor o conceito de acesso, recorremos a Silva e Veloso (2013, p. 729), que definem:

[...] o acesso pode ser entendido mais profundamente, de forma a transcender a contradição que emerge dessa compreensão que se relaciona à dualidade ‘incluído/excluído’, ‘integrado/não integrado’, ‘parte/todo’. O acesso, num sentido mais profundo, refere-se a um pertencimento que se liga indissociavelmente ao senso de coletividade/universalidade e à práxis criativa.

É necessário que haja políticas públicas que proporcionem condições de igualdade de acesso e permanência aos estudantes, especialmente para os filhos da classe trabalhadora, para os estudantes de período integral. Para estes, devem existir mais que políticas públicas de assistencialismo, mas programas que promovam a permanência do acadêmico no sentido de qualidade no ensino e conclusão de curso. (SOUZA, 2012)

A ampliação na oferta de vagas, sem que haja políticas que assegurem a permanência e a qualidade na formação básica implica graves consequências e obstáculos na vida acadêmica, pois, de acordo com dados fornecidos pelo FONAPRACE “cerca de 70% dos estudantes universitários precisam de algum apoio da instituição para assegurar a sua permanência nela, e em torno de 48,2% estão em risco de vulnerabilidade social. (GOMEZ, 2015, p. 96). Nesse sentido, o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantes (FONAPRACE 2012, p. 21) considera que a “Assistência Estudantil (AE) não é

gasto e sim uma questão de investimento”, tendo em vista, ser ela “uma importante e fundamental ferramenta no processo de ensino-aprendizagem”.

A LDB/96 no parágrafo 4º, art. 62, apresenta um dispositivo que prevê políticas de permanência especificamente para os estudantes matriculados em cursos de licenciaturas, no § 4º afirma: “a União, o Distrito Federal, os estados e os municípios adotarão mecanismos facilitadores de acesso e permanência em cursos de formação de docentes em nível superior para atuar na educação básica pública”.

Bittar, Almeida e Veloso, consideram que as categorias “acesso e inclusão” nas políticas educacionais têm caráter ambíguo:

[...] pois ao mesmo tempo em que são preconizadas pelas políticas educacionais e pelos organismos internacionais, significa também uma conquista dos movimentos sociais, ou seja, é uma solicitação presente nas lutas desses movimentos que lutam pela garantia de direitos, em uma sociedade profundamente desigual (2008, p.13).

É importante lembrar que nosso objetivo é analisar os fatores interferentes para a permanência dos estudantes ingressantes pelo vestibular UNEMAT nos cursos de bacharelado ofertados no Campus Jane Vanini/Cáceres, concluintes em 2019/1 e para alcançarmos esse propósito buscamos identificar os programas de permanência de caráter governamental para universidades nos cursos presenciais, para em seguida traçarmos as políticas para permanência vigentes na UNEMAT, local de realização desta pesquisa.

Lima, Malange e Barbosa (2016, p.4) em estudo realizado a respeito dos programas criados no Estado Brasileiro, principalmente no governo Lula (2002-2010) para implementação da Política de Acesso citam REUNI, PROUNI, PNAES, FIES, PRONATEC e concluem que:

A grande preocupação do Estado brasileiro observada nas análises dos documentos oficiais centra-se na ampliação do acesso à educação superior como ingresso e, pouco se observa a preocupação com a qualidade do ensino e com a permanência, com destaque apenas ao pagamento de bolsas e ao financiamento estudantil. (2016, p.4)

Palácio (2012, p. 69) afirma que o PROUNI “busca a utilização conjunta de outros recursos e ações, de modo a garantir, ou pelo menos melhorar, o acesso e a permanência daqueles mais necessitados, que pretendem cursar o ensino superior” e ainda define políticas públicas de acesso e permanência ao ensino superior “como o conjunto de ações efetivadas pelo Estado, que garantem condições de acesso ao ensino superior”. (PALACIO, 2012, p. 67).

Em relação aos programas criados pelo governo federal, as autoras Maciel e Souza (2016, p. 293-294) discorrem:

[...] Todos esses programas se caracterizam como de permanência, alguns disponibilizando recursos financeiros para o acadêmico e, outros, recursos financeiros para a Instituição, com o objetivo de melhorar as condições estruturais da IES de forma que também garanta a permanência do acadêmico.

Depois de tecer uma panorâmica acerca dos programas criados pelo governo federal com a finalidade de promover a permanência dos estudantes na ES, fixamos nossos olhares nas políticas/programas de assistência estudantil (PAE) e/ou as ações qualificadoras do ensino (AQE) que contribuam com a permanência em desenvolvimento na UNEMAT.

Pesquisas como a Primão (2015) e a de Neves (2019) mostraram que além dos programas de AE, as bolsas ofertadas por outros programas, denominadas por Primão e Silva (2015) de ações qualificadoras de ensino também contribuem com a permanência.

De acordo com Neves:

Tendo alcançado grande parte dos propósitos expansionistas e democráticos do ingresso dos estudantes aos cursos de graduação nas IES de todo o país, bem como na UNEMAT, emerge a preocupação com sua permanência na instituição até a conclusão do curso. Deste modo, surgem as Políticas ou Programas de Assistência Estudantil Nacionais (Programas Nacionais de Assistência Estudantil, para as instituições de Educação Superior pública PNAES/PNAEST) ou institucionais (Programa de Assistência Estudantil – PAE/UNEMAT e as Ações Qualificadoras do Ensino - AQE), com a finalidade de ampliar as condições de permanência dos jovens na Educação Superior. (2019, p. 69)

Para Barbosa (2013, p.65) “As políticas de permanência na UNEMAT constituem-se em um processo em construção e, podemos afirmar, ainda não estão consolidadas” e

[...] de 2004, quando da aprovação do PIIER, até aproximadamente 2009, as políticas de permanência dos estudantes na UNEMAT ficaram restritas, praticamente, à concessão de bolsas (nas modalidades de apoio, extensão e iniciação científica), executadas pelas Pró-reitorias de Extensão e Cultura e de Pesquisa e Pós-graduação. (BARBOSA, 2013, p. 65)

Quanto aos programas e projetos de AE os autores Amaral e Nascimento (2010, p. 3) destacam que estes devem “ser desenvolvidos como instrumentos de acesso, permanência e conclusão de curso dos estudantes nas instituições públicas, tendo como pressuposto que a

Assistência Estudantil é uma política essencial no contexto do ensino, da pesquisa e da extensão”.

Com base no estudo sobre políticas e permanência para estudantes na educação superior Maciel, Lima e Gimenez destacam que:

[...] a UNEMAT atende à política do PNAEST. As políticas de permanência na UNEMAT constituem um processo em construção, portanto, ainda não são consolidadas, pois continuam fortemente vinculadas, principalmente, à concessão de bolsas nas modalidades de bolsa estágio, bolsa extensão, bolsa apoio, bolsa iniciação à docência, bolsa tutoria, bolsa monitoria, bolsa PIBIC, bolsa PROBIC, bolsa Foco e bolsa de mobilidade acadêmica. (2016, p. 773).

Os mesmos autores relatam ainda que

A partir de 2013, com a adesão ao Sistema de Seleção Unificada (Sisu), a UNEMAT começou a ter acesso a recursos de programas federais para implantação de políticas de permanência, por meio do PNAEST e implementa, por meio da Resolução 021/2013 do Consuni, o Programa de Auxílio para Moradia Estudantil e, ainda, pela Resolução 020/2013 Consuni, o Programa de Auxílio Alimentação. Nessas resoluções encontramos o termo permanência como caracterização dos programas. (MACIEL, LIMA e GIMENEZ, 2016, p.772).

E Nodari faz a seguinte afirmação sobre as estratégias para desenvolver políticas de inclusão para o acesso e permanência na UNEMAT:

A universidade adota diferentes estratégias para desenvolver as políticas de inclusão como forma de garantia do acesso e da permanência na ES pública e gratuita no interior do estado de Mato Grosso. Entre essas políticas desenvolvidas pela IES destacamos: o Programa Parceladas (inicialmente Licenciaturas Plenas Parceladas), a Educação à Distância, o Terceiro Grau Indígena, o Programa de Integração e de Inclusão Étnico-racial (Piier). (NODARI, 2016, p. 95).

Com relação aos programas Formação de Células Cooperativas (FOCCO¹⁰), Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência/CAPES(PIBID/CAPES), Programa Institucional de Residência Pedagógica (RP/CAPES), Programa Extensão Universitária, Programa Estágio/UNEMAT, Programa de Bolsas de Iniciação Científica (PROBIC/UNEMAT-FAPEMAT), Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica

¹⁰Disponível

[http://portal.unemat.br/media/files/PROEG/Bolsas/2019/FOCCO%202019/Edital%20n%C2%BA%20003-2019%20-%20FOCCO%20-%20FOCCO%202019\(1\).pdf](http://portal.unemat.br/media/files/PROEG/Bolsas/2019/FOCCO%202019/Edital%20n%C2%BA%20003-2019%20-%20FOCCO%20-%20FOCCO%202019(1).pdf)

em:

(PIBIC/CNPq) e Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC-Af/CNPq¹¹) é necessário enfatizar que dentre estes, alguns deles são ofertados para os estudantes dos cursos de bacharelado, a saber: Programa Extensão Universitária, FOCCO, Programa Estágio/UNEMAT e (PIBIC – Af/CNPq). Nesse sentido, Neves destaca que

[...] estes são agentes promotores da permanência estudantil, que vem efetivando-se por meio de ações qualificadoras do ensino desenvolvidas sob a forma de políticas de caráter universal, pois mesmo apresentando critérios de elegibilidade, não são concedidas apenas a estudantes com vulnerabilidade socioeconômica. (NEVES, 2019, p. 100).

Ao realizarmos os levantamentos dos programas implantados pela UNEMAT percebemos que há uma preocupação por parte da instituição em implementar políticas que contribuam com a permanência do estudante. Contudo, as ações da IES voltadas à permanência estão mais focadas na Assistência Estudantil, conforme discorre Neves:

Podemos perceber que a assistência ao estudante da UNEMAT é realizada basicamente por meio das ações qualificadoras do ensino, pois a AE praticada pela IES por meio do PAE/UNEMAT consiste na oferta de auxílios alimentação e moradia aos estudantes com comprovada vulnerabilidade socioeconômica, e na oferta de auxílio publicação destinados a todos os estudantes da IES. Além dos auxílios alimentação e moradia que compõem o PAE/UNEMAT, o qual para Primão (2015) assume a dimensão de um programa de ações assistências, constatamos também na UNEMAT a existência de ações qualificadoras do ensino, vinculadas ao tripé que sustenta as universidades brasileiras - ensino, pesquisa e extensão. Segundo a autora, as ações qualificadoras possibilitam aos estudantes participar dessas três esferas que compõem a Educação Superior, contudo para os estudantes vulneráveis economicamente elas precisam ser fonte de renda. (2019, p. 76).

No Anuário Estatístico da UNEMAT 2019 (ano base 2018), encontramos o registro de que foram ofertadas 1719 bolsas e 970 auxílios, perfazendo um total de 2689 (2019, p.27). Neste mesmo documento pode-se verificar a distribuição dos recursos conforme modalidade, a seguir:

¹¹ Edital de seleção para bolsa de iniciação científica. Disponível em: [http://portal.unemat.br/media/files/prppg/Edital_001_PIBIC_Af_CNPq_2019\(1\).pdf](http://portal.unemat.br/media/files/prppg/Edital_001_PIBIC_Af_CNPq_2019(1).pdf)

Tabela 1 – Evolução das Bolsas Estudantis por Modalidade

Modalidade	2018
Pesquisa	221
Extensão	158
Apoio/Tutoria	0
Aux. Alimentação	485
Aux. Moradia	485
Aux. Publicação	0
Bolsa Estágio	127
Bolsa PIBID	681
Residência Pedagógica	392
Outras	140
Total	2689

Fonte: Anuário Estatístico UNEMAT - 2019¹² (2019, p.158)

Os dados nos levam a considerar que as bolsas relacionadas às AQE assumem papel de destaque na vida estudantil; assim, tal como Neves (2019) e outros pesquisadores, consideramos a possibilidade de que sejam fatores para a permanência, discussão a que voltaremos mais adiante neste trabalho.

Compreendemos que a questão da permanência é um desafio para a educação superior, contudo, podemos dizer que algumas ações visando a permanência estão sendo desenvolvidas na UNEMAT, ainda que não tenha sido encontrado um documento tratando com especificidade desta questão.

A seguir, contextualizaremos de forma breve as formas de ingresso existentes na UNEMAT, pois conforme já foi dito, em uma visão mais ampla de políticas que visam a possibilitar a democratização nas IES, consideramos tanto a permanência como o ingresso como dimensões constituintes do acesso. E, nesta pesquisa especificamente, os sujeitos são aqueles cuja forma de ingresso na instituição foi o vestibular próprio da IES em foco (UNEMAT).

¹² Disponível em: <http://portal.unemat.br/media/files/PRPTI/ANUARIO-2019-ANO-BASE-2018-8.pdf>

3.3 Formas de ingresso na UNEMAT

A regulamentação normativa que rege as formas de ingresso nos cursos de graduação da UNEMAT é a Resolução nº. 054/2011 - CONEPE. O artigo 52 descreve que:

Há 03 (três) formas de ingresso nos cursos regulares de graduação da UNEMAT, a saber: I – Vestibular realizado pela UNEMAT e/ou SISU/MEC; II – Programa de mobilidade acadêmica; III – Preenchimento de vagas remanescentes de cursos.

Assim, uma das formas de ingresso na Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT é o vestibular. Este é aplicado por meio da Assessoria de Gestão de Concursos e Vestibulares - COVEST, aberto aos portadores de Certificado de Conclusão do Ensino Médio ou equivalente; aos portadores de diploma de Curso Superior e àqueles que comprovarem a conclusão do Ensino Médio na data da matrícula. Em consonância com a Resolução n. 071/2017-CONEPE, o candidato poderá concorrer em uma das categorias descritas abaixo:

- a) **Ampla Concorrência:** 40% (quarenta por cento) do total das vagas;
- b) **Ação Afirmativa - Escola Pública:** 30% (trinta por cento) do total das vagas são destinadas para candidatos que se enquadrarem como estudantes de Escola Pública;
- c) **Ação Afirmativa - PIIER/Pardos e Pretos:** 25% (vinte e cinco por cento) do total das vagas são destinadas para candidatos que se enquadrarem no Programa de Integração e Inclusão Étnico-Racial (PIIER/Pardos e Pretos),
- d) **Ação Afirmativa - PIIER/Indígenas:** 5% (cinco por cento) do total das vagas são destinadas para candidatos que se enquadrarem no Programa de Integração e Inclusão Étnico-Racial (PIIER/Indígenas). (COVEST, Edital 002/2018)

Em relação à Ação Afirmativa - PIIER/Pardos e Pretos, Borges (2017, p.60) explica que a UNEMAT foi uma das primeiras universidades a adotar a reserva de vagas

Vale ressaltar que muitas IES, Brasil a fora, já desempenhavam ações na tentativa de mudar este cenário ocupado pela classe rica e branca na educação superior, muito antes da lei de cotas. Exemplo de IES, é Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT que a partir do segundo semestre de 2005, reserva 25% do total das vagas ofertadas em todos os cursos, para candidatos autodeclarados negros (de cor preta ou parda), que tenham concluído a educação básica nas escolas públicas e residem no Estado de Mato Grosso pelo menos 3 anos, através da implementação do Programa de Integração e Inclusão Étnico-racial da Universidade do Estado de Mato Grosso – PIIER/UNEMAT. Caso o

candidato concluiu o ensino médio em estabelecimento particular, deve comprovar que estudou na condição de bolsista. (BORGES, 2017, p.60).

Cabe ressaltar que os candidatos de baixa renda podem solicitar isenção da taxa de inscrição para o vestibular, caso se enquadrem nas seguintes situações: a) Possua renda familiar inferior a dois salários mínimos; b) Seja doador regular de sangue; e c) Seja profissional técnico da Educação Superior da UNEMAT (UNEMAT, 2018a).

Propiciar várias formas de ingresso pode ser um caminho para a promoção do acesso a uma parcela maior da sociedade, contudo, o ingresso é a porta de entrada para a universidade e no decorrer da caminhada universitária são necessárias políticas de permanência que promovam a conclusão do curso a um número cada vez maior de estudantes.

A seguir, para melhor compreensão do grupo de estudantes a ser analisado, apresentaremos os cursos de bacharelados ofertados no campus Jane Vanini – UNEMAT/ Cáceres, *lócus* de nossa pesquisa.

4 OS CURSOS DE BACHARELADO NA UNEMAT 2014/2 – 2019/1

A Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) - Campus Jane Vanini – Cáceres/MT, local de realização desta pesquisa, atualmente (2019) oferece sete cursos de graduação em bacharelado, sendo eles: Agronomia, Ciências Biológicas, Ciências Contábeis, Ciências da Computação, Direito, Enfermagem e Medicina. Contudo, conforme considerações feitas em seções anteriores, o Curso de Medicina não fez parte desta pesquisa por não possuir turma concluinte em 2019/1. A seguir apresentamos algumas informações sobre cada um dos cursos.

O *Curso de Bacharelado em Agronomia*, do Campus Jane Vanini – UNEMAT/Cáceres, teve sua criação e aprovação no dia 05 de abril de 2001 pela Resolução N.º 057/2001 – CONEPE e no dia 06 de abril de 2001 pela Resolução N.º 012/2001 – CONSUNI. O curso funciona em período de regime integral, oferece 40 vagas semestral e tem a duração de 05 (cinco) anos.

O *Curso de Licenciatura e Bacharelado em Ciências Biológicas*, do Campus Jane Vanini – UNEMAT/Cáceres passa a ser ofertado como licenciatura e bacharelado, a partir de 2013, anteriormente era apenas licenciatura. O curso funciona em horário integral (vespertino e noturno), tem uma oferta de 80 vagas anuais, sendo 40 a cada semestre e tem a duração de 05(cinco) anos.

O *Curso de Bacharelado em Ciências Contábeis* do Campus Jane Vanini – UNEMAT/Cáceres vem sendo ofertado desde o período letivo 1994/2. O Curso foi autorizado através do Decreto n° 1845 de 28.03.1996, Parecer n° 196/95 do C.E.E./MT, conforme Portaria n° 519/96. 291/03 C.E.E/MT e, ainda conforme processo n° 23.123.000750/96-51, do Ministério da Educação. (PPC, 2012, p. 5). O Curso funciona em período matutino, tem uma oferta de 80 vagas anuais, sendo 40 a cada semestre e tem a duração de quatro anos.

O *Curso de Bacharelado em Ciência da Computação* foi criado e autorizado pela Resolução n° 023/2013 do Conselho Universitário – CONSUNI. O curso foi implantado em 2014, funciona em período integral, oferta 80 vagas anuais, sendo 40 a cada semestre e tem a duração de quatro anos.

O *Curso de Bacharelado em Enfermagem* foi criado em 2001 e autorizado pela Resolução N. 013/2001 CONSUNI-UNEMAT de 06 de abril de 2001. Encontra-se legalmente amparado na Lei 9.394/96 (LDB); Resolução N° 058/2001 – CONEPE e

Resolução Nº 013/2001 – CONSUNI. O Curso funciona em período integral (matutino e vespertino), tem uma oferta de 40 vagas semestrais, tem a duração de cinco anos.

Com base em informações extraídas nos anuários estatísticos da UNEMAT, disponibilizados no site da instituição, apresentamos uma panorâmica da evolução do número de matriculados e diplomados dos cursos de bacharelados, a saber: Agronomia, Ciências Biológicas, Ciências Contábeis, Ciências da Computação, Direito e Enfermagem, ofertados no Campus Jane Vanini – UNEMAT/ Cáceres, num recorte temporal dos últimos cinco anos, ou seja, no período de 2014/2 a 2019/1, todos os cursos citados são ofertados no período diurno, o que já se apresenta como um indicativo de que, no geral, não atende a estudantes trabalhadores, devido ao horário e ao fato de alguns deles funcionarem em período integral.

Quadro 5 – Evolução no número de matriculados e diplomados dos Cursos de Bacharelado – Campus Jane Vanini/ Cáceres no período de 2014/2 a 2019/1

		2014/2	2015/1	2015/2	2016/1	2016/2	2017/1	2017/2	2018/1	2018/2	2019/1
Campus "Jane Vanini" - Cáceres	Agronomia										
	Matriculados	352	360	343	336	350	348	345	348	356	359
	Diplomados	6	25	21	38	18	25	26	20	27	21
	Ciências Biológicas ¹³										
	Matriculados	77	165	129	170	187	185	206	231	247	275
	Diplomados	0	0	0	0	0	0	0	0	1	7
	Ciências Contábeis										
	Matriculados	286	275	279	294	303	268	262	255	262	273
	Diplomados	27	16	27	50	23	16	23	25	15	11
	Ciências da Computação ¹⁴										
	Matriculados	52	139	105	138	168	141	161	165	169	177
	Diplomados	0	0	0	0	0	*19	**12	2	0	1

¹³ O curso de Bacharelado em Ciências Biológicas teve início em 2014/2, e tem previsão de duração mínima de 5 anos, portanto só há diplomados a partir de 2019/1.

¹⁴ O curso de Bacharelado em Ciências da Computação teve início em 2015/1 e tem previsão de duração mínima de 4 anos, portanto só há diplomados a partir de 2018/2, no entanto, os dados apresentados no quadro foram extraídos do anuário 2018 ano base 2017, p. 54. Disponível em: <http://portal.unemat.br/media/files/PRPTI/ANUARIO-2018-ANO-BASE-2017.pdf>

Direito											
Matriculados	363	385	378	391	418	386	390	388	410	402	
Diplomados	18	23	22	48	29	25	35	23	35	33	
Enfermagem											
Matriculados	344	352	356	344	362	341	356	354	365	369	
Diplomados	40	16	30	51	21	19	26	18	17	26	

Fonte: Dados extraídos do anuário UNEMAT e elaborados pela autora.

Não foi possível, apenas com esses dados, estabelecer uma correlação entre ingresso e conclusão em tempo mínimo previsto no PPC, pois os dados não se restringem ao fluxo de uma mesma turma (ingressantes no mesmo período), são a somatória de todos os matriculados e diplomados a cada semestre.

O que se destaca é que o número de matrículas se aproxima da somatória do número de vagas de cada turma, no entanto o número de diplomados é bem menor. Dados fornecidos pela SAA e Anuários Estatísticos da UNEMAT mostram a diferença quantitativa entre matriculados e diplomados. Constatamos que o número de diplomados é bem inferior ao número de vagas ofertadas semestralmente em cada curso, apesar do número total de matriculados, o que nos leva a concluir que uma quantidade expressiva de ingressantes não chegam à conclusão do curso no prazo mínimo previsto para integralização. Essa situação indica a necessidade de programas de permanência, para que estudantes ingressantes possam concluir seus estudos neste prazo.

Quadro 6 – Vagas, matriculados e concluintes dos cursos de bacharelado presenciais Campus de Cáceres 2014 – 2018

Curso presencial	Ano	Vagas ofertadas	Matriculados (todos os semestres)	Concluintes
Agronomia	2014	80	701	17
	2015	80	703	46
	2016	80	386	56
	2017	80	693	51
	2018	80	704	53
Bacharelado e licenciatura em Ciências Biológicas (primeira oferta do curso em 2014)	2014	80	127	00
	2015	80	294	00
	2016	80	357	00
	2017	80	391	00
	2018	80	478	01

Ciências Contábeis	2014	80	573	50
	2015	80	554	43
	2016	80	597	73
	2017	80	530	39
	2018	80	517	40
Bacharelado em Ciência da Computação (primeira oferta do curso em 2014)	2014	80	93	00
	2015	80	144	00
	2016	80	306	00
	2017	80	303	31
	2018	80	334	02
Direito	2014	80	737	52
	2015	80	763	45
	2016	80	809	77
	2017	80	776	60
	2018	80	798	58
Enfermagem	2014	80	663	40
	2015	80	708	46
	2016	80	706	72
	2017	80	697	45
	2018	80	719	35
¹⁵ Medicina (primeira oferta do curso em 2012 ¹⁶)	2014	-----	240	00
	2015	60	341	00
	2016	60	456	00
	2017	60	535	00
	2018	60	656	41

Fonte: elaborado pela autora com base nos Anuários Estatísticos 2014-2018, disponíveis em <http://portal.unemat.br/?pg=site&i=prpti&m=anuario>

Outro fator, que podemos inferir ao observamos o quadro é que pode haver uma quantidade de estudantes que ficam retidos no decorrer do curso, tal como indica a pesquisa realizada por Neves (2019) “Permanência na Educação Superior: Uma análise do percurso acadêmico dos estudantes dos Cursos de Licenciatura da Universidade do Estado de Mato Grosso – Campus Jane Vanini” na qual a autora conclui:

[...] os estudantes que concluem o curso em prazo maior podem interferir diretamente no índice de estudantes concluintes, por ainda haver a possibilidade de conclusão, como é o caso dos sujeitos deste estudo cujo índice de retenção é de 25%; superior em 6% com relação aos estudantes que concluíram o curso dentro do prazo mínimo de integralização (19%). (NEVES, 2019, p.137-138).

¹⁵ Em agosto de 2012 teve início o Curso de Medicina com oferta de 30 vagas, em regime seriado semestral, utilizando metodologias ativas de ensino aprendizagem em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais - DCN1, com inserção precoce e permanente dos estudantes na Estratégia de Saúde da Família – ESF. Disponível em: <http://caceres.unemat.br/portal/medicina/wp-content/uploads/sites/15/2018/01/Projeto-Pedag%C3%B3gico-do-curso-de-MEDICINA-ilovepdf-compressed.pdf>

¹⁶ Edital nº 001/2012 – COVEST. Disponível em: <http://concursos.unemat.br/2012/>

As considerações da autora e os números acima apresentados evidenciam e implicam na necessidade de políticas de permanência na ES na UNEMAT, local de realização deste estudo, bem como nas IES brasileiras.

Na subseção seguinte, passamos a demonstrar o perfil dos estudantes dos cursos de bacharelado concluintes em 2019/1 com base nas respostas do questionário.

4.1 Perfil dos estudantes dos cursos de Bacharelado 2014/2 – 2019/1 do Campus Jane Vanini – UNEMAT/Cáceres

Nesta parte do trabalho apresentamos os dados obtidos por meio de questionário (APÊNDICE A) aplicado aos estudantes do último semestre de cada curso que, no momento da pesquisa se dispuseram a participar. Os resultados foram organizados em tabelas, ora agrupando todos os cursos pesquisados, ora destacando aspectos específicos.

Vale explicitar que o questionário foi aplicado aos acadêmicos em suas salas de aula no decorrer do período matutino. Foram sujeitos da pesquisa 98 estudantes matriculados nos últimos semestres dos Cursos de Bacharelado em 2019/1 ingressantes pelo vestibular 2014/2 do Campus Jane Vanini – UNEMAT/Cáceres. Cabe aqui a ressalva que dos cinco cursos de bacharelado que compuseram os sujeitos desta pesquisa, alguns possuem tempo mínimo de integralização diferenciado como foi dito anteriormente, a saber: Ciências Contábeis e Ciências da Computação têm duração de quatro anos, Agronomia, Ciências Biológicas, Direito e Enfermagem cinco anos, assim sendo, os acadêmicos dos cursos de Ciências Contábeis e Ciências da Computação que fizeram parte desta pesquisa correspondem àqueles que ingressaram na turma de 2014/2, mas não concluíram o curso no tempo mínimo de integralização (4 anos), o que justifica a diferença numérica de estudantes respondentes ao questionário destes dois cursos em relação aos demais.

Do universo de 98 estudantes que aceitaram participar da pesquisa, no curso de Agronomia¹⁷ em 2014/2 foram 21 ingressantes, os quais ainda permaneciam e todos os 21 participaram da pesquisa, já o Curso de Ciências Contábeis¹⁸, de 35 ingressantes em 2014/2, encontramos matriculados um total de 11 acadêmicos (aqueles que não conseguiram concluir o curso no tempo mínimo de integralização previsto, quatro anos), sendo que destes onze (11),

¹⁷ O Curso de Bacharelado em Agronomia tem o tempo mínimo de integralização previsto a duração de 10 semestres, com isso, os estudantes que fizeram parte desta pesquisa são aqueles que ingressaram via vestibular em 2014/2, e que eram possíveis concluintes do curso no tempo mínimo previsto de integralização.

¹⁸ O Curso de Bacharelado em Ciências Contábeis tem o tempo mínimo de integralização previsto a duração de oito (8) semestres, com isso, os estudantes que fizeram parte desta pesquisa são aqueles que ingressaram via vestibular em 2014/2, mas que não concluíram o curso no tempo mínimo previsto de integralização.

oito (8) foram adeptos à participação. No Curso de Ciências Biológicas no ano de 2014/2 ingressaram vinte e sete (27), e destes em 2019/1 estavam cursando o último semestre vinte (20) estudantes, sendo que doze (12) responderam à pesquisa. O curso de Ciências da Computação em 2014/2 houve 22 ingressos e destes quatro (4) ainda se encontravam matriculados em 2019/1, desses quatro somente dois (2) aceitaram responder ao questionário. No Curso de Direito em 2014/2 houve um quantitativo de quarenta ingressantes, em 2019/1 trinta e cinco (35) estavam cursando, destes um total de trinta (30) acadêmicos responderam às questões e o Curso de Enfermagem em 2014/2 ingressaram trinta e dois (32), em 2019/1 continuam matriculados cursando esta mesma quantidade, sendo que vinte e cinco (25) aceitaram responder ao questionário. Assim sendo, obtivemos um total de 98 respondentes ao questionário, conforme detalha a tabela 2 a seguir.

Tabela 2 – Sujeitos ingressantes, matriculados por curso e participantes da pesquisa

Cursos							
	Agro	Ciênc. Bio	Ciênc. Contab.	Ciênc. Comp.	Dir.	Enfer.	Total
Ingressantes 2014/2	21	27	35	22	40	32	
Matriculados No último semestre em 2019/1	21	20	11	04	35	32	
Participantes da pesquisa	21	12	08	02	30	25	98

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa (2019)

A seguir traçamos o perfil dos estudantes concluintes dos cursos de bacharelado (Agronomia, Ciências Biológicas, Ciências Contábeis, Ciências da Computação, Direito e Enfermagem) da UNEMAT/Cáceres em 2019/1, tendo como base os dados coletados por meio da realização do questionário efetuado nos meses de março a junho de 2019, do qual consideramos os dados: sociodemográficos (sexo, cor/raça, idade, estado civil e filhos), escolares (antecedentes escolares dos estudantes e nível de escolaridade do pai e da mãe) e econômicos (renda familiar, tipo de atividade que exerce e com quem vive).

4.2 Perfil sociodemográfico dos estudantes ingressantes em 2014/2 - 2019/1 quanto ao: sexo

Na tabela 3 demonstramos a caracterização dos concluintes dos cursos de bacharelado quanto ao sexo.

Tabela 3 – Caracterização dos concluintes dos cursos de bacharelado 2019/1 do Campus Jane Vanini – UNEMAT/Cáceres quanto ao sexo

Variável	Cursos						Total	
	Agro	Ciênc. Biol.	Ciênc. Contáb.	Ciênc. Comp.	Dir.	Enfer	Nº	%
Masculino	12	4	3	2	20	4	45	45,91
Feminino	9	8	5	0	10	21	53	54,08
Outro	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa (2019)

De acordo com os dados apresentados na tabela, 53 (54,08%) dos estudantes são do sexo feminino e 45(45,91%) masculinos. Sendo que, nos cursos de Ciências Biológicas são oito (8) femininos e quatro (4) masculino, Ciências Contábeis cinco (5) femininos e três (3) masculino e especialmente em Enfermagem (21 feminino e quatro masculino) e o inverso nos cursos de Agronomia (12 masculino e nove feminino), Ciências da computação dois (2) do sexo masculino e Direito (20 masculino e 10 feminino).

Bourdieu (1999) já nos chamava a atenção a respeito do aumento da participação feminina na educação superior, porém destacando que isso se dava em cursos de menor prestígio social, segundo o autor:

As mudanças visíveis de condições ocultam, de fato, a permanência nas posições relativas: a igualização de oportunidades de acesso e índices de representação não deve mascarar as desigualdades que persistem na distribuição entre os diferentes níveis escolares e, simultaneamente, entre as carreiras possíveis. Em número maior que os rapazes, quer para a obtenção do bacharelado, quer nos estudos universitários, as moças estão bem menos representadas nos departamentos mais cotados (BOURDIEU, 1999, p.109).

Os dados obtidos não são suficientes para generalizações, mas reforçam o estereótipo de distinção entre profissões consideradas historicamente femininas e masculinas com a predominância de homens na Agronomia, Ciências da Computação e Direito e de mulheres na Enfermagem.

Ainda assim, de acordo com dados do Censo da Educação Superior 2016, o sexo feminino predomina entre o total geral dos estudantes concluintes dos cursos das IES brasileiras, com o índice de 71% (374.752), enquanto o masculino apresenta 29% (150.566) (BRASIL, 2016).

Em estudo realizado por Nodari (2016) no Campus Jane Vanini-UNEMAT/Cáceres nos cursos Bacharelados em Agronomia, Ciências Contábeis, Direito, Enfermagem e Licenciaturas em Ciências Biológicas, Computação, Educação Física, Geografia, História, Letras, Matemática e Pedagogia a distribuição por sexo também foi de 57% sexo feminino e 43% do sexo masculino. Reafirmando assim, os dados levantados em nossa pesquisa, bem como os do Censo da Educação Superior 2016.

Rigo (2016) realizou estudo na Universidade Federal de Viçosa – UFV, nos cursos de licenciatura em Ciências Biológicas, Física, Matemática e Química, constatou que o público masculino é majoritário nos cursos de Física (85,72%) e Matemática (58, 33%).

Radaelli (2013) em pesquisa realizada na Universidade Federal da Fronteira do Sul, com estudantes beneficiados pelo programa de bolsas e auxílios pela assistência estudantil da UFFS-Campus Realeza, também verifica que dos participantes do estudo 82% são do sexo feminino e 18% do sexo masculino. “Esse dado pode estar relacionado ao crescimento da participação das mulheres no mercado de trabalho e à consequente busca por formação”. (RADAELLI, 2013, p.103)

Brocco (2015) ao estudar os bolsistas da Universidade Comunitária da Região de Chapecó, confirma que a maioria pertence ao sexo feminino (69,8%), enquanto uma proporção significativamente menor (30,2%) ao sexo masculino. A autora ressalta ainda que:

Um outro dado que chama a atenção, é que mesmo em número menor, o sexo feminino está presente em todos os cursos, o que demonstra que as mulheres estão rompendo com a bipolarização, mesmo sendo predominantes nas áreas das ciências humanas e sociais, assim como da saúde. (BROCCO, 2015, p.103)

Neves (2019) em pesquisa realizada nos cursos de licenciatura do Campus Jane Vanini-UNEMAT/Cáceres (mesmo local desta investigação), constata a presença majoritária do público feminino, com índice de 69% (23), enquanto o masculino apresenta um número menor de 31% (10)”.

Cavichioli complementa que:

Esse aumento feminino no ensino superior não é um fato isolado do campo da educação. Existe uma maior participação feminina em vários campos sociais que são frutos de transformações da sociedade, a exemplo da inclusão feminina no mercado de trabalho e conseqüente distanciamento das atividades domésticas, adiamento da idade dos casamentos, diminuição do número de filhos por família, bem como diversas outras questões que impactam na atualização periódica no *habitus* familiar. (2016, p.105).

Da mesma forma, Beltrão e Teixeira (2005) compreendem que foi a partir dos anos 1980, com a redemocratização do país e com a expansão do ensino superior por meio da educação privada que as mulheres conseguiram reverter o quadro de pouca participação na educação como um todo.

A tabela 4 sintetiza os dados relativos à caracterização dos sujeitos da presente pesquisa quanto à idade, cor/raça, estado civil e filhos.

Tabela 4 – Caracterização dos concluintes dos cursos de bacharelado 2019/1 do Campus Jane Vanini - UNEMAT/Cáceres quanto a: idade, cor/raça, estado civil e filhos

Variável	Cursos						Total	
	Agro	Ciênc. Biol.	Ciênc. Contáb.	Ciênc. Comp.	Dir.	Enfer	Nº	%
Menor que 20	0	0	0	0	0	0	0	0
21 – 30 anos	14	8	5	2	14	18	61	62,24
31 – 40 anos	6	2	3	0	6	5	22	22,44
41 – 50 anos	1	2	0	0	10	2	15	15,30
51 – 60 anos	0	0	0	0	0	0	0	0
61 ou mais	0	0	0	0	0	0	0	0
Cor/Raça								
Branco	17	7	4	2	20	10	60	61,22
Pardo	2	2	2	0	2	6	14	14,28
Amarelo	0	0	0	0	0	0	0	0
Indígena	0	0	0	0	0	0	0	0
Preto	2	3	2	0	8	9	24	24,48
Estado Civil								
Solteiro	15	8	4	2	16	15	60	61,22
Casado	3	2	1	0	6	4	16	16,32
Separado	0	0	0	0	0	0	0	0
Viúvo	0	0	0	0	0	0	0	0
Outro	3	2	3	0	8	6	22	23,06
Filhos								
1	5	3	0	0	6	5	19	19,38

2	2	2	2	0	2	3	11	11,22
3	2	1	2	0	4	2	11	11,22
4	0	0	0	0	0	0	0	0
Mais que 4	0	0	0	0	0	0	0	0
Não tenho filhos	12	6	4	2	18	15	57	58,16

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa (2019).

Quanto à idade, a maioria dos investigados, 61(62,24%), está na faixa etária de 21 a 30 anos. Destes, 18 eram de Enfermagem, 14 de Agronomia, 14 de Direito, 8 das Ciências Biológicas, 5 de Ciências Contábeis, e, 2 de Ciências da Computação.

A pesquisa feita por Garcia (2018) no Instituto Federal de Mato Grosso do Sul conclui que, dos respondentes do questionário, 61% estão na faixa etária de 18 a 26 anos, quase 24% tem entre 26 e 35 anos, 14% estão acima de 35 anos.

Segundo dados do Censo da Educação Superior (2016), 52% (4.128.171) dos estudantes matriculados em IES brasileiras enquadram-se na faixa etária de 21 a 29 anos, sendo esta a idade predominante dos estudantes dos cursos de graduação no Brasil. (BRASIL, 2016)

No quesito Cor/Raça, a maioria é constituída de brancos, 60 (61,22%), estando concentrados no curso de Direito 20, em Agronomia 17, em Enfermagem 10, em Ciências Biológicas 7, em Ciências Contábeis 4, e, em Ciências da Computação 2. Em segunda maior frequência, aparece os autodeclarados como preto, 24 (24,48%), estando 9 em Enfermagem, 8 em Direito, 3 em Ciências Biológicas, 2 em Agronomia, e, 2 em Ciências Contábeis. Os pardos são 14 (14,28%), estando 6 no curso de Enfermagem e o restante distribuído mais ou menos de maneira homogênea nos demais cursos. Não registramos na pesquisa nenhum investigado indígena ou amarelo.

Os dados coletados e analisados indicam no quesito Cor/Raça a predominância de autodeclarados brancos em todos os cursos e ausência de indígenas e amarelos. Apenas na Enfermagem, se somados pretos (9) e pardos (6) ultrapassaria o número de brancos (10). Esse resultado é fundamental para demonstrarmos a diferença étnica presente no âmbito da IES, apesar da presença de pretos e pardos ainda ser muito pequena, se comparada aos que se consideram brancos.

Porém, Neves (2019), em estudo já citado, realizado no Campus Jane Vanini-UNEMAT/Cáceres nos cursos de Licenciatura, constata dados inversos com relação à Cor/Raça 58% (19) dos participantes da referida pesquisa se autodeclararam pardos, 24% (8)

brancos, 15% (5) pretos e 3% (1) amarelo. Ou seja, os dados indicam que estudantes autodeclarados pardos, em sua maioria estão nas licenciaturas, enquanto há predomínio de autodeclarados brancos nos cursos de bacharelados, socialmente mais valorizados, por formarem os denominados profissionais liberais.

Nessa perspectiva, Cavichioli, ressalta que:

A população residente de Mato Grosso possui um retrato de cor ou raça assim apresentado em ordem quantitativa: pardos, brancos, pretos, indígenas e amarelos. Já entre os estudantes e graduados, a cor branca fica em primeiro lugar em vez dos pardos e os amarelos tomam a quarta posição dos indígenas. (2016, p. 146).

Radaelli (2013, p.107), em pesquisa realizada na Universidade Federal da Fronteira do Sul, com estudantes beneficiados pelo programa de bolsas e auxílios pela assistência estudantil da UFFS-Campus Realeza, identificou que 82% se considera branco, 14% pardo(a) ou mulato(a), 2% se considera amarelo, 1% negro e 1% indígena entre os estudantes.

De acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2015, 45,22% dos brasileiros se declaram como brancos, 45,06% como pardos, 8,86% como pretos, 0,47% como amarelos e 0,38% como indígenas. (IBGE, 2015).

Em relação ao estado civil, 60 (61,22%) estudantes eram solteiros, 16 (16,32%) casados e 22 (23,06%) assinalaram outro estado civil. O curso de Direito apresentou 16 solteiros, Agronomia 15, Enfermagem 15, Ciências Biológicas 8, Ciências Contábeis 4 e Ciências da Computação 2. Enquanto os casados estão nos cursos de Direito 6, Enfermagem 4, Agronomia 3, Ciências Biológicas 2 e em Ciências Contábeis 1.

Brocco (2015, p.103), em sua pesquisa com estudantes bolsistas da Universidade Comunitária da Região de Chapecó, obteve dados indicativos de que “quanto ao estado civil dos bolsistas, a grande maioria, ou 93,6%, é solteiro, fato que demonstra que esses jovens estão priorizando a formação escolar ante uma relação conjugal”.

Radaelli (2013) em pesquisa realizada na Universidade Federal da Fronteira do Sul, com estudantes beneficiados pelo programa de bolsas e auxílios pela assistência estudantil da UFFS-Campus Realeza, também identifica entre os sujeitos participantes de sua pesquisa, que o maior percentual é de 84% de solteiros; 11% são casados ou moram com companheiro (a), 4% possuem união estável e apenas 1% é separado (a)/divorciado(a)/desquitado(a).

Carvalho (2016), em pesquisa realizada na Universidade Federal do Maranhão, com estudantes das Licenciaturas Interdisciplinares, constata que os solteiros representavam 66%;

casados ou com união estável equivaliam a 25% do total; separados ou divorciados 3% e pessoas com outro tipo de situação civil, o correspondente a 6%.

Em relação à quantidade de filhos, 57 (58,16%) dos investigados alegam que não possuem filhos, 19 (19,38%) possuíam 1 filho, 11 (11,22%) possuíam 2 filhos, e mais 11(11,22%) possuíam 3 filhos.

Em síntese, as pesquisas citadas, em diversas IES, indicam que os estudantes universitários são predominantemente solteiros, tal como os sujeitos participantes desta investigação. Nossos dados mostram que os concluintes dos cursos de bacharelado na UNEMAT em Cáceres em 2019 são em sua maioria, constituída de: solteiros, que estão entre 21 e 30 anos, não possuem filhos e se auto declaram brancos, reforçando dados de outras pesquisas já realizadas em nosso País.

4.3 Perfil escolar dos estudantes ingressantes em 2014/2 -2019/1 quanto aos antecedentes escolares dos estudantes e nível de escolaridade do pai e da mãe

A tabela 5 detalha os antecedentes escolares dos concluintes dos cursos de bacharelado da UNEMAT/Cáceres.

Tabela 5 – Antecedentes escolares dos concluintes dos cursos de bacharelado 2019/1 do Campus Jane Vanini - UNEMAT/Cáceres

Variável	Cursos						Total	
	Agro	Ciê.n.B iol.	Ciê.n. Contáb.	Ciê.n. Comp.	Dir.	Enfer.	Nº	%
Em que tipo de escola você cursou o ensino fundamental?								
Somente em escola particular	3	2	2	1	8	6	22	22,44
Somente em escola pública	10	8	6	1	14	13	52	53,06
Parte em escola pública e parte em escola particular, tendo ficado mais tempo em escola pública	4	2	0	0	6	3	15	15,30
Parte em escola particular e parte em escola pública, tendo ficado mais tempo em escola particular.	4	0	0	0	2	3	9	9,18
Em que tipo de escola você cursou o ensino médio?								
Somente em escola particular	3	2	2	1	8	6	22	22,44

Somente em escola pública	10	8	6	1	14	13	52	53,06
Parte em escola pública e parte em escola particular, tendo ficado mais tempo em escola pública.	4	2	0	0	4	3	13	13,26
Parte em escola particular e parte em escola pública, tendo ficado mais tempo em escola particular.	4	0	0	0	4	3	11	11,22

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa (2019).

Um dos resultados encontrados a partir desta pesquisa está relacionado aos antecedentes escolares dos concluintes dos cursos de bacharelado, visto que nas turmas pesquisadas, 52 (53,06%) estudaram o ensino fundamental somente em escola pública, 22 (22,44%) integralmente em escola particular, 15 (15,30%) o fizeram a maior parte em escola pública e apenas 9 (9,18%) cursaram parcialmente em escola particular. Com relação ao ensino médio, permaneceu o predomínio de estudantes provenientes de escolas públicas, apresentando a mesma quantidade que no ensino fundamental, ao passo que 13 (13,26%) estudaram um tempo maior em escolas públicas e 11 (11,22%) cursaram a maior parte em escola particular.

Em pesquisa realizada no Campus Jane Vanini - UNEMAT/Cáceres, em 2012, com estudantes cotistas dos cursos de licenciatura e bacharelado, Barbosa (2013) observou que 109 alunos, ou seja, 90,8% dos sujeitos de sua investigação eram egressos de escolas públicas; 5,8% (7) concluíram o ensino médio em escola particular e 3,4% (4) em escola particular com bolsa de estudos.

Carvalho (2016), em estudo realizado na Universidade Federal do Maranhão, com estudantes das Licenciaturas Interdisciplinares relatou que os estudantes respondentes declararam ter cursado todo o ensino fundamental e médio em escola pública.

Brocco (2015, p. 100), em sua pesquisa com estudantes bolsistas da Universidade Comunitária da Região de Chapecó pontua que “[...] 49,5% dos bolsistas realizaram todo o ensino médio em escola pública, 0,4% fizeram misto em escola pública e particular, na condição de bolsista integral”.

Citamos as pesquisas de Barbosa (2013), Carvalho (2016) e Brocco (2015) no intuito de evidenciar o que encontramos nos dados obtidos e que já foi afirmado por Ristoff (2014): progressivamente mais estudantes oriundos da escola pública ingressam na educação superior.

Na tabela 6 apresentamos os dados relacionados à escolaridade dos pais dos concluintes dos cursos de bacharelado UNEMAT Cáceres 2019/1.

Tabela 6 – Escolaridade dos pais dos concluintes dos cursos de bacharelado 2019/1 do Campus Jane Vanini - UNEMAT/Cáceres

Variável	Cursos						Total	
	Agro.	Ciênc. Biol	Ciênc Contáb.	Ciênc. Comp.	Dir.	Enfer.	Nº	%
Qual o nível de instrução de seu pai?								
Não frequentou escola.	5	0	0	0	0	4	9	9,18
Ensino Fundamental incompleto	5	4	1	0	7	3	20	20,40
Ensino Fundamental completo	3	2	2	0	0	0	7	7,14
Ensino Médio incompleto	1	2	0	0	13	0	16	16,32
Ensino Médio completo	6	1	0	1	2	16	26	26,53
Ensino Superior incompleto	0	2	5	0	1	0	8	8,16
Ensino Superior completo	1		0	1	6	1	9	9,18
Pós-graduação (especialização, mestrado e/ou doutorado)	0	1	0	0	1	1	3	3,06
Qual o nível de instrução de sua mãe?								
Não frequentou escola	3	2	0	0	0	4	9	9,18
Ensino Fundamental incompleto	7	2	0	1	5	3	18	18,36
Ensino Fundamental completo.	8	2	2	0	3	0	15	15,30
Ensino Médio incompleto	1	1	0	0	0	0	2	2,04
Ensino Médio completo	1	3	4	1	11	16	36	36,73
Ensino Superior incompleto	0	1	0	0	1	0	2	2,04
Ensino Superior completo.	1	1	2	0	8	1	13	13,26
Pós-graduação (especialização, mestrado e/ou doutorado).	0	0	0	0	2	1	3	3,06

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa (2019).

No que se refere à escolaridade dos pais dos concluintes, verificamos que um total de 3 (3,06%) fizeram pós-graduação (especialização, mestrado e/ou doutorado), 9 (9,18%) superior completo, 34 (34,69%) ensino médio completo (esse percentual representa a

somatória de ensino médio completo 26,53% e 8,16% de superior incompleto), 7 (7,14%) ensino fundamental completo, 20 (20,40%) ensino fundamental incompleto e 9 (9,18%) não frequentaram a escola. Em relação às mães, constatamos que 3 (3,06%) possuem pós-graduação (especialização, mestrado e/ou doutorado), 13 (13,26%) ensino superior completo, 38 (38,77%) ensino médio completo (esse percentual representa a somatória de ensino médio completo 36,73% e 2,04% de superior incompleto), 15 (15,30%) ensino fundamental completo, 18 (18,36%) ensino fundamental incompleto e 9 (9,18%) não frequentaram a escola.

Em estudo feito com estudantes dos cursos de Licenciatura do Campus Jane Vanini-UNEMAT/Cáceres, por Neves (2019), constatou-se que a maioria, 31% (10) dos pais dos estudantes possuíam Ensino Fundamental completo, e que 31% (10) das mães possuíam Ensino Médio completo.

Primão (2015), em pesquisa feita no curso de Enfermagem da UFMT- Sinop, observa que as mães possuem maior índice de escolaridade - Ensino Médio completo com 25% (5), enquanto que o dos pais concentrou-se na sua maioria no Ensino Fundamental completo 35% (7), ou seja, as mães apresentaram nível de escolaridade superior à dos pais.

Os dados são de grupos de estudantes de diferentes IES e, portanto, não permitem generalizações, mas indicam certa tendência de que, considerando anos recentes, as mães dos estudantes da educação superior possuam maior grau de estudo que os pais, tal como indicado pelos dados coletados nesta investigação.

4.4 Perfil econômico dos estudantes ingressantes em 2014/2 - 2019/1 quanto a: renda familiar, tipo de atividade que exerce e com quem vive

Na tabela 7 apresentamos a renda mensal familiar e atividade remunerada exercida pelo estudante concluinte dos cursos de bacharelado da UNEMAT/Cáceres.

Tabela 7 – Caracterização econômica dos concluintes dos cursos de bacharelado 2019/1 do Campus Jane Vanini - UNEMAT/Cáceres, quanto a: renda familiar e atividade remunerada exercida pelo estudante

Variável	Cursos						Total	
	Agro	Ciênc. Biol.	Ciênc. Contáb.	Ciênc. Comp.	Dir.	Enfer	Nº	%
1 salário mínimo	2	0	0	0	0	0	2	2,04
Até 3 salários mínimos	15	9	6	1	6	18	55	56,12
Mais de 3 até 10 salários mínimos	4	3	2	1	19	7	36	36,73

Mais de 10 até 20 salários mínimos	0	0	0	0	5	0	5	5,10
Você exerce algum tipo de atividade remunerada?								
Não	15	3	3	2	8	20	51	52,04
Sim, em tempo parcial (até 30 horas semanais)	0	7	5	0	15	3	30	30,61
Sim, em tempo integral (mais de 30 horas semanais)	0	0	0	0	0	0	0	0
Sim, às vezes	2	2	0	0	5	2	11	11,22
Trabalho eventualmente (Faço bicos)	4		0	0	2	0	6	6,12

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa (2019)

Verificamos que 55 (56,12%) dos estudantes respondentes obtinham renda familiar de até 3 salários mínimos e 36 (36,73%) possuíam renda mensal familiar de mais 3 a 10 salários mínimos.

Em situação aparentemente contraditória, a maioria dos respondentes não trabalha, exceto no curso de Direito, em que 15 (15,30%) afirmam que exerciam atividade de até 30 horas semanais. 4 (4,08%) dos estudantes de Direito já possuíam outro curso superior. Levantamos a hipótese de que muitos deles estejam fazendo estágios extracurriculares remunerados, o que é comum neste curso e pode ter sido entendido como trabalho, no entanto, não houve possibilidade de confirmação.

Vargas (2008) entende que estudantes que pertencem a famílias com renda elevada, assim como aqueles oriundos de famílias chefiadas por pessoas com nível superior de escolaridade comparecem em maior número entre o corpo discente do ensino superior. Os respondentes que são estudantes do curso de Direito apresentam pais com maior índice de escolaridade e maior renda familiar. Nos outros cursos, conforme dados da tabela 5, poucos são os pais que possuem ensino superior completo - a maioria possui ensino médio completo - o que pode indicar um diferencial do atendimento da demanda em uma universidade pública no interior do estado e sua contribuição com a democratização do acesso à educação superior.

Quanto aos que não apresentam essas características econômicas e familiares, Dias Sobrinho (2010) explicita:

Os jovens que escapam parcialmente dos constrangimentos mais duros da origem social e econômica precisam fazer um esforço muito maior que os

estudantes procedentes de famílias de renda mais alta para adquirir conhecimentos e técnicas bastante superiores aos que possuíam seus pais e que sirvam de condição básica para a disputa por empregos compatíveis com seus estudos. As lacunas de formação cultural e os constrangimentos econômicos constituem pesadas desvantagens nas disputas por melhores lugares nos cursos de maior apreço econômico-social e, de um modo geral, nas formações sociais (DIAS SOBRINHO, 2010, p. 1239).

Concordando com Primão (2015, p.102-103) “[...] entendemos que há uma estreita relação entre a situação econômica da família e a permanência na educação superior, visto que a grande maioria, apesar da baixa renda familiar, pode se manter na universidade sem exercer trabalho remunerado”.

Na tabela 8 detalhamos o perfil econômico dos concluintes quanto a: com quem vive e quantidade de pessoas da família que moram com o estudante.

Tabela 8 – Caracterização econômica dos concluintes dos cursos de bacharelado 2019/1 do Campus Jane Vanini - UNEMAT/Cáceres, quanto a: com quem vive e quantidade de pessoas da família que moram com o estudante

Variável	Cursos						Total	
	Agro	Ciênc. Biol.	Ciênc. Contáb.	Ciênc. Comp.	Dir.	Enfer	Nº	%
Com quem você mora atualmente?								
Com os pais e (ou) com outros parentes.	15	8	4	2	17	13	59	60,20
Com o (a) esposo (a) e (ou) com o (s) filho (s) companheiro (a).	3	2	4	0	7	7	23	23,46
Com amigos (compartilhando despesa ou de favor).	2	1	0	0	4	3	10	10,20
Com colegas, em alojamento universitário	0	0	0	0	0	0	0	0
Sozinho (a)	1	1	0	0	2	2	6	6,12
Quantos membros de sua família moram com você?								
Nenhum	3	2	0	0	6	5	16	16,32
1 ou 2	0	4	2	0	8	4	18	18,36
3 ou 4	10	0	4	2	4	16	36	36,73
5 ou 6	5	6	2	0	12	0	25	25,51
Mais de 6	3	0	0	0	0	0	3	3,06

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa (2019)

Entre os respondentes 59 (60,20%) moram com os pais, sendo que destes: 15 (15,30%) cursavam Agronomia, 8 (8,16%) faziam Ciências Biológicas, 4 (4,08%) cursavam Ciências Contábeis, 2 (2,04%) estavam no curso de Ciências da Computação, 17 (17,34%) cursavam Direito e 13 (13,26%) Enfermagem.

Já na questão referente à quantidade de membros familiares que residiam com o estudante constatamos o seguinte: 36 (36,73%) moravam em 3 ou 4 pessoas, 25 (25,51%) residiam com 5 ou 6 pessoas, 3 (3,06%) com mais de 6 pessoas, 18 (18,36%) com 1 ou 2 familiares e 16 (16,32%) não moravam com nenhum familiar. Estudantes que moram com seus familiares na cidade onde cursam educação superior indicam o atendimento da IES a uma demanda local, reforçando a ideia de “uma universidade do interior para o interior”, mote assumido pela UNEMAT desde sua criação.

Em estudo feito por Radaelli (2013) em pesquisa realizada na Universidade Federal da Fronteira do Sul, com estudantes beneficiados pelo programa de bolsas e auxílios pela assistência estudantil da UFFS-Campus Realeza, verificou o inverso, que 44% residem em casa ou apartamento que dividia com colegas ou amigos; 24% moravam em casa ou apartamento com família (pais/irmãos/filhos).

Em relação à moradia, pesquisa realizada pelo FONAPRACE, em 2000, apontou que 25,3% dos estudantes residem fora do seu contexto familiar, em casa de amigos, casa de familiares, casa mantida pela família, pensão, hotel, pensionato e/ou república. (FONAPRACE, 2000).

Em estudo feito por Santos (2017) com estudantes cotistas na UFRGS, observou-se que mais da metade dos alunos respondentes, ou seja, 121 famílias estão constituídas por três (03) e quatro (04) integrantes.

Segundo dados do IBGE (2016, p. 98), o número médio de pessoas por domicílio no Brasil era de 3,5 em 2005, reduzindo-se para 3,0, em 2015. No Centro-Oeste, a média, em 2015, foi de 3,19 pessoas por domicílio.

Em relação à pesquisa que realizamos, em síntese, constatamos que o perfil predominante dos acadêmicos que conseguiram permanecer na educação superior numa instituição pública estadual (UNEMAT), localizada em um Campus interiorizado (Cáceres) é de mulheres, com idade entre 21 e 30 anos, autodeclaradas brancas, solteiras, que não possuem filhos, cursaram o ensino fundamental e médio total em escola pública, são filhas de pai e mãe com Ensino Médio completo, moram com os pais, possuem renda mensal familiar de até 3 salários mínimos, não trabalham e residem com grupo de 3 ou 4 membros da família.

Após conhecermos o perfil sociodemográfico, econômico e educacional dos participantes, na seção 5, discorreremos sobre o perfil acadêmico, apontando aspectos relevantes para a permanência na perspectiva dos estudantes.

5 A PERMANÊNCIA NA PERSPECTIVA DOS ESTUDANTES CONCLUINTES

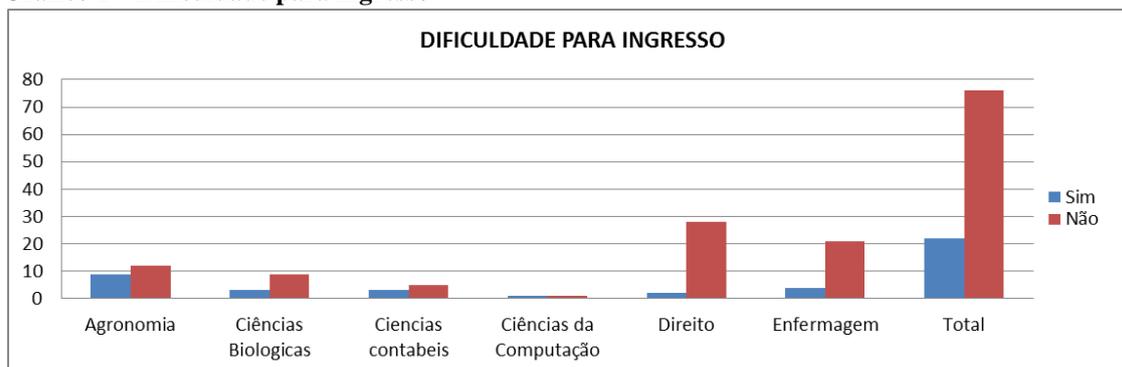
Considerando que, no decorrer de nosso trabalho, foram debatidos temas fundamentais para o estudo que se segue, propõe-se, nesse momento, a exposição dos resultados da pesquisa relacionados ao perfil acadêmico dos estudantes envolvidos, buscando analisar os fatores interferentes para a permanência nos cursos de bacharelado ofertados no Campus Jane Vanini/Cáceres.

5.1 Considerações sobre o perfil acadêmico dos estudantes

No decorrer desta subseção descreveremos os dados referentes ao perfil acadêmico dos concluintes dos cursos de bacharelado da UNEMAT/Cáceres. É necessário ressaltar que algumas questões possibilitavam aos respondentes assinalar mais de uma alternativa, assim o número total de respostas pode ser maior que o total de respondentes.

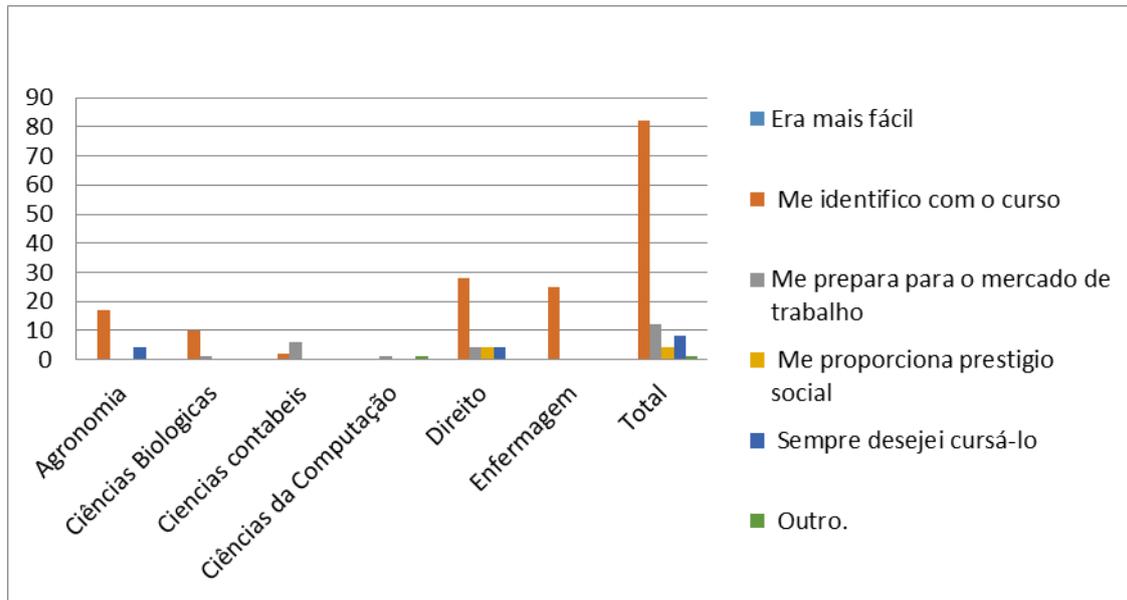
No gráfico 1, a seguir, os estudantes respondem sobre a dificuldade de ingresso na educação superior: 76 (77,55%) afirmam que não tiveram nenhuma dificuldade e 22 (22,44%) responderam que houve dificuldade no ingresso, conforme podemos observar.

Gráfico 1 – Dificuldade para ingresso



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa (2019)

Em estudo realizado nos cursos de licenciatura no mesmo campus desta pesquisa, Neves (2019, p. 122) revelam que “quanto às dificuldades encontradas ao entrar na Educação Superior 67% (22) dos estudantes concluintes declararam não ter encontrado nenhuma dificuldade para ingressar neste nível de ensino, enquanto que 33% (11) afirmam ter encontrado dificuldades”. Podemos constatar que o mesmo ocorre com os cursos de bacharelado desta mesma IES.

Gráfico 2 – Razão da escolha do curso

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa (2019)

*Pode-se marcar mais de uma alternativa

Quanto a razão para a escolha do curso, 82 (83,67%) dos concluintes disseram que a escolha ocorreu em decorrência de se identificarem com o curso escolhido, 12 (12,24%) por preparar para o mercado de trabalho, 8 (8,16%) sempre ter desejado cursar este curso, 4 (4,08%) por proporcionar prestígio social. Nesta questão os estudantes poderiam marcar mais de uma resposta.

Radaelli (2013, p.117) em pesquisa realizada na Universidade Federal da Fronteira do Sul, com estudantes beneficiados pelo programa de bolsas e auxílios pela assistência estudantil da UFFS-Campus Realeza, verificou entre os estudantes que “um percentual de 36% dos estudantes teve a escolha pelo curso influenciada por fatores como mercado de trabalho atraente, incentivo da família/amigos, por ser a segunda opção no vestibular, baixa concorrência e até mesmo por ser o lugar mais perto de casa”.

Cavalcante (2008, p. 97) entende que,

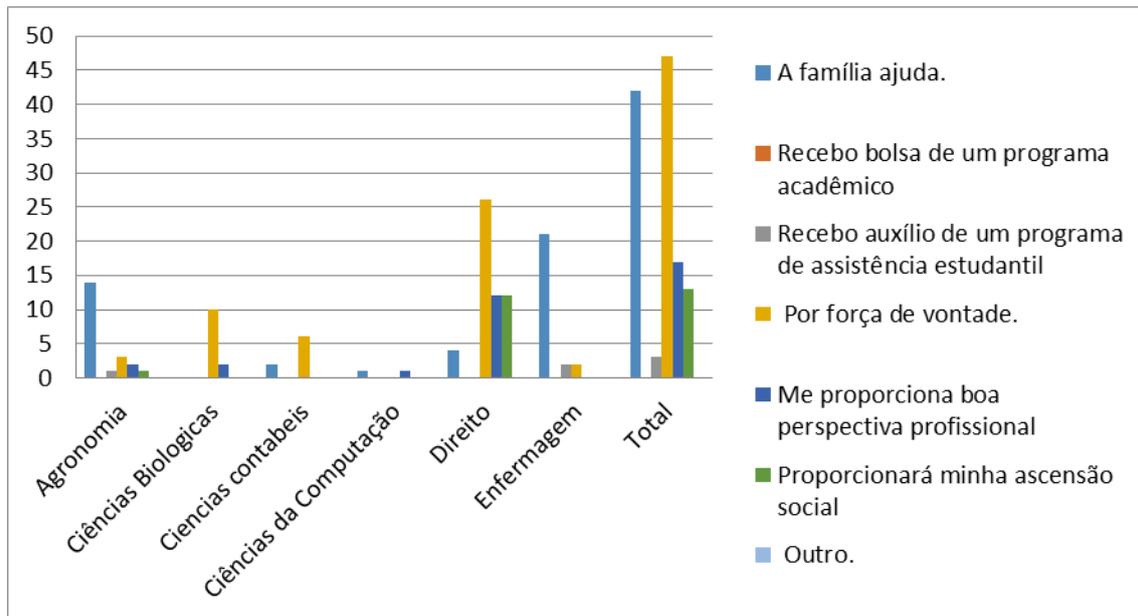
Grupos que estão em regiões afastadas das capitais ou cidades maiores são levados a escolher cursos nas opções existentes e menos concorridos. [...] tendo em vista que a educação superior representa para esses estudantes um investimento para ampliar suas chances no mercado de trabalho cada vez mais competitivo.

Neves (2019, p.122) constata que 64% dos respondentes dos cursos de licenciatura do Campus Jane Vanini – UNEMAT/Cáceres afirmaram que a escolha ocorreu em decorrência de se identificarem com o curso escolhido, 18% explicitaram outro motivo, entre eles: (1) por

ser um curso noturno, (1) por ter passado nesse - Letras, (1) por não ter passado em Pedagogia - Letras, (1) por ter passado nesse - História, (1) por estar próximo do que gostaria de estudar, (1) por ser gratuito.

O gráfico 3 nos mostra a resposta dos estudantes quando questionados a respeito do porque estão matriculados no curso, ou seja, quais eram as suas motivações para que continuassem no curso até a conclusão do mesmo. 47 (47,95%) dos concluintes afirmaram ser por força de vontade, 42 (42,85%) pela ajuda da família, 17 (17,34%) pelo fato do curso lhes proporcionar boa perspectiva profissional, 13 (13,26%) por possibilidade de ascensão social e 3 (3,06%) por receber auxílio de um programa de assistência estudantil. Mais uma vez o total de respondentes não é o total de participantes anunciados. Observa-se que a quantidade de estudantes que se referem à AE como fato de permanência é de apenas três, sendo que um (1) cursava Agronomia e dois (2) Enfermagem.

Gráfico 3 – Motivos de permanência no curso



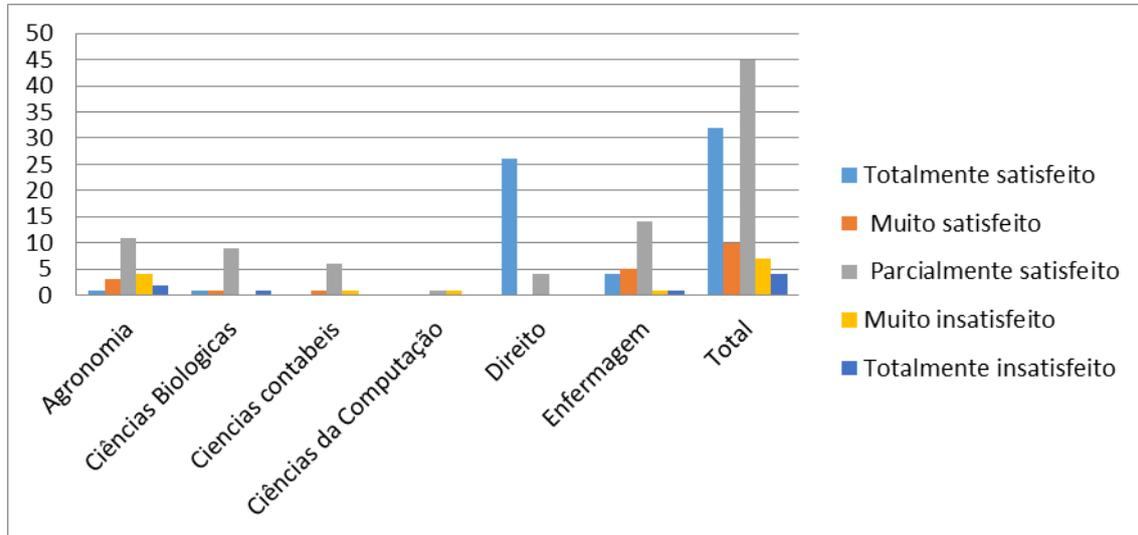
Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa (2019).

*Pode-se marcar mais de uma alternativa.

As respostas obtidas com estudantes de bacharelados na UNEMAT em Cáceres apontam razões de cunho pessoal para a permanência, tais como auxílio familiar e força de vontade. Tais respostas podem indicar a necessidade de maior divulgação das políticas e programas de assistência (PAE) e de AQE ou problemas para acessá-las.

No gráfico 4 observamos que dos concluintes, 45 (45,91%) afirmaram estar parcialmente satisfeitos com o curso, 42 (42,85%) totalmente satisfeitos e muito satisfeito, 7 (7,14%) muito insatisfeito e 4 (4,08%) totalmente insatisfeitos.

Gráfico 4 – Satisfação com o curso



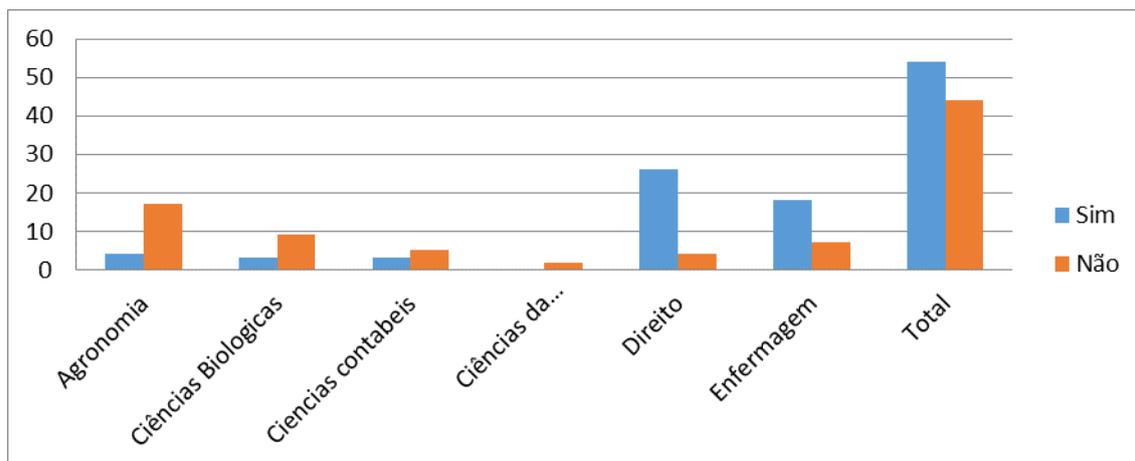
Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa (2019).

Neves (2019) observou que o índice de satisfação dos estudantes concluintes com relação aos cursos de licenciatura do Campus Jane Vanini-UNEMAT/Cáceres, apresenta-se em três níveis: 51% (17) muito satisfeito, 43% (14) parcialmente satisfeito e 6% (2) totalmente satisfeito.

Quanto aos cursos de bacharelado em foco, pode-se então afirmar que, em grande maioria, os estudantes estão satisfeitos com o curso, o que elimina este aspecto como uma possível causa de não permanência.

Dando sequência, no gráfico 5 apresenta a percepção dos estudantes dos cursos de bacharelado da UNEMAT/Cáceres em relação à motivação dos professores.

Constatamos que na percepção dos estudantes concluintes, 54 (55,10%) responderam que sim, os professores motivam para a permanência; dos que afirmaram positivamente, 26 (26,53%) cursavam Direito e 18 (18,36%) Enfermagem, já 44 (44,89%) disseram que os professores não motivam para a permanência, conforme detalha o gráfico a seguir. Destaca-se a percepção negativa dos estudantes do curso de Agronomia em mais de 75% não identificam esta motivação. Tal situação indica a necessidade de investigação mais detalhada a respeito deste curso.

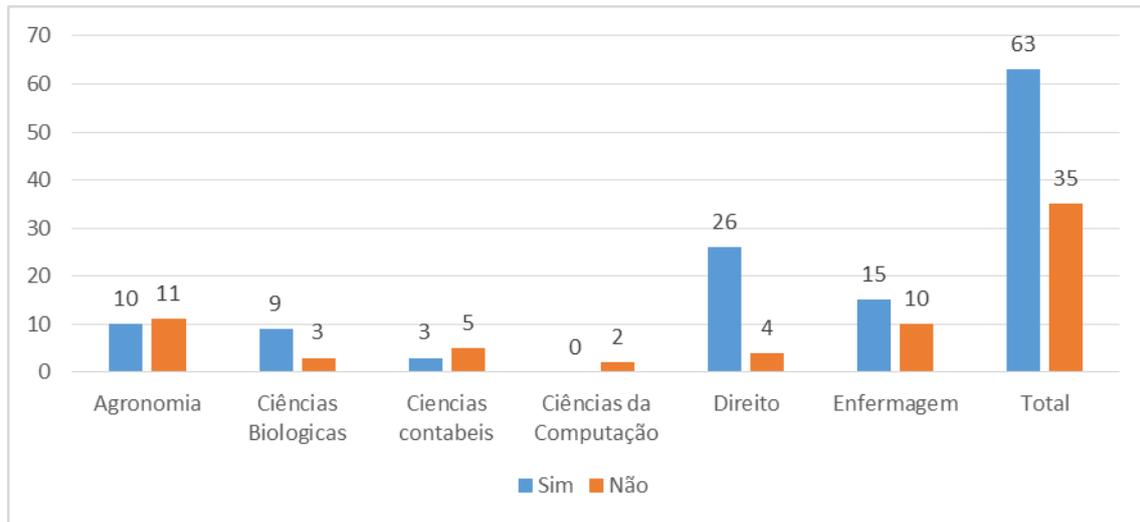
Gráfico 5 – Professores motivadores da permanência

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa (2019).

Entre os estudantes das Licenciaturas do Campus Jane Vanini-UNEMAT/Cáceres, Neves (2019) encontrou como resultados: 82% (27) consideram que os professores motivam os alunos a permanecerem até a conclusão do curso, enquanto que somente 18% (6) afirmam que os professores não os motivam a permanecer no curso.

Brocco (2015, p.160) ressalta que entre aspectos facilitadores para permanência no ensino superior, chama a atenção a importância de alguns citados pela grande parte dos bolsistas (da Universidade Comunitária da Região de Chapecó) sujeitos de sua pesquisa: os relacionamentos no meio acadêmico, entre colegas e professores; o incentivo familiar; a compreensão dos conteúdos curriculares; o acesso à internet e aos materiais didáticos.

Em se tratando de aspectos curriculares, quando questionados a respeito da contribuição ou não dos processos avaliativos para a permanência, averiguamos que 63 (64,28%) dos estudantes disseram que contribuiu, no entanto 35 (35,71%) destacam que o processo avaliativo não contribuiu.

Gráfico 6 – Contribuição dos processos avaliativos para a permanência

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa (2019).

Na pesquisa realizada no curso de Enfermagem da Universidade Federal de Mato Grosso- Campus Sinop, Primão (2015, p.119) corrobora:

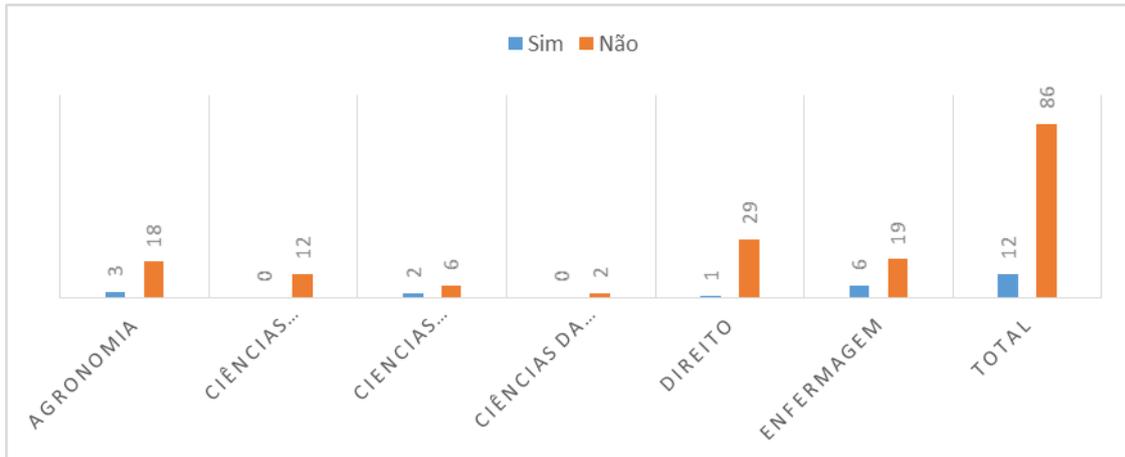
Ao tratarmos da avaliação do curso pelos 20 pesquisados, temos que 12 (60%) afirmaram que contribuiu parcialmente para o exercício profissional e 8 (40%) conceituaram essa contribuição como ampla, ressaltando que nenhum graduando considerou como pouca a contribuição na formação. Quanto ao sistema de avaliação de desempenho nas disciplinas, 14 (70%) declararam ser coerente com a proposta pedagógica e o conteúdo abordado pelos professores, 4 (20%) consideraram incoerente e ainda, 2 (10%) avaliaram como inadequado.

Neves (2019) em pesquisa realizada nos cursos de licenciatura do Campus Jane Vanini-UNEMAT/Cáceres informa que 73% (24) ressaltaram que o processo avaliativo contribui, o que se constitui na maioria dos sujeitos pesquisados por ela, no entanto 27% (9) destacam que não contribui para a permanência.

A situação econômica e financeira dos estudantes tem sido preocupação constante com relação às possibilidades de permanência e conclusão de curso da educação superior, especialmente com o processo de democratização do acesso, no qual, como já foi dito, de início, ampliaram-se as chances de ingresso e só posteriormente preocupou-se efetivamente com a permanência e a conclusão do curso com qualidade. Entre as políticas e programas que resultaram dessa perspectiva encontram-se as PAE e as que neste trabalho estamos denominando como AQE.

Os gráficos 7, 8, 9, 10, 11, 12 e 13 retratam os dados relacionados com as indagações referentes às bolsas e auxílios, bem como as questões motivadoras para a participação dos programas existentes na IES.

Gráfico 7 – Participação em programa acadêmico com bolsa



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa (2019).

Os dados revelam que 86 (87,75%) dos concluintes não participam de nenhum programa com bolsa ofertado pela IES no último semestre do curso, 12 (12,24%) responderam que já participaram de programas com bolsa. Sendo que destes, três (3) cursavam Agronomia, dois (2) Ciências Contábeis, um (1) Direito e seis (6) Enfermagem.

Neves (2019) em estudos feitos nos cursos de licenciatura do Campus Jane Vanini-UNEMAT/Cáceres, observou resultados inversos aos do gráfico apresentado acima. Desta forma demonstrou que:

[...] 67% (22) dos concluintes participaram de algum programa acadêmico com bolsa, destes oito recebem bolsa do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID, três, Bolsa Estágio e dois, Bolsa de Iniciação Científica – IC; enquanto que apenas 33% (11) afirmou não ter participado de nenhum programa. (NEVES, 2019, p. 125).

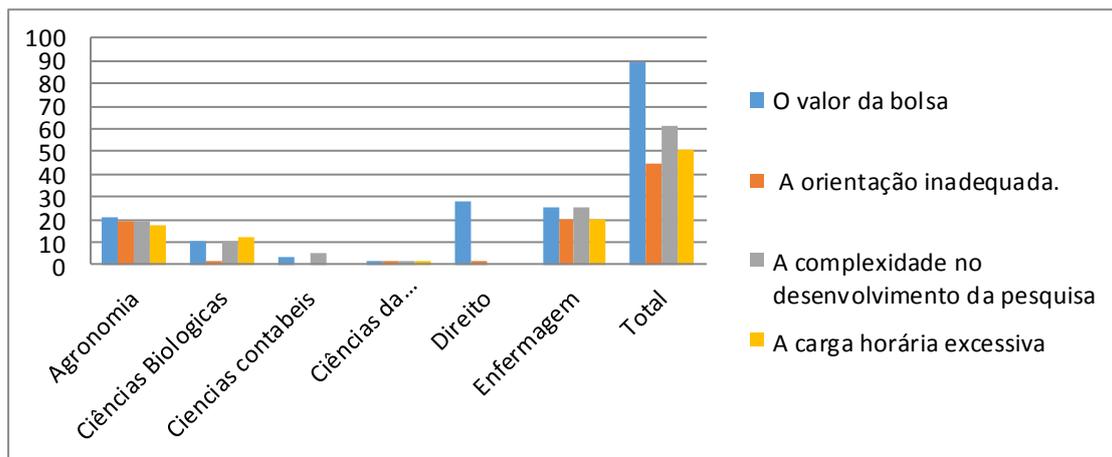
Levando em consideração os dados apresentados pela pesquisadora podemos inferir que mesmo que os resultados dos cursos de bacharelados não revelem o que se constatou nas licenciaturas, os programas de bolsas, podem ser essenciais para a permanência do estudante até a conclusão do curso. Além disso, conforme afirma Neves (2019) “o foco principal dos estudantes é o de concluir o curso, as bolsas são a efetivação da relação estudante/IES com a

possibilidade de experimentação do tripé ensino, pesquisa e extensão e colaboram para a permanência”. (NEVES, 2019.p.126)

Nesse sentido, Radaelli (2013, p.120) também afirma que “Esses programas são fundamentais, pois constituem meios de efetivar a educação em seu todo, corroborando para a permanência e o êxito dos estudantes na instituição de ensino”.

É preciso levar em conta que para a participação em programas acadêmicos é necessário cumprir determinadas exigências e se enquadrar em determinados critérios; existe uma seleção de estudantes para participação nos Programas observando normas previstas nos editais. Não há vagas para todos os estudantes. Muitas vezes as exigências se tornam empecilhos para alguns estudantes. O gráfico a seguir apresenta os aspectos desmotivadores da participação em programas acadêmicos, segundo os estudantes dos cursos de bacharelado respondentes.

Gráfico 8 – Aspectos desmotivadores da participação em programas acadêmicos

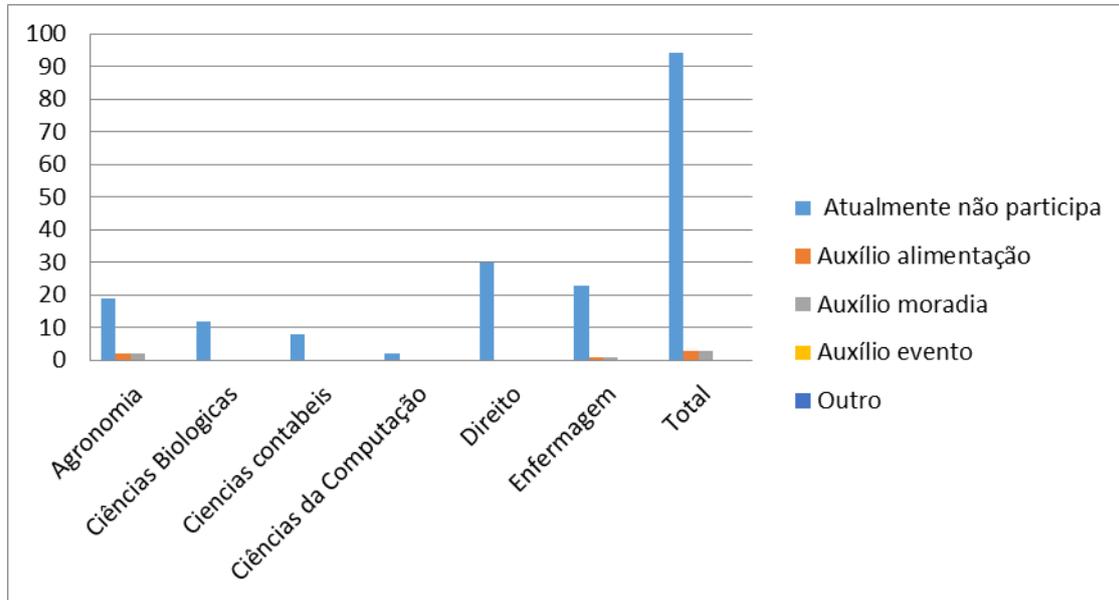


Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa (2019)

* Os estudantes puderam marcar mais de uma alternativa nesta questão

Em relação aos aspectos que desmotivam a participação nos programas acadêmicos ofertados pela UNEMAT/Cáceres, 89 (90,81) citam como motivo o valor da bolsa, 61 (62,24%) indicam a complexidade no desenvolvimento de pesquisa, 51 (52,04%) apontam a carga horária excessiva e 45 (45,91%), a orientação inadequada para se candidatar.

No que diz respeito especificamente à participação em Programas de Assistência Estudantil (PAE), o gráfico a seguir apresenta informações sobre os participantes da pesquisa.

Gráfico 9 – Participação em programa de AE

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa (2019)

* Os estudantes puderam marcar mais de uma alternativa nesta questão

Quando questionados a respeito da participação em programa de Assistência Estudantil (AE), 94 (95,91%) afirmaram não estar participando atualmente (2019) de nenhum programa, contudo, três responderam que participavam do auxílio alimentação e três recebiam auxílio moradia. Dos que recebem auxílio alimentação e auxílio moradia dois são do curso de Agronomia e um de Enfermagem.

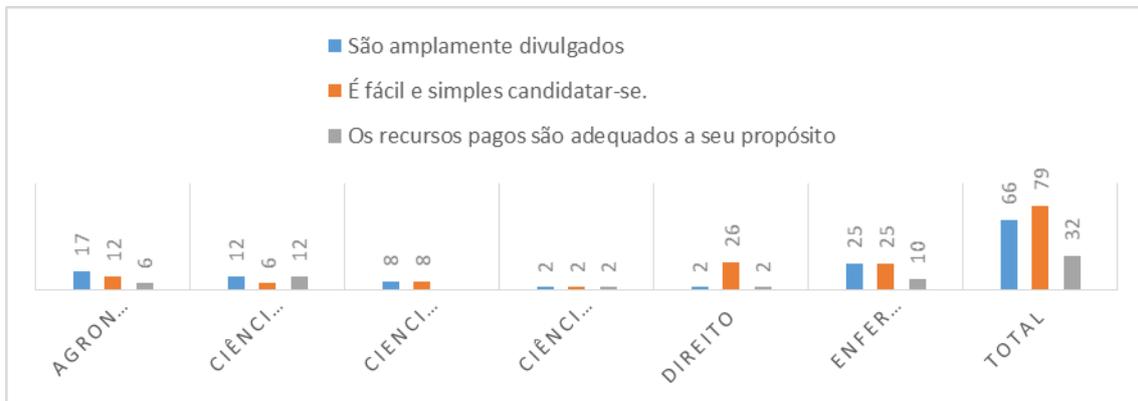
A pesquisa de Neves (2019) com estudantes de licenciatura do Campus Jane Vanini-UNEMAT/Cáceres condiz com os dados levantados: “a grande maioria (97%) afirmou atualmente (2017) não participar de nenhum, somente 3% (1) afirmou a participação no auxílio moradia”. Em nossa investigação, é possível que as respostas se refiram apenas ao semestre em andamento no momento da pesquisa, tendo em vista a forma como foi apresentada a questão: “Atualmente participa de algum programa de AE?”, no tempo presente.

Santos (2017, p.119), em estudo realizado com estudantes cotistas de baixa renda da Universidade Federal do Rio Grande do Sul observou que a assistência estudantil auxilia/ajuda, mas ainda não é suficiente para garantir sua permanência na Universidade. A mesma pesquisadora sintetiza que: “De modo geral, todos os alunos consideram importante a assistência estudantil oferecida pela Universidade. No entanto, consideram que os benefícios

auxiliam, mas não garantem efetivamente a permanência dos alunos em seus respectivos cursos” (SANTOS, 2017, p.121).

É importante destacar que se 45,91% dos respondentes, estudantes do último semestre de seus respectivos cursos, considera que há problemas ou dificuldades em relação às informações a respeito dos programas acadêmicos (AE e AQE), algo precisa ser feito no sentido de compreender melhor quais seriam esses problemas ou correremos o risco de mascarar a real necessidade dos estudantes deste tipo de apoio e de minimizar a demanda por este tipo de política.

Gráfico 10 – O que pensa em relação aos programas de AE



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa (2019)

* Os estudantes puderam marcar mais de uma alternativa nesta questão

Quanto ao que pensam os estudantes concluintes dos cursos de bacharelado em relação ao programa de assistência estudantil, 69 (70,40%) afirmaram ser fácil e simples para se candidatar, 66 (67,34%) os programas são amplamente divulgados e 32 (32,65%) os recursos pagos são adequados a seu propósito. Essas respostas apresentam certa contradição em relação àquelas da questão anterior quando mais de 45% apontou que há orientação inadequada com relação aos programas acadêmicos. Nesta questão os estudantes puderam marcar mais de uma alternativa.

Em relação ao que os estudantes concluintes das licenciaturas do Campus Jane Vanini-UNEMAT/Cáceres pensam sobre os programas de Assistência Estudantil, Neves (2019) constatou que:

36% (12) escolheram o item outros e afirmaram o que segue: (3) não tem conhecimento sobre eles, (6) são pouco divulgados, (1) são insuficientes, (2) não são acessíveis a todos; 27% (9) os consideram fáceis e simples para candidatar-se, 22% (7) consideram os recursos pagos por eles adequados a seu propósito e 15% (5) afirmam que os programas são amplamente

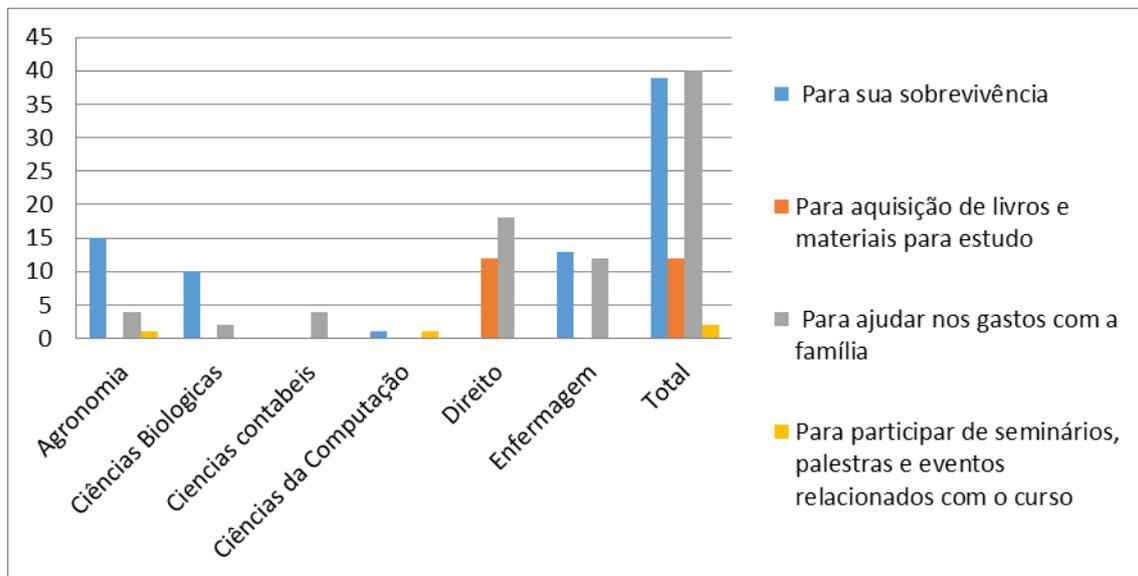
divulgados. Ou seja, não há consenso, as posições são muito variadas. (NEVES, 2019, p.127)

Para Sence (2005, p.03) a assistência ao estudante é “pilar central imprescindível à democratização do ensino superior num país de desigualdades tão acentuadas como o nosso”.

Nesse sentido, o FONAPRACE (2012, p.63) entende que, as políticas de assistência estudantil, enquanto atividade participativa do processo educativo, deverão articular-se ao ensino, à pesquisa e à extensão e permear essas três dimensões do fazer acadêmico, o que significa viabilizar o caráter transformador da relação Universidade e Sociedade.

O gráfico seguinte refere-se aos dados relacionados com a finalidade para qual o estudante usou o recurso recebido da bolsa.

Gráfico 11 – Uso do recurso obtido com a bolsa



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa (2019)

* Os estudantes puderam marcar mais de uma alternativa nesta questão

Em relação ao questionamento acerca da finalidade para a qual usou o recurso obtido com a bolsa, 40 (40,81%) afirmaram que utilizaram o dinheiro para ajudar nos gastos com a família, 39 (39,79%) para a própria sobrevivência, 12 (12,24%) para aquisição de livros e materiais para estudo e 2 (2,04%) para participação em seminários, palestras e eventos relacionados com o curso.

Nesse sentido, Radaelli destaca que:

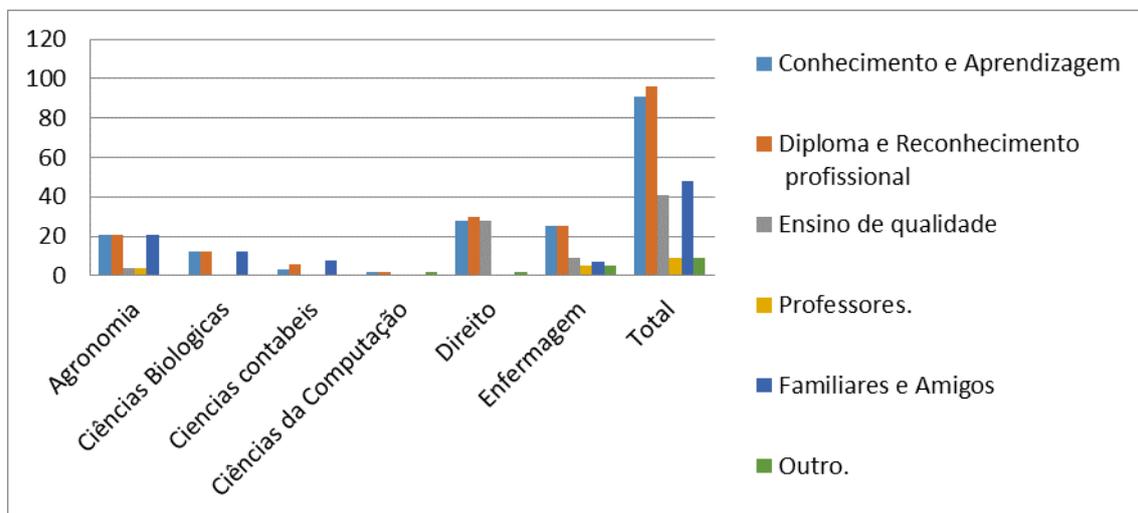
Quando perguntado aos estudantes se o valor das bolsas e auxílios financeiros recebidos era suficiente para suas despesas de formação

universitária e para auxiliar na continuidade nos estudos, 52% dos bolsistas informaram que não, enquanto que 48% deles afirmaram positivamente que os valores respondem por suas despesas de formação. Verifica-se, portanto, que o valor recebido é fundamental, porém, em alguns casos, ainda é insuficiente, principalmente para aqueles que dependem única e exclusivamente dos auxílios da assistência. (2013, p.122-123).

O que se depreende das respostas obtidas com os questionários sobre o uso dos recursos da bolsa é que ainda que ela tenha sido instituída com a finalidade de subsidiar atividades de estudo e/ou pesquisa empreendidas pelos bolsistas, grande parte dos estudantes utiliza esse recurso para custear despesas básicas da sobrevivência cotidiana.

Passamos a apresentar nos gráficos 12 e 13 os aspectos motivadores que contribuíram com a permanência dos estudantes concluintes em seus respectivos cursos.

Gráfico 12 – Aspectos motivadores para a permanência



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa (2019).

*Os estudantes puderam marcar mais de uma alternativa nesta questão.

Dentre os aspectos que motivaram os estudantes concluintes, 96 respostas indicaram o diploma e o reconhecimento profissional como os principais fatores, seguido por 91 que apontaram o conhecimento e aprendizagem como fator motivador, 48 reconheceram os familiares e amigos como fator motivacional, 41 consideraram o ensino de qualidade como sendo os fatores que mais motivam e 9 elegeram professores e outros como fatores que contribuíram para sua permanência no curso. Nesta questão, os respondentes puderam escolher mais de uma alternativa.

Neves (2019, p.128) em pesquisa realizada nos cursos de licenciatura do Campus Jane Vanini-UNEMAT/Cáceres pondera que “Assim, podemos perceber que a maioria dos

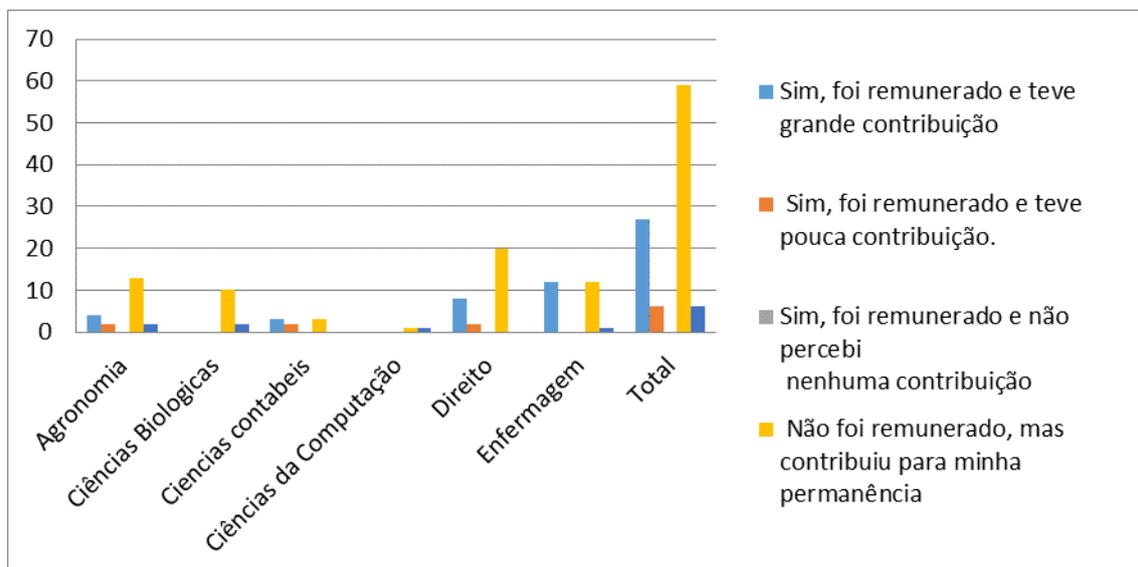
respondentes valorizam o conhecimento e a aprendizagem, como sendo a base para a constituição do ser profissional, do ser professor, do ser docente”.

Primão (2015, p.116), verificou em sua pesquisa com estudantes de enfermagem da UFMT-Campus Sinop que:

[...] os fatores encorajadores da permanência são distintos daqueles que promovem o desejo de ingresso (foco na ascensão financeira e social, acima de tudo), visto que identificamos nas falas dos estudantes pesquisados que a satisfação com a universidade e o curso, principalmente a capacitação profissional dos docentes do curso de Enfermagem, influenciam diretamente o anseio em permanecer. (PRIMÃO, 2015, p.116)

O gráfico 13 detalha a questão relacionada ao estágio remunerado e as contribuições ou não para a permanência.

Gráfico 13 – O estágio



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa (2019).

Quando indagados em relação a se o estágio foi remunerado e se contribuiu ou não para a permanência, 59 (60,20%) responderam que o estágio não foi remunerado, mas contribuiu para a permanência, 27 (27,55%) afirmaram que foi remunerado e teve grande contribuição para a permanência e 6 (6,12%) disseram sim, que foi remunerado e teve pouca contribuição, sendo que estes estágios ocorreram nos cursos de Agronomia, Ciências Contábeis e Direito e 6 (6,12%) responderam que não foi remunerado e que não perceberam nenhuma contribuição para a permanência. As respostas nos levam a inferir que o estágio tem relevância enquanto fator de permanência, sendo remunerado ou não.

5.2 Perfil dos estudantes e fatores promotores de permanência

Na tentativa de traçar uma síntese que expresse o perfil dos estudantes, a partir dos dados obtidos na aplicação de questionário adotamos como indicadores aspectos relativos aos aspectos pessoais e sociais, condições educacionais, condições familiares, tais como explicitadas a seguir:

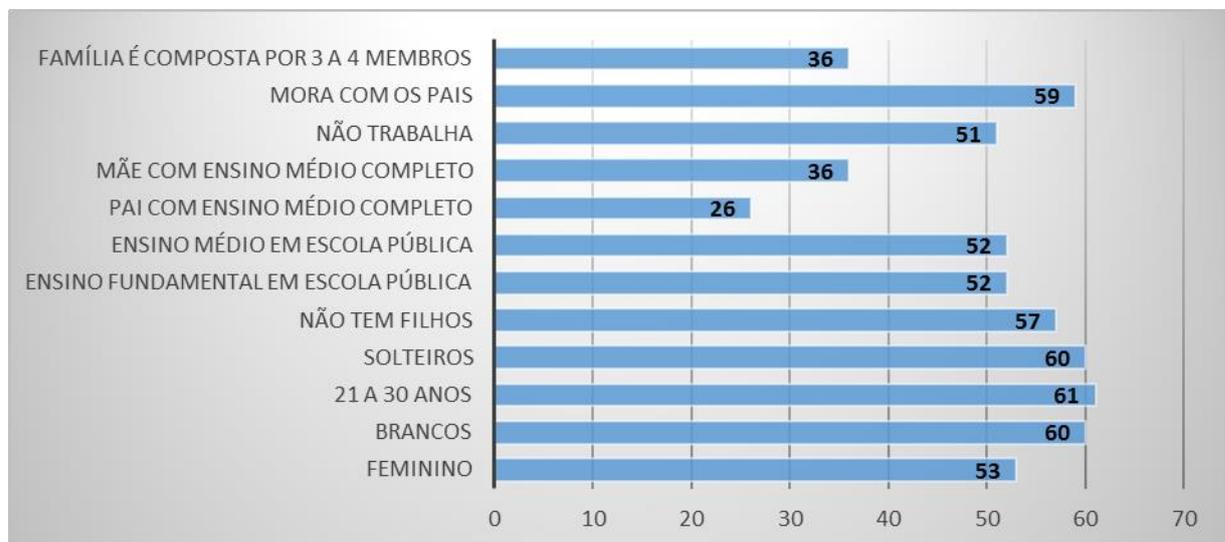
- aspectos pessoais e sociais - definidos a partir da caracterização dos estudantes concluintes, quanto ao sexo, cor/raça, idade, estado civil e filhos. Obtivemos o seguinte resultado: a maioria é do sexo feminino, autodeclarada brancas, com idade entre 21 e 30 anos, solteira e não tem filhos;

- condições educacionais - definidas a partir dos antecedentes escolares dos estudantes e nível de escolaridade dos pais, que resultou em: a maioria cursou Ensino Fundamental e Ensino Médio todo em escola pública, é filho de pai e mãe com Ensino Médio completo;

- condições familiares - definidas quanto a trabalhar ou não, tamanho da família, com quem vive; obtivemos o resultado a saber: a maioria não trabalha, mora com os pais e a família é composta por 3 a 4 membros;

O gráfico 14 a seguir apresenta uma síntese desses dados pessoais, sócios familiares e educacionais encontrados, com base na quantidade de respostas.

Gráfico 14 – Perfil social, familiar e educacional dos estudantes dos cursos de bacharelado concluintes em 2019/1, Campus Jane Vanini -UNEMAT/ Cáceres



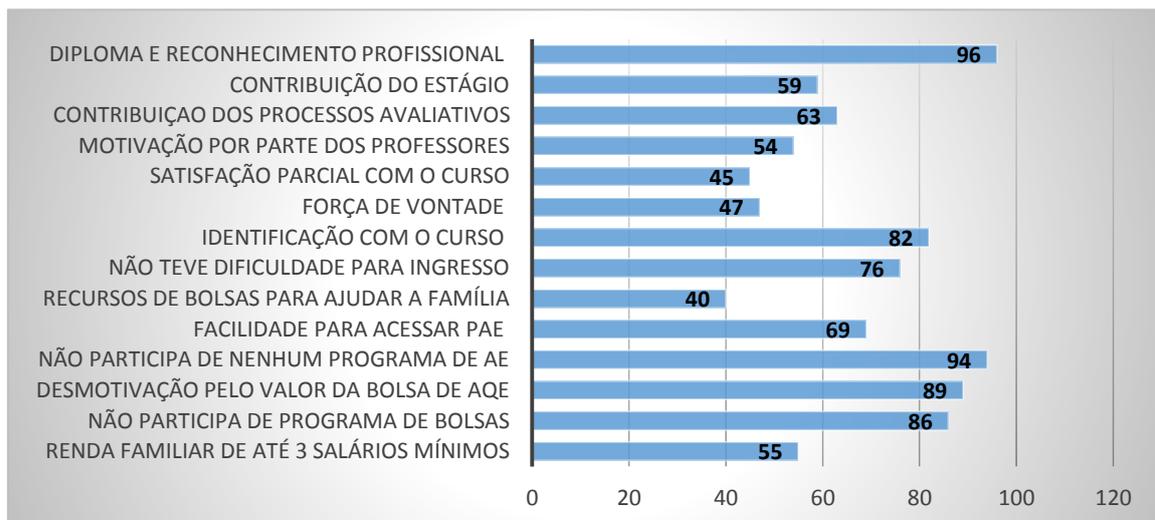
Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa (2019)

Em síntese, o perfil social, familiar e educacional dos estudantes de bacharelado em foco é dado pelas seguintes características: a maioria é de mulheres com idade entre 21 e 30 anos, respondentes autodeclarados brancos, solteiros, não possuem filhos, cursaram o ensino fundamental e médio total em escola pública, filhos de pai e mãe com Ensino Médio completo, moram com os pais, possuem renda mensal per capita de até 3 salários mínimos, não trabalham e residem com grupo de 3 ou 4 membros da família.

As diferenças entre os estudantes dos cursos estão no predomínio de mulheres em Ciência Biológicas, Ciências Contábeis e Enfermagem, curso que tradicionalmente é relacionado a ação de cuidar, atribuída historicamente às mulheres; e de homens na Agronomia, Ciências da Computação e Direito, cursos com maior prestígio social, nos quais historicamente predominaram homens. Destaca-se a situação de metade dos estudantes do curso de Ciências Contábeis morarem com esposos/as e a da renda familiar da maioria dos estudantes de Direito, que fica entre 3 e 10 salários, além de que há maior presença de estudantes com mais de 30 anos entre os respondentes deste curso, diferentemente dos demais.

No que se refere aos fatores de permanência, agrupando as respostas por proximidade, foi possível delinear o seguinte, conforme mostra o gráfico 15.

Gráfico 15 – Perfil geral dos estudantes de bacharelado concluintes em 2019/1, Campus Jane Vanini – UNEMAT/Cáceres



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa (2019)

Esses dados nos levam à seguinte configuração: os estudantes de bacharelado concluintes em 2019/1, no geral, possuem renda familiar de até 3 salários mínimos, não participam de programas de AE, ponderaram que o valor pago por bolsas de AQE é um fator desmotivador à participação, mas consideram ser fácil e simples candidatar-se a participar dos mesmos, não tiveram dificuldades para ingressar na Educação Superior, identificam-se com o curso escolhido, permanecem matriculados no curso por força de vontade e estão parcialmente satisfeitos com o mesmo, sentem que os professores os motivam a permanecer e concluir o curso, afirmam que os processos avaliativos, bem como o estágio contribuem com sua permanência na IES, e consideram o diploma e reconhecimento profissional como aspectos motivadores para manterem-se no curso.

É possível então sistematizar as respostas com relação aos fatores de permanência em quatro itens:

- 1) motivações pessoais – pautado na manifestação de desejos ou identificação com o curso
- 2) incentivos financeiros - definidos pela possibilidade de acesso aos programas de bolsas, assistência estudantil e/ou pelo apoio familiar;
- 3) incentivos pedagógicos - tendo por base a atuação dos professores, os processos avaliativos e os estágios;
- 4) projetos de futuro: vinculados ao exercício da profissão, expectativas sociais e família.

Em nossa pesquisa é possível compreender que os fatores motivacionais enumerados pelos respondentes, tanto para o ingresso como a permanência, são de cunho pessoal, pois, o ingresso se dá, segundo eles, pela força de vontade e que no decorrer da trajetória da vida acadêmica são agregados a este outros aspectos vinculados a: questões avaliativas, satisfação com o curso, participação em programas de bolsas, o estágio (remunerado ou não) e que estão intrinsecamente relacionados com a busca pela profissionalização/reconhecimento profissional, conhecimento/aprendizagem e que são determinantes para a permanência. Assim sendo, a UNEMAT deve voltar seus olhares e suscitar políticas que incentivem a participação dos estudantes em ações qualificadoras de ensino, como também nas ações do PAE. O fato de muitos estudantes terem uma renda mensal familiar de até 3 salários mínimos pode ser considerado indício da necessidade de apoio financeiro, o que pode ser conseguido por meio dos auxílios do PAE ou para os que não se encaixam nos requisitos deste programa, por meio das bolsas das AQE. Estas, por sua vez, ao constituírem-se de ações de Ensino, Pesquisa e Extensão, levam ao cumprimento das atividades fins da universidade e promovem maior identificação e pertencimento do estudante à IES.

Destaca-se a partir da análise destes aspectos e das respostas obtidas por meio dos questionários, a categoria “profissionalização/ascensão profissional”, que está relacionada diretamente com a melhoria de condições de vida. Isto porque, segundo os estudantes concluintes, o que os motivou e contribuiu com sua permanência nos cursos foi a busca por diploma/reconhecimento profissional (96 estudantes assinalaram esta opção) e conhecimento/aprendizagem, aspectos relacionados diretamente com a permanência e a conclusão do curso no qual se matricularam. Assim entendemos que a busca pela profissionalização e conseqüentemente pela ascensão profissional, segundo os estudantes concluintes é um dos maiores fatores motivadores para a permanência e conclusão do curso.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve por objetivo analisar os fatores interferentes para a permanência dos estudantes ingressantes pelo vestibular UNEMAT nos cursos de bacharelado ofertados no Campus Jane Vanini/Cáceres, concluintes em 2019/1, ou seja, a problemática tem como foco a permanência na educação superior.

Esta pesquisa intitulada: Fatores de permanência dos estudantes dos cursos de bacharelado do campus Jane Vanini – UNEMAT/Cáceres, foi realizada no município de Cáceres, no Campus Universitário “Jane Vanini” da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) envolveu como sujeitos 98 estudantes dos seguintes cursos de bacharelado: Agronomia, Ciências Biológicas, Ciências Contábeis, Ciências da Computação, Direito e Enfermagem, matriculados no último semestre de cada curso, ingressantes pelo vestibular UNEMAT 2014/2 e concluintes 2019/1.

A investigação pautou-se, primeiramente, na realização do balanço de produção feito no Banco de Teses e Dissertações da CAPES, no qual buscamos compreender o conceito de permanência na Educação Superior. Ao final da busca encontramos cinco dissertações relacionadas ao nosso estudo, sendo elas de autoria de Garcia (2018), Nodari (2016), Primão (2015), Oliveira (2013) e Souza (2012).

No decorrer dessa pesquisa, dialogamos com diversos autores que apresentaram contribuições importantes acerca das questões relativas à permanência na educação superior no Brasil e especificamente na UNEMAT, as pesquisas realizadas pelo GPAPES/UNEMAT – Grupo de pesquisa em Acesso e Permanência na Educação Superior, a saber: Barbosa (2013), Borges (2017), Nodari (2016) e Neves (2019).

Os dados obtidos evidenciam diversas contradições.

Fizemos o mapeamento do perfil dos concluintes através das respostas a um questionário contendo 31 perguntas. Constatamos que o perfil predominante dos acadêmicos que conseguiram permanecer na educação superior na UNEMAT/Cáceres, uma instituição pública estadual, localizada em um Campus interiorizado pode ser assim descrito: a maioria são mulheres, os respondentes possuem idade entre 21 e 30 anos, se autodeclararam brancos, solteiros, não possuem filhos, cursaram o ensino fundamental e médio todo em escola pública, filhos de pai e mãe com Ensino Médio completo, moram com os pais, possuem renda mensal familiar de até 3 salários mínimos, não trabalham e residem com grupo de 3 ou 4 membros da família.

Identificamos que os estudantes de bacharelado formandos em 2019/1, no geral, não participam de programas de AE, ponderam que o valor pago por bolsas de AQE é um fator desmotivador à participação, mas consideram ser fácil e simples candidatar-se a participar dos mesmos, não tiveram dificuldades para ingressar na Educação Superior, identificam-se com o curso escolhido, permanecem matriculados no curso por força de vontade e estão parcialmente satisfeitos com o mesmo, sentem que os professores os motivam a permanecer e concluir o curso, afirmam que os processos avaliativos, bem como o estágio contribuem com sua permanência na IES, e consideram o diploma e reconhecimento profissional como aspectos motivadores para manterem-se no curso. É possível perceber uma ênfase em questões individuais, avaliam seu acesso e sua permanência como esforços individuais, força de vontade e mérito (não ter dificuldade no vestibular). Não demonstram conhecimento do funcionamento de políticas públicas, da história da universidade e seu desenvolvimento e ampliação.

Averiguamos que a UNEMAT, na tentativa de reduzir a desigualdade social e os fatores socioeconômicos interferentes na conclusão dos cursos, desenvolve o Programa de Assistência Estudantil – PAE/UNEMAT, o qual por meio dos auxílios alimentação e moradia desenvolve uma política focalista, pois preconiza o atendimento ao discente com vulnerabilidades socioeconômicas, disponibilizando, predominantemente, modalidades de auxílio financeiro como suporte à permanência. E o auxílio publicação, que é tido como uma política universalista, pois se destina ao atendimento de todos os estudantes da IES – graduandos e pós-graduandos. Vale salientar que, dos sujeitos desta pesquisa três estudantes do curso de Agronomia e três do curso de Enfermagem afirmaram ter acessado esses programas. Houve críticas quanto ao valor dos auxílios e dificuldades para acessá-los. Apesar de grande parte dos respondentes afirmar que sua renda familiar fica entre um e três salários mínimos, eles também afirmam não buscar o PAE, como se pode constatar pelo número de acessos citados, o que configura uma situação, no mínimo, curiosa, que pode merecer investigação mais aprofundada.

A UNEMAT também desenvolve ações qualificadoras do ensino, que acabam por contribuir com a permanência estudantil, pois colocam o estudante em contato direto com o ensino, pesquisa e/ou a extensão e leva ao desenvolvimento do sentimento de pertença do estudante à IES. É preciso levar em consideração que os cursos de bacharelados em Agronomia, Ciências Biológicas, Enfermagem são ofertados pela UNEMAT em período integral e isso impede o estudante de trabalhar, o que nos levaria a concluir que necessitam,

portanto, de auxílios financeiros que custeiem suas despesas com alimentação, moradia e material didático e mesmo aqueles que cursam meio período (Ciências Contábeis, Computação e Direito) precisam de condições materiais para permanecer e concluírem seus cursos. Os auxílios e bolsas são ofertados exatamente para contribuir com essa manutenção do estudante, mas há reclamações quanto ao valor proporcionado. Assim, inferimos que as ações qualificadoras do ensino e os PAEs precisam ser valorizadas, pois, além de contribuir materialmente com a vida do estudante, refletem positivamente na trajetória acadêmica e conclusão do curso.

As respostas obtidas com estudantes de bacharelados na UNEMAT em Cáceres apontam razões de cunho pessoal para a permanência, tais como auxílio familiar e força de vontade. Tais respostas podem indicar a necessidade de maior divulgação das políticas e programas de assistência (PAE) e de AQE ou problemas para acessá-las. Aparentemente há contradição entre precisar de apoio e não buscar essas possibilidades institucionais, o que explicaria? Em uma outra pesquisa valeria destacar também as diferentes condições exigidas para a participação do PAE ou de AQE e verificar se elas estão na raiz da questão levantada.

Buscamos identificar, a partir da percepção dos estudantes concluintes os fatores que contribuíram com a permanência e em síntese, esta pesquisa nos leva a entender que, na concepção dos estudantes concluintes, os fatores que podem contribuir com a permanência nos cursos de graduação da UNEMAT e na conclusão do curso são: 1) motivações pessoais – pautadas na manifestação de desejos ou identificação com o curso; 2) incentivos financeiros - definidos pela possibilidade de acesso aos programas de bolsas, assistência estudantil e/ou pelo apoio familiar; 3) incentivos pedagógicos - tendo por base a atuação dos professores, os processos avaliativos e os estágios; 4) projetos de futuro - vinculados ao exercício da profissão, expectativas sociais e familiares.

Enfim, a partir da análise das respostas obtidas por meio dos questionários, surge como categoria emergente a “profissionalização/ascensão profissional”, pois, segundo os estudantes concluintes, o que os motivou e contribuiu com sua permanência nos cursos foi à busca por diploma/reconhecimento profissional e conhecimento/aprendizagem.

Por fim, consideramos que este estudo não termina nessas considerações finais. Esperamos que as questões voltadas aos programas de AE e AQE possam ganhar espaço nas discussões e debates no âmbito da UNEMAT, entre os gestores da IES e a comunidade acadêmica, bem como na sociedade de modo geral, a fim de que cada vez mais sejam fortalecidas as ações que contribuem para a permanência na educação superior, de modo que

um número cada vez mais expressivo de estudantes possa alcançar a conclusão de seus cursos. Que esta pesquisa suscite novos estudos relacionados à permanência, como por exemplo: O que os estudantes bolsistas fazem com o dinheiro recebido da bolsa? Quais as dificuldades encontradas pelos estudantes em relação a participação nos programas de bolsas? Quais as implicações das práticas pedagógicas dos professores atuantes nos cursos de bacharelado da UNEMAT na permanência ou não dos estudantes? Provavelmente o uso de outras metodologias pode trazer informações mais completas em um novo estudo; dadas as contradições encontradas nas respostas, pode se supor que houve dúvidas diante de algumas questões, interpretações diferenciadas ou mesmo falta de solicitação de justificativas, entrevistas sanariam este problema.

Enfim, que a nossa pesquisa possa propiciar uma gama de inquietações e questionamentos pessoais e coletivos que promovam a busca incessante por políticas de permanência na educação superior.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Regiane da Silva; NASCIMENTO, Sara Diniz. Diagnóstico situacional da Política de Assistência Estudantil no âmbito do Instituto Federal do Maranhão: estudo de caso nos Campi Buriticupu e Centro Histórico. In: **Anais...** Congresso de Pesquisa e Inovação da Rede Norte Nordeste de Educação Tecnológica, Maceió: IFAL, 2010. Disponível em: <http://connepi.ifal.edu.br/ocs/index.php/connepi/CONNENPI2010/paper/view/336>
Acesso em: 25 jun. 2019.

BARBOSA, Valci. Aparecida. **Políticas de Democratização da Educação Superior: análise do Programa de Integração e de Inclusão Étnico-Racial da UNEMAT – Piier/UNEMAT (2005/2 a 2011/1)**. 2013. 159f. Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade do Estado de Mato Grosso, Cáceres-MT. Disponível em: http://www.UNEMAT.br/prppg/educacao/docs/dissertacao/2013/valci_aparecida_barbosa.pdf. Acesso em: 20 de março de 2018.

BELTRÃO, Kaisô Iwakami; TEIXEIRA, Moema de Poli. O Vermelho e o Negro: viés de Cor e Gênero nas Carreiras Universitárias. Textos para Discussão. **Ence**, nº 19, Rio de Janeiro, 2005.

BITTAR, Mariluce, ALMEIDA, Carina Elisabeth Maciel de, VELOSO, Tereza Christina Mertens Aguiar. **Ensino noturno e expansão do acesso dos estudantes-trabalhadores à educação superior**. In. Educação superior no Brasil - 10 anos pós-LDB / Mariluce Bittar, João Ferreira de Oliveira, Marília Morosini (Organizadores). - Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2008.p.89 - 110 (Coleção Inep 70 anos, v. 2).

BORGES, Luiz Francisco. **Perfil dos Ingressantes na Universidade do Estado de Mato Grosso: implicações do SISU no processo de democratização do acesso**. Dissertação(Mestrado) – Universidade do Estado de Mato Grosso. Programa de Pós-Graduação em Educação, 2017.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BRASIL. Ministério de Educação – MEC. **Censo da Educação Superior**. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/212-educacao-superior-1690610854/40111-altos-indices-de-evasao-na-graduacao-revelam-fragilidade-do-ensino-medio-avalia-ministro>>. Acesso em: 20 de jul. 2018.

_____. **Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931**. Estatuto das Universidades Brasileiras. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D19851.htm>. Acesso em: 02 Jun. 2018.

_____. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1946**, de 18 de setembro de 1946. Disponível em: http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/139953/Constituicoes_Brasileiras_v5_1946.pdf>. Acesso em: 05 Jun. 2018.

_____. **Lei n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961.** Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <<http://www.fc.unesp.br/~lizanata/LDB%204024-61.pdf>>. Acesso em: 05 Jun. 2018.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1967**, de 24 de janeiro de 1967. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/137604/Constituicoes_Brasileiras_v6_1967.pdf>. Acesso em: 05 Jun. 2018.

_____. **Lei n. 5.692, de 11 de Agosto de 1971.** Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 05 Jun. 2018.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil 1988**, de 05 de outubro de 1988. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf>. Acesso em: 13 Jun. 2018.

_____. MEC/INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Superior (2002-2016)**. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/censo-daeducacao-superior>>. Acesso em: 29 de jan. 2018.

_____. **Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008.** Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, e a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nos 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6o da Medida Provisória no 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111788.htm>. Acesso em: 25 jun. 2018.

_____. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010a.** Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Brasília, 2010a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm> Acesso em: 22 jun. 2017.

_____. **Portaria nº 25, de 28 de dezembro de 2010b.** Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil para as instituições de Educação Superior públicas estaduais – PNAEST. 2010b. Disponível em: <<http://www.cmconsultoria.com.br/imagens/diretorios/diretorio14/arquivo2886.pdf>>. Acesso em: 25 jun. 2018.

_____. MEC/INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Superior (2014-2016) – Notas Estatísticas**. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/censo-daeducacao-superior>>. Acesso em: 29 de jan. 2018.

BRITO, Murillo Marschner Alves de. **Estratificação educacional entre os jovens no Brasil: progressão educacional e origem social nos Censos – 1960 a 2010.**

BROCCO, Ana Karina. **A Condição de Estudante Bolsista no Ensino Superior**: análise no contexto de uma universidade comunitária. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Comunitária da Região de Chapecó, 2015. Disponível em: <<https://www.unochapeco.edu.br/educacao/publicacoes-cientificas/detalhes/202750>>. Acesso em: 25 agosto de 2018.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Banco de Teses e Dissertações**. 2018. Disponível em: <<https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/ />>. Acesso em 17 de agosto de 2018.

CARVALHO, Evandicleia Ferreira de. **A expansão da educação superior na Ufma 2010-2014 no contexto do Reuni**. 180 f. Dissertações (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Educação/CCSO, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2016.

CAVALCANTE, Maria Cleide Lima Pereira. **Políticas de Educação Superior**: Acesso e Permanência de Estudantes Trabalhadores dos Cursos Noturnos (1996-2006). Dissertação de Mestrado. Campo Grande, 2008. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp088857.pdf>. Acesso em 10/05/2018

CAVICHIOILLI, Marcio Henrique de Freitas. **A Expansão do Acesso ao Ensino Superior no Estado de Mato Grosso – 1991 a 2010**. Mudanças ou permanências? 150f. 2016. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação. Cuiabá.

CORBUCCI, P. R. Desafios da Educação Superior e desenvolvimento no Brasil. **Texto para discussão (IPEA)**, Brasília: Rio de Janeiro, n. 1287, jul. 2007. Disponível em: <http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_1287.pdf>. Acesso em: 15 de maio de 2019.

_____. **Evolução do acesso de jovens à Educação Superior no Brasil. Texto para discussão (IPEA)**, Brasília: Rio de Janeiro, n. 1950, abr. 2014. Disponível em: <http://www.uff.br/observatoriojovem/sites/default/files/documentos/ipea_evolucao_do_acesso_de_jovens_ao_ensino_superior_no_brasil.pdf>. Acesso em: 26 maio 2019.

DEWES, Rosane; STEIN, Deise Josene. Programa Bolsa Família como política pública de inclusão social: uma análise à luz do mínimo existencial sob perspectivas nacionais e locais. **Revista Unitas**. Nº 1 / Ano 2016 / p. 252-271 apud GARCIA, Débora Rogéria Neres de Souza. A Política de Assistência Estudantil na Educação Superior: Um estudo de caso no Instituto Federal de Mato Grosso do Sul – IFMS (2012-2016). Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Faculdade de Educação/Programa de Pós-Graduação em Educação - Campo Grande. UFMS, 2018.

DIAS SOBRINHO, José. Democratização, qualidade e crise da educação superior: faces da exclusão e limites da inclusão. **Educação e Sociedade**. vol.31 nº. 113. Campinas, Out./Dez. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v31n113/10.pdf>>. Acesso em: 06 out. 2018.

DOURADO, Luiz Fernandes. Políticas e gestão da educação superior no Brasil: múltiplas regulações e controle. **RBPAAE** – v.27, n.1, p. 53-65, jan./abr. 2011.

DURHAM, Eunice Ribeiro; SAMPAIO, Helena. **O ensino privado no Brasil**. Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior da Universidade de São Paulo. Universidade de São Paulo, 1995. Disponível em: < <http://nupps.usp.br/downloads/docs/dt9503.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2019.

FÁVERO, M. L. A. A universidade no Brasil: das origens à reforma universitária de 1968. **Educar**, Curitiba, n. 28, p. 17-36, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n28/a03n28>>. Acesso em: 08 de maio de 2018

FERREIRA, N. S. A. As pesquisas denominadas “Estado da Arte”. **Educação & Sociedade**, Campinas, Ano XXIII, n. 79, p. 257-272, ago. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v23n79/10857.pdf>. Acesso em: 12 jul. de 2018.

FLORES, Cezar Augusto da Silva. **A Escolha do Curso Superior no Sistema de Seleção Unificada – SiSU: um caso do curso de enfermagem da Universidade Federal de Mato Grosso, Campus Universitário de Sinop**. Cuiabá-MT: Universidade Federal de Mato Grosso, dissertação de mestrado, Programa de Pós-graduação em Educação, 2013. Disponível em: <http://deposita.ibict.br/handle/deposita/45?mode=full> .Acesso em 25 de mai. de 2018.

FONAPRACE, Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Estudantis e Comunitários. **Assistência Estudantil: Uma questão de Investimento**. 2000. Disponível em: http://www.unb.br/administracao/decanatos/dac/fonaprace/documentos/assist_est.html. Acesso em 25/06/2018.

FONAPRACE. **Revista Comemorativa 25 Anos: histórias, memórias e múltiplos olhares**. Organizado pelo Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis. ANDIFES-UFU: PROEX, 2012. Disponível em: <http://www.assistenciaestudantil.cefetmg.br/galerias/arquivos_download/Revista_Fonaprace_25_Anos.pdf>. Acesso em: 20 Jun. 2018.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FREITAG, Bárbara. **Escola, estado e sociedade**. 7. ed. Ver. São Paulo: Centauro, 1986.

GAMBOA, Silvio Ancizar Sánches. **Epistemologia da Pesquisa em Educação: estruturas lógicas e tendências metodológicas**. Tese de doutorado em Educação da Universidade Estadual de Campinas. Campinas/SP, 1998.

GARCIA, Débora Rogéria Neres de Souza. **A Política de Assistência Estudantil na Educação Superior: Um estudo de caso no Instituto Federal de Mato Grosso do Sul – IFMS (2012-2016)**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Faculdade de Educação/Programa de Pós-Graduação em Educação - Campo Grande. UFMS, 2018.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GOMEZ, Magela Reny Fonticiella. **Acesso e permanência de alunos de engenharia da UTFPR - Câmpus Medianeira /Dissertação – Marília, 2015.**

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio 2015.** Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18319-cor-ou-raca.html>. Acesso em 08 de fev. de 2018.

_____. Renda Per Capita em 2014. Fonte: PIB per capita: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/caceres/panorama>

JAPIASSU, Hilton Peneira. **Introdução ao pensamento epistemológico.** Rio de Janeiro, F. Alves, 202 p. 1934.

LIMA, Elizeth Gonzaga dos Santos; MALANGE, Fernando Cezar Vieira; BARBOSA, Valci Aparecida. **Políticas de Expansão da Educação Superior Implantadas pelo Estado Brasileiro: reflexões sobre democratização.** In: Expansão Privado-Mercantil da Educação Superior no Brasil. Vera Lucia Jacob Chaves, Oldaíses Cabral Maués, Salomão Mufarrej Hage (organizadores). Campinas, SP: Mercado de Letras, 2016a.

_____. **Programa de Assistência Estudantil na UNEMAT: políticas de permanência?** Anais do XXIV Seminário Nacional UNIVERSITAS/BR ISSN 2446-6123 – 2016b. Disponível em: <http://www.ppe.uem.br/xxivuniversitas/anais/trabalhos/e_5/5-028.pdf>. Acesso em: 13 Abr. 2018.

MACIEL, Carina Elisabeth & SOUZA, Débora Juliana Nepomuceno de. **Políticas de Inclusão na Educação Superior: Acesso e Permanência na UFMS.** In: Políticas para educação superior e profissional no Brasil: cenários e desafios/ organizado por Andréa Araújo do Vale; Andrezza Maria Batista do Nascimento Tavares. – Natal: IFRN, 2016.538 p.; il.

MACIEL, Carina Elisabeth. Políticas de Educação Superior no Governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2008): Diferentes sentidos do discurso de inclusão. **Inter-Ação**, Goiânia, v. 36, n. 1, p. 45-61, jan./jun. 2011.

MACIEL, Carina Elisabeth; SILVA, Maria das Graças Martins da; VELOSO, Tereza Cristina Mertens Aguiar. **Assistência Estudantil: a Evolução de uma Política Pública e os Significados no Contexto da Educação Superior.** In: José Vieira de Sousa (Org.) Expansão e Avaliação da Educação Superior Brasileira: formatos, desafios e novas configurações. 1. ed. Belo Horizonte: Fino Traço/Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, 2015.

MACIEL, Carina Elisabeth; GIMENEZ, Felipe Vieira- LIMA, Elizeth Gonzaga dos Santos. Políticas e permanência para estudantes na educação superior. **RBPAAE** - v. 32, n. 3, p. 759 - 781 set./dez. 2016.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica.** 5. ed., São Paulo: Atlas, 2003.

MILHOMEM, André Luiz Borges; GENTIL, Heloisa Salles; AYRES, Sandra Regina Braz. **Balanco de Produção Científica: a utilização das TIC como ferramenta de pesquisa acadêmica.** Semiedu2010 – ISSN: 1518-4846 – UFMT, Cuiabá-MT.

MINAYO, M. C. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 17. ed., Petrópolis: Vozes, 2001.

MOROSINI, Marília e GRIBOSKI, Claudia Maffini. **Internacionalização e concluintes da graduação no Brasil: perfil demográfico e as políticas democratizantes.** In: Acesso e permanência na expansão da educação superior. / José Vieira de Sousa; Arlete de Freitas Botelho; Claudia Maffini Griboski (Orgs.). – Anápolis-GO: Ed. UEG, 2018.454 p. il. (XXV Seminário Nacional Universitas) p.238-251.

NEVES, Suzely Paesano. **Permanência na Educação Superior: Uma Análise do Percurso Acadêmico dos Estudantes dos Cursos de Licenciatura da Universidade do Estado de Mato Grosso – Câmpus Jane Vanini.** Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado de Mato Grosso. Programa de Pós-Graduação em Educação. Cáceres/MT: UNEMAT, 2019.

NODARI, Douglas Ehle. **O Desempenho dos Estudantes no Vestibular e a Permanência nos Cursos de Graduação da UNEMAT.** Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado de Mato Grosso. Programa de Pós-Graduação em Educação. Cáceres/MT: UNEMAT, 2016.

NODARI, Douglas Ehle; LIMA, Elizeth Gonzaga dos Santos. **A permanência na educação superior, os índices de sucesso e as medidas adotadas para sua melhoria.** IN: Acesso e permanência na expansão da educação superior. / José Vieira de Sousa; Arlete de Freitas Botelho; Claudia Maffini Griboski (Orgs.). – Anápolis-GO: Ed.UEG, 2018.454 p. il. (XXV Seminário Nacional Universitas) p.359-377.

NOGUEIRA, Patrícia Simone. **REUNI – um programa de expansão das universidades federais: o caso da UFMT.** 2012. 178f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Educação. Universidade Federal de Mato Grosso. 2012.

OLIVEIRA, Suellen Rodrigues de. **O percurso acadêmico do trabalhador-estudante na graduação em Enfermagem: entre os plantões noturno e o ensino diurno.** Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós Graduação em Educação da UFMT — Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2013.

PALÁCIO, P. P. **Políticas de acesso e permanência do estudante da Universidade Federal do Ceará (UFC).** 2012. 123f. Dissertação (Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza. Disponível em:<http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/8026/1/2012_dis_pppalacio.pdf>. Acesso em:20 mar. 2018

PIACENTINI, C. C. **Reprovação, abandono e evasão: um estudo de caso no curso de Bacharelado em Zootecnia da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Campus Dois Vizinhos.** 2012. 116f. Dissertação (Mestrado em Ciências), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica-RJ. Disponível em: <<http://www.ia.ufrj.br/ppgea/dissertacao/Claudia%20Cristina%20Piacentini.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2018.

PLANO DE SANEAMENTO BÁSICO. Disponível em:
<http://www.caceres.mt.gov.br/downloads/produto2.pdf>

PLANO DIRETOR MUNICIPAL.DIAGNÓSTICO.Disponível em:
<http://projetos.unemat.br/planodiretorcac/wp-content/uploads/2018/07/Diagn%C3%B3stico-Plano-Diretor-de-C%C3%A1ceres.pdf>

PRIMÃO, Juliana Cristina Magnani. **Permanência Na Educação Superior Pública:** o curso de Enfermagem da Universidade Federal de Mato Grosso, Campus Universitário de Sinop. 2015. 191f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós Graduação em Educação da UFMT — Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2015.

RADAELLI, Andressa Benvenuti. **Permanência na educação superior:** uma análise das políticas de assistência estudantil na Universidade Federal da Fronteira Sul. — Cascavel, PR: UNIOESTE, 2013.165f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação - PPGE, Centro de Educação, Comunicação e Artes.

RIGO, Júlia da Silva. **Percursos de Formação de estudantes de Licenciatura Noturna na UFV:** ENEM, SISU e evasão. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Viçosa-MG, 2016.

RISTOFF, Dilvo. **Educação Superior no Brasil,10 anos Pós-LDB:** da expansão à democratização. In.Educação superior no Brasil - 10 anos pós-LDB / Mariluce Bittar, João Ferreira de Oliveira, Marília Morosini (Organizadores). - Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2008.348 p.: il. – (Coleção Inep 70 anos, v.2), p.39-50.

_____. **Universidade em foco:** reflexões sobre a Educação Superior. Florianópolis: Insular, 1999.

RODRÍGUEZ, Margarita Victoria. **A pesquisa documental e o estudo histórico de políticas educacionais.** O Guardador de Inutensílios. Campo Grande-MS, v. 7, p. 17-30, 2004.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil:** 1930/1973. 35 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

SANTIAGO, Salomão Nunes. **A Política de assistência estudantil no governo Lula:** 2003 a 2010. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Pará. Belém, 2014.

SANTOS, Elenice Cheis dos. **Política de Assistência Estudantil para Estudantes Cotistas de Baixa Renda na Universidade Federal do Rio Grande Do Sul** – UFRGS.2017. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-graduação em Educação Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em:

SENCE, Secretaria Nacional de Casas de Estudantes. **Proposta de Emenda ao Anteprojeto de Lei Orgânica de Reforma da Educação Superior**. 2005. Acesso em 20/05/2019. Disponível em: <http://sencebrasil.blogspot.com.br/2009/06/reformauniversitaria-proposta-da-sence.html>

SILVA, Maria das Graças M. da; VELOSO, Tereza C. M. A.. Acesso à educação superior: significados e tendências em curso. **Série-Estudos**. Campo Grande - MS, n. 30, p. 221-235, jul./dez. 2010

SOUSA, José Vieira de. **Educação Superior no Distrito Federal: consensos, conflitos e transformações na configuração de um Campo**. Brasília: Faculdade de Educação/Universidade de Brasília; Liber Livro, 2013, p. 11-51.

SOUZA, Débora Juliana Nepomuceno. **Política de Educação Superior e os Programas de Permanência para Universidades Públicas** – um estudo da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - 2003 a 2010. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-graduação em Educação Universidade Católica Dom Bosco. Campo Grande, 2012.

SOUZA, Lourdes Aparecida de. **Programas de bolsas da Unemat: contribuições para a permanência**. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado de Mato Grosso. Programa de Pós-Graduação em Educação. Cáceres/MT: UNEMAT, 2020.

UNEMAT. Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT. **Campus Universitário de Cáceres**. Disponível em: < <http://portal.UNEMAT.br/?pg=campus&idc=2>>. Acesso em: 17 de Jun. 2018.

_____. **Anuário Estatístico UNEMAT 2015 ano base 2014**. Disponível em:< http://www.UNEMAT.br/prpti/anuario/2014/anuario_altera_2015_base_2014_1.3.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2018.

_____. **Anuário Estatístico UNEMAT 2016 ano base 2015**. Disponível em:< http://www.UNEMAT.br/prpti/anuario/2015/anuario_2016_base_2015.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2018.

_____. **Anuário Estatístico UNEMAT 2017 ano base 2016**. Disponível em:< http://www.UNEMAT.br/prpti/anuario/2016/anuario_2017_base_2016.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2018.

_____. **Anuário Estatístico UNEMAT 2018 ano base 2017**. Disponível em:< http://www.UNEMAT.br/prpti/anuario/2016/anuario_2017_base_2016.pdf>. Acesso em: 02 mai. 2019.

_____. **Anuário Estatístico UNEMAT 2019 ano base 2018**. Disponível em:< http://www.UNEMAT.br/prpti/anuario/2016/anuario_2017_base_2016.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2019.

VARGAS, Michely Lima Ferreira de. Ensino Superior, Assistência Estudantil e Mercado de Trabalho: um estudo com egresso da UFMG. Minas Gerais. 2008. Disponível em Acesso em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/FAEC-4VHVQ/1/disserta__o_michely_vargas.pdf

18/11/2018

VELOSO, Tereza Christina M. A.; MACIEL, Carina E. Acesso e permanência na educação Superior – análise da legislação e indicadores educacionais. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 51, n. 37, p. 224-250, jan./abr. 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/7178>>. Acesso em 20 de maio de 2019.

ZAGO, Nadir. Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, v. 11, n. 32, p. 226-237, maio/ago. 2006.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO DO ESTUDANTE

QUESTIONÁRIO PARA ESTUDANTES

Prezado (a) Estudante,

Solicitamos sua colaboração para a realização de uma pesquisa científica vinculada ao Programa de Pós-Graduação - Mestrado em Educação da UNEMAT, com o tema: “Fatores de Permanência dos Estudantes dos Cursos de Bacharelado do Campus Jane Vanini – Unemat Cáceres”. Conforme consta no Termo de Consentimento Livre Esclarecido - TCLE, aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UNEMAT asseguramos que as informações coletadas nessa pesquisa serão analisadas numa dimensão global, não sendo necessária sua identificação pessoal.

Agradecemos sua atenção e colaboração.

Rosimar Cristina da Silva
(Acadêmica do PPGEduc – UNEMAT)

Heloisa Salles Gentil
(Prof^a Dr^a.PPGEduc-UNEMAT)

1. Ano de Ingresso no Curso:

- 2013/1
- 2013/2
- 2014/1
- 2014/2

2. Qual curso você estuda?

- Bacharelado em Agronomia
- Bacharelado em Ciências Biológicas
- Bacharelado em Ciências Contábeis
- Bacharelado em Ciências da Computação
- Bacharelado em Direito
- Bacharelado em Enfermagem
- Bacharelado em Medicina

3. Sexo:

- Masculino
- Feminino
- Outro

4. Cor/Raça:

- Amarelo
- Branco
- Indígena
- Pardo
- Preto

5. Idade:

- Menor que 20 anos
- 21-30 anos
- 31-40 anos
- 41-50 anos

- 51-60 anos
 - 61 anos ou mais
6. Estado Civil:
- Solteiro
 - Casado
 - Separado
 - Viúvo
 - Outro
7. Em tipo de escola você cursou o ensino fundamental (1º grau)?
- Somente em escola particular.
 - Somente em escola pública.
 - Parte em escola pública e parte em escola particular, tendo ficado mais tempo em escola pública.
 - Parte em escola particular e parte em escola pública, tendo ficado mais tempo em escola particular.
8. Em tipo de escola você cursou o ensino médio (2º grau)?
- Somente em escola particular.
 - Somente em escola pública.
 - Parte em escola pública e parte em escola particular, tendo ficado mais tempo em escola pública.
 - Parte em escola particular e parte em escola pública, tendo ficado mais tempo em escola particular.
9. Qual o nível de instrução de seu pai?
- Não frequentou escola.
 - Ensino Fundamental incompleto.
 - Ensino Fundamental completo.
 - Ensino Médio incompleto.
 - Ensino Médio completo.
 - Ensino Superior incompleto.
 - Ensino Superior completo.
 - Pós-graduação (especialização, mestrado e/ou doutorado).
10. Qual o nível de instrução de sua mãe?
- Não frequentou escola.
 - Ensino Fundamental incompleto.
 - Ensino Fundamental completo.
 - Ensino Médio incompleto.
 - Ensino Médio completo.
 - Ensino Superior incompleto.
 - Ensino Superior completo.
 - Pós-graduação (especialização, mestrado e/ou doutorado).
11. Você tem filhos?
- 1
 - 2
 - 3

- 4
- Mais de 4
- Não tenho filhos
12. Com quem você mora atualmente?
- Com os pais e (ou) com outros parentes.
- Com o (a) esposo (a) e (ou) com o (s) filho (s) companheiro (a).
- Com amigos (compartilhando despesa ou de favor).
- Com colegas, em alojamento universitário.
- Sozinho (a)
13. Quantos membros de sua família moram com você?
- Nenhum
- 1 ou 2
- 3 ou 4
- 5 ou 6
- Mais de 6
14. Qual a faixa de renda mensal da sua família?
- 1 salário mínimo
- Até 3 salários mínimos
- Mais de 3 até 10 salários mínimos
- Mais de 10 até 20 salários mínimos
- Mais de 30 salários mínimos
15. Você exerce algum tipo de atividade remunerada?
- Não.
- Sim, em tempo parcial (até 30 horas semanais)
- Sim, em tempo integral (mais de 30 horas semanais)
- Sim, às vezes
- Trabalho eventualmente (Faço bicos)
16. Trabalha na área da Educação?
- Sim
- Não
17. Possui outro curso superior?
- Sim
- Não
- 17a. Se a resposta acima foi Sim, qual curso você possui?
-
-
18. Você teve dificuldade para ingressar na Educação Superior?
- Sim
- Não
19. Você escolheu o curso, por quê?
- Era mais fácil.
- Me identifico com o curso
- Me prepara para o mercado de trabalho
- Me proporciona prestígio social

- Sempre desejei cursá-lo
- Outro.

19a. Se na questão 19 você optou por (Outro), qual?

20. Você está matriculado no curso, por quê?

- A família ajuda.
- Recebo bolsa de um programa acadêmico.
- Recebo auxílio de um programa de assistência estudantil.
- Por força de vontade.
- Me proporciona boa perspectiva profissional.
- Proporcionará minha ascensão social.
- Outro.

20 a. Se na questão 20 você optou por (Outro), qual?

21. Qual o grau de satisfação com o curso?

- Totalmente satisfeito.
- Muito satisfeito
- Parcialmente satisfeito
- Muito insatisfeito.
- Totalmente insatisfeito.

22. Os professores do curso motivam os acadêmicos a permanecer e concluir o curso?

- Sim
- Não

22a. Se a resposta da questão 22 foi (Sim), como?

23. O processo de avaliação (provas, exercícios, ...) contribui para a permanência no curso?

- Sim
- Não

24. Participa de algum programa acadêmico (bolsa de iniciação científica, extensão e cultura, monitoria, tutoria, FOCCO, PIBID, estágio, etc.) com bolsa?

- Sim
- Não

24a. Se você participa de algum programa, qual?

25. Aspectos que desmotivam a participação de um programa acadêmico (bolsa de iniciação científica, extensão e cultura, monitoria, tutoria, FOCCO, PIBID, estágio, etc.) é? (Pode-se marcar mais de uma alternativa)

- O valor da bolsa.
- A orientação inadequada.
- A complexidade no desenvolvimento da pesquisa.
- A carga horária excessiva.

26. Participa de algum programa de assistência estudantil? (Pode-se marcar mais de uma alternativa)

- Atualmente não participa.
- Auxílio alimentação.
- Auxílio moradia.
- Auxílio evento.
- Outro.

26a. Se na questão 26 você optou por (Outro), qual?

27. O que pensa em relação aos programas de assistência estudantil? (Pode-se marcar mais de uma alternativa)

- São amplamente divulgados.
- É fácil e simples candidatar-se.
- Os recursos pagos são adequados a seu propósito.

28. Quais aspectos te motivaram e/ou contribuíram com sua permanência no curso? (Pode-se marcar mais de uma alternativa)

- Conhecimento e Aprendizagem.
- Diploma e Reconhecimento profissional.
- Ensino de qualidade.
- Professores.
- Familiares e Amigos.
- Outro.

28a. Se na questão 28, você optou por (Outro), qual?

29. O Estágio que você fez foi remunerado? Como foi a contribuição para a sua permanência na Universidade?

- Sim, foi remunerado e teve grande contribuição.
- Sim, foi remunerado e teve pouca contribuição.
- Sim, foi remunerado e não percebi nenhuma contribuição.
- Não foi remunerado, mas contribuiu para minha permanência.
- Não foi remunerado e não percebi nenhuma contribuição.

30. Caso você não tenha participado de nenhuma bolsa ofertada pela Unemat, por que não participou?

31. Se você foi bolsista no decorrer do curso, para que finalidade você utilizou o dinheiro da bolsa?

- Para sua sobrevivência
- Para aquisição de livros e materiais para estudo

- Para ajudar nos gastos com a família
- Para participar de seminários, palestras e eventos relacionados com o curso

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO - TCLE

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO

Acadêmicos

Você está sendo convidado (a) para participar, como voluntário, da pesquisa em desenvolvimento pela mestrandia Rosimar Cristina da Silva, no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação pela Universidade do Estado de Mato Grosso – Cáceres/MT. Após a leitura deste documento e ser esclarecido(a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, em que está em duas vias. Uma delas ficará com o (a) Senhor (a) e a outra para o pesquisador responsável.

Em caso de recusa você não será penalizado (a) de forma alguma. Em caso de dúvida você pode procurar o Comitê de Ética em Pesquisa da Unemat pelo telefone: (65) 3221-0067.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA

Título do projeto: “Fatores de Permanência dos Estudantes dos Cursos de Bacharelado do Campus Jane Vanini – Unemat/Cáceres”

Responsável pela pesquisa: Rosimar Cristina da Silva

Equipe de pesquisa: Rosimar Cristina da Silva

Heloisa Salles Gentil (orientadora)

Descrição da pesquisa

A presente pesquisa tem como objeto de estudo a permanência na educação superior. O local de realização da pesquisa será a Unemat – Campus Jane Vanini/Cáceres.

Objetivo da Pesquisa: Analisar os fatores interferentes para a permanência dos estudantes ingressantes pelo vestibular UNEMAT nos cursos de bacharelado ofertados no Campus Jane Vanini/Cáceres, concluintes em 2019/1.

Detalhamento dos procedimentos:

Para alcançarmos respostas ao problema desta pesquisa, partimos dos pressupostos da perspectiva crítica e adotaremos uma abordagem quanti-qualitativa, inserida no contexto das pesquisas explicativas.

Em relação aos demais procedimentos serão realizados através de estudos bibliográficos, análise de documentos, pesquisa de campo por meio de questionário, tabulação e análise de dados.

Sujeitos da Pesquisa

A pesquisa teve como sujeitos os estudantes dos Cursos de bacharelado, a saber: Agronomia, Ciências Biológicas, Ciências Contábeis, Ciências da Computação, Direito e Enfermagem, matriculados no último semestre de cada curso (conforme informação da SAA) ingressantes pelo vestibular UNEMAT 2014/2 e possíveis concluintes 2019/1.

O contato com os sujeitos dar-se-á através de solicitações feitas com antecedência e por visitas às salas de aula na própria universidade, com o propósito de elucidar os objetivos da presente investigação e coletar os dados.

Esclarecimentos

Será garantido no decorrer do processo de pesquisa o acesso aos dados coletados aos sujeitos nela envolvidos demonstrando com isso transparência nos procedimentos adotados e seriedade com relação ao trabalho desenvolvido. Os participantes poderão se desligar do projeto a qualquer momento do seu andamento. A identificação dos participantes não será exposta durante o projeto nem nas publicações do trabalho, garantindo assim o anonimato. Quaisquer recursos ou reclamações poderão ser encaminhados ao pesquisador responsável.

É importante ressaltar que a pesquisa será feita na própria Universidade, no seu horário de aula ou no horário que os (as) senhores (as) indicarem como sendo o melhor, reduzindo assim, prejuízos ao desenvolvimento de suas atividades.

Benefícios decorrentes da participação na pesquisa

Para os sujeitos da pesquisa, acarretará possíveis benefícios, que advém da colaboração e da experiência de participação, que podem fornecer novos conhecimentos quanto à temática em foco, bem como, a busca por melhorias e políticas de permanência nos cursos de graduação da Unemat. E também, poderão surgir novas pesquisas a partir desta que podem ser complementares ou até mesmo contradizer os resultados encontrados, mas que de todo modo, estará ampliando reflexões, bem como, dando a possibilidade de inovações e mudanças caso sejam necessárias.

Riscos da Pesquisa

Partindo do pressuposto de que em toda pesquisa que envolva seres humanos têm-se riscos, serão adotadas medidas devidas para diminuir possíveis riscos ou prejuízos existentes, sendo que todo o processo será conduzido com ética e responsabilidade pela pesquisadora. Assim, elencamos abaixo alguns riscos que podem ocorrer com os estudantes participantes da pesquisa:

Podem se sentir constrangidos, desconfortáveis diante das questões existentes no questionário, desta maneira para amenizar o desconforto iremos conversar/ dialogar e esclarecer sobre os objetivos da pesquisa, respeitando a concepção do sujeito e sua decisão de participar ou não.

Os sujeitos poderão sentir-se pressionados a responder o questionário, demonstraremos que o objetivo da pesquisa é obter dados por meio da colaboração e contribuição de todos, a fim de podermos identificar os fatores que influenciam na permanência dos estudantes na Unemat, para que, de alguma forma, com os resultados obtidos possamos contribuir com a criação de políticas para a permanência.

Os participantes poderão sentir-se avaliados por se tratar de assuntos relacionados à vivência do percurso estudantil. No entanto, deixaremos claro que esta pesquisa não tem caráter avaliativo, resguardando a identidade dos sujeitos, que será mantida em sigilo em todas as etapas da pesquisa.

É importante reforçar que a qualquer tempo, independente do fim ou não da pesquisa, estes podem se retirar da pesquisa, sem qualquer prejuízo ou julgamento crítico.

Período de Participação

A referida pesquisa tem previsto em seu cronograma o período de março a junho de 2019 para a coleta de dados.

Estando assim de acordo, as partes envolvidas assinam o presente Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Cáceres/MT, _____ de _____ de 2018.

Nome _____

Endereço: _____

RG/ou CPF _____

Aceito participar da pesquisa: ()

Assinatura do sujeito: _____

Responsável pela Pesquisa: _____